

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UNB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural PPG – Mader

**AUTONOMIA CRÍTICA DAS MULHERES RURAIS: A CASA
PODE CAIR, ELAS QUEREM VOAR**

ANALINE ALMEIDA SPECHT

BRASÍLIA
MAIO DE 2019

ANALINE ALMEIDA SPECHT

**AUTONOMIA CRÍTICA DAS MULHERES RURAIS: A CASA
PODE CAIR, ELAS QUEREM VOAR**

ANALINE ALMEIDA SPECHT

ORIENTADOR: PROF. DR. NEWTON NARCISO GOMES JUNIOR

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

BRASÍLIA

MAIO DE 2019

ANALINE ALMEIDA SPECHT

**AUTONOMIA CRÍTICA DAS MULHERES RURAIS: A CASA PODE
CAIR, ELAS QUEREM VOAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.

Aprovada em 31 de maio de 2019

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Newton Narciso Gomes Júnior – Presidente da Banca Universidade de Brasília

Professora Doutora Andrea Lorena Butto Zarzar – Membro Externo ao Programa

Professora Doutora Mônica Celeida Nogueira – Membro Efetivo da Universidade de Brasília

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pela autora

Aa Almeida Specht, Analine

Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa pode cair,
elas querem voar / Analine Almeida Specht; orientador
Newton Narciso Gomes Júnior. -- Brasília, 2019.

106 p.

1. mulher rural. 2. feminismo rural. 3. mercados
sociais. 4. assentamentos da reforma agrária. 5. autonomia
crítica . I. Narciso Gomes Júnior, Newton , orient. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio de toda uma vida, especialmente ao meu irmão, que desde a graduação me ajuda como pode e à sua maneira.

Ao Rapha, meu companheiro de vida por todo o cuidado, afeto, respeito e compreensão, especialmente nos últimos meses.

À Frida a maior parceria de vida que pude experimentar, por dividir alegrias e tristezas desse período e por representar uma dimensão de relação que as palavras não alcançam.

Ao meu professor, orientador, amigo e companheiro de lutas Newton Gomes por toda a disponibilidade, atenção, coerência teórica e afeto dispensados a esta dissertação e a mim. Obrigada por trazer leveza a este processo, pelas trocas acadêmicas, gastronômicas e políticas.

Ao professor Sérgio Sauer e à professora Janaína Diniz, coordenadores do PPG Mader pela compreensão das dificuldades conjunturais e pela acolhida do conteúdo de gênero e de feminismo rural, apresentados por parte da turma, majoritariamente formada por mulheres. A todos e todas demais professores e professoras do PPG Mader, em especial à Mônica Nogueira por participar das bancas de qualificação e de defesa e ao Aristίδes, responsável pela secretaria do programa pela presteza no encaminhamento administrativo.

À Capes pela concessão da bolsa que me permitiu maior dedicação ao programa.

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na pessoa da Bárbara Borges, integrante do Setor de Produção do MST DF e colega de mestrado.

Às mulheres do assentamento Pequeno William, em nome da Jucineia e da Adriana pela acolhida, disponibilidade e receptividade em participar desta pesquisa.

À Andrea Butto minha amiga, companheira de lutas, direção política e orientadora em todas as ordens da vida por todos os ensinamentos, pelo incentivo a cursar o mestrado, pela colaboração desde a fase de pré-projeto de pesquisa, por participar da minha banca, pelo rigor na revisão dos meus textos e por ser um exemplo de gestora pública. Agradeço por toda a confiança, pelas oportunidades que me propiciou e por acreditar em mim.

À Karla Hora pela disponibilidade em contribuir com o projeto de pesquisa de qualificação, por toda a colaboração teórica e por compartilhar seus conhecimentos acadêmicos e de vida.

Ao amigo Acácio por ter me apresentado ao programa, pelas discussões, contribuições acadêmicas e pelo garimpo de fontes.

Aos amigos César Aldrigui e Marcelo Piccin pelo compartilhamento de fontes não tão acessíveis.

À amiga Érika Borges pelo apoio e pela viabilidade de condições “estruturais” durante o período do mestrado.

Ao amigo Caio França pelo envio de referências teóricas e pelo interesse nessa pesquisa.

Às companheiras de militância Conceição Dantas, por ajudar a comprimir os requisitos de publicação de artigo, a Tatau Godinho e a Tica Moreno pelas contribuições teóricas.

As amigas Graci, Bete, Socorro e Márcia pelo carinho, pelas pausas acadêmicas e pela compreensão pela falta de tempo.

À Anita e ao pequeno Gui por iluminarem os meus dias.

Às amigas e companheiras Renata Leite e Lilian Telles pelas trocas teóricas, memórias sobre políticas públicas, agroecologia, muitos PDFs e pelos planos futuros.

À Arlete Sampaio e Mariana Zoccoli por entenderem e permitirem a compatibilização de tempo para a escrita dessa dissertação com o desempenho do meu trabalho.

À Marili pela disposição em contribuir com a tradução do resumo desta dissertação.

Às amigas e companheiras Patrícia Mourão e Carol Cançado pela parceria na ida ao assentamento Pequeno Willian, pelas trocas de percepção sobre a análise dos dados, pela leitura e contribuição nesta pesquisa.

À Carol Molina e Sarah Moreira, amigas de longa data e colegas de turma nesse mestrado pela solidariedade, pelas trocas de textos, de análise, correções, longas discussões teóricas, consensos, dissensos e ajustes quase intermináveis nos nossos escritos. Obrigada pela parceria, pelas caronas e pelas mensagens até a madrugada que recomeçavam ao raiar do dia. Conseguimos encontrar coerência teórica e analítica, com a contribuição do Whastapp, em meio a conversas que giravam da conjuntura às grandes teorias. Sem vocês esse processo seria mais penoso e solitário.

Às colegas Bruna, Mundinha e Joice pelos animados trajetos Plano Piloto - Planaltina e a todos e todas colegas de turma de 2017.

Ao Presidente Lula - em meu nome e de outras colegas que não o puderam fazer dado o ambiente político - por ampliar o acesso à educação pública superior, por acreditar na pesquisa e na extensão como projetos de desenvolvimento nacional. Obrigada Presidente Lula por todas as políticas públicas agrícolas, agrárias, de desenvolvimento rural e, especialmente, pelas políticas de autonomia das mulheres rurais implementadas a partir de 2003.

Graças à educação pública, gratuita e de qualidade pude estudar desde o ensino básico na rede municipal, passando pelo médio na rede estadual do Rio Grande do Sul, e, superior na UFRGS e pós-graduação na UnB.

Vida longa à balbúrdia da Universidade Pública!

*Companheira me ajude que eu não posso andar só,
Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.*

Marcha Mundial das Mulheres

RESUMO

As relações sociais de gênero informadas pela divisão sexual do trabalho se constituem como pilar estrutural que separa e hierarquiza os domínios de atuação dos homens e das mulheres. O mercado como construção social decorrente da estrutura que organiza a sociedade está localizado no domínio público, compreendido como esfera de atuação masculina e lócus das trocas monetárias. O sistema capitalista e o patriarcado operam ao longo da história para controlar as estratégias de promoção da autonomia crítica empreendidas pelas mulheres, tensionando as arenas de trabalho produtivo e reprodutivo em desfavor delas, resultado em restrições à sua participação nos diferentes mercados. Nesse contexto é que se insere a presente pesquisa que busca evidenciar os fatores que obstruem o desenvolvimento de condições de autonomia crítica das mulheres rurais pela sua participação na produção e na comercialização do assentamento da reforma agrária Pequeno William, localizado em Planaltina, Distrito Federal. Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma leitura sobre as mulheres assentadas da reforma agrária a partir das orientações teóricas feministas, do percurso das mulheres do MST na construção do feminismo camponês e classista e, do conceito de autonomia como uma necessidade básica humana. No segundo capítulo é demonstrada a formação do mercado de abastecimento agrícola brasileiro, evidenciando as relações sociais presentes nesse processo, bem como a produção de alimentos pelos assentamentos da reforma agrária. No terceiro capítulo são apresentados o assentamento da reforma agrária Pequeno William, no qual a pesquisa foi realizada, e os aspectos metodológicos que orientaram a coleta de dados. No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa e a discussão destes a partir da identificação dos fatores de restrição e de incentivo à autonomia crítica das mulheres assentadas da reforma agrária. Evidenciou-se que os fatores estruturais compreendidos pelas relações sociais de gênero e pelos limitantes materiais são determinantes à autonomia crítica das mulheres rurais. Tais fatores correspondem à ausência de condições mínimas de vida digna e de trabalho agrícola como acesso à água, mobilidade e restrição de uso da terra para a produção, dada a inexistência de licenciamento ambiental. A divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com as atividades domésticas e de cuidados representa um fator de restrição à autonomia crítica das mulheres na medida em que impede maior tempo dedicado por elas para a atuação na produção e na comercialização. O mercado como estrutura socialmente construída e permeada por relações sociais, especialmente aqueles voltados à agricultura familiar e camponesa, comporta dimensões de incentivo à autonomia crítica das mulheres por oferecer condições de percepção de renda e possibilitar coerência entre a produção de alimentos saudáveis e os mercados orientados por tal estratégia.

Palavras-chave: mulher rural, feminismo rural, mercados sociais, assentamentos da reforma agrária, autonomia crítica

ABSTRACT

The social relations of gender informed by the sexual division of labor constitute a structural pillar that separates and hierarchizes the domains of action of men and women. The market as a social construction resulting from the structure that organizes the society is located in the public domain, understood as the sphere of masculine action and locus of the monetary exchanges. The capitalist system and patriarchy operate throughout history to control women's strategies for promoting critical autonomy, stressing the arenas of productive and reproductive labor to their detriment, resulting in restrictions on their participation in different markets. In this context, the present research seeks to highlight the factors that obstruct the development of conditions of critical autonomy of rural women for their participation in the production and marketing of the settlements of the Small William land reform, located in Planaltina, Federal District. This dissertation is organized in four chapters. In the first chapter, a reading is presented on women settled in agrarian reform based on the feminist theoretical orientations, on the trajectory of MST women in the construction of peasant and classist feminism, and on the concept of autonomy as a basic human need. The second chapter shows the formation of the Brazilian agricultural supply market, evidencing the social relations present in this process, as well as the food production by the settlements of the agrarian reform. The third chapter presents the establishment of the Small William land reform, in which the research was carried out, and the methodological aspects that guided the collection of data. In the fourth chapter, the results of the research and the discussion of these are presented, based on the identification of the factors restricting and encouraging the critical autonomy of women based on agrarian reform. It was evidenced that the structural factors understood by the social relations of gender and by the material limitations are determinant to the critical autonomy of the rural women. These factors correspond to the absence of minimum conditions of decent living and agricultural work such as access to water, mobility and restriction of land use for production, given the lack of environmental licensing. The sexual division of labor that burden women with domestic and care activities is a constraint on women's critical autonomy as it prevents them from spending more time engaged in production and marketing. The market as a socially constructed structure and permeated by social relations, especially those directed to family and peasant agriculture, has dimensions of incentive to the critical autonomy of women by offering conditions of income perception and to enable coherence between the production of healthy foods and the oriented markets by such strategy.

Key words: rural woman, rural feminism, social markets, land reform settlements, critical autonomy

LISTA DE SIGLAS

AIMTR-Sul - Articulação das Instâncias das Mulheres Rurais dos estados do Sul
ANMTR - Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assistência Técnica e Socioambiental
CEASA - Central de Abastecimento
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CLOC - Coordenação Latino Americana de Organizações Camponesas
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EJA - Educação de Jovens e Adultos
DAP - Declaração de Aptidão Pronaf
DPMR - Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM - Instituto Brasília Ambiental
IFB - Instituto Federal de Brasília
IN - Instrução Normativa
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA-SC - Movimento de Mulheres Agrícolas
MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR-NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG - Organização Não Governamental
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
POPMR - Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
Pronea - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB - Relação de Beneficiários
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SR - Superintendência Regional do Incra
UC - Unidade de Conservação
VTP - Valor Total da Produção

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
<i>1.1 Metodologia de pesquisa do Assentamento Pequeno Willian</i>	17
2 - MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA: diálogos entre economia feminista e autonomia	24
<i>2.1 Mulheres assentadas da reforma agrária: uma leitura desde a economia feminista</i>	24
<i>2.2 Expressões do feminismo rural para a autonomia crítica, uma compreensão materialista das relações sociais</i>	32
<i>2.3 Autonomia e o feminismo</i>	33
<i>2.4 Autonomia crítica</i>	37
3 - SOCIOLOGIA ECONÔMICA: AS RELAÇÕES SOCIAIS COMO CONSTRUIDORAS DO MERCADO	41
<i>3.1A Construção social do mercado agrícola no Brasil</i>	43
4 - CONDIÇÕES DE AUTONOMIA CRÍTICA DAS MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA	47
<i>4.1A agenda das mulheres no MST: a articulação entre as relações sociais de classe e de sexo</i>	47
<i>4.2A produção dos assentamentos da reforma agrária</i>	55
<i>4.3 Perfil das entrevistadas</i>	59
<i>4.4 Condições de autonomia crítica das mulheres pela participação na produção e na comercialização agrícola</i>	62
<i>4.5 As dimensões da autonomia crítica das mulheres rurais entre os domínios privado e o público</i> ...	78
<i>4.6 Indicadores da autonomia crítica das mulheres rurais</i>	90
5 - CONCLUSÕES	95
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

1 - INTRODUÇÃO

Os estudos e pesquisas sobre mulheres rurais¹ como sujeitos econômicos são escassos e mais voltados para a análise do acesso às políticas públicas de comercialização. Esta constatação pode ser compreendida pelo viés androcêntrico² dominante na ciência e na economia, pautado pelo universalismo masculino da razão. Tal viés está presente nos estudos de sociologia e economia rural, especialmente quando se trata de produção e de comercialização que são marcados pela neutralidade das relações sociais de gênero.

A comercialização é um dos principais gargalos para as organizações produtivas, em especial para aquelas das mulheres rurais e, conseqüentemente, para as condições de autonomia delas, como apontado nos estudos de Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011) e Nalu Faria (2011). Para as mulheres assentadas da reforma agrária as dificuldades de acesso aos canais de comercialização são agravadas, também pela situação de vínculo com a terra e pelo processo de desenvolvimento produtivo dos assentamentos.

As dificuldades de inserção das mulheres nos circuitos de comercialização estão relacionadas à divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e camponesa, que é caracterizada pela invisibilidade e desvalorização do trabalho delas e pela sua escassa participação na gestão econômica. A separação entre as atividades produtivas e as reprodutivas gera hierarquias e valorações distintas em favor do trabalho realizado pelos homens (FARIA, 2009).

A partir de 2003, não obstante as dificuldades de inserção das mulheres nos circuitos de comercialização, os programas de compras públicas e os incentivos do governo federal à realização de feiras propiciaram o aumento da participação delas nos mercados, em especial, no mercado institucional. As políticas públicas de estímulo à organização produtiva das mulheres rurais, desenvolvidas entre 2003 e 2015, foram pautadas pela agenda da construção da autonomia econômica delas, por meio da articulação entre políticas públicas com recorte de gênero e políticas específicas para elas.

¹ Por mulheres rurais, neste projeto, entende-se camponesas, agriculturas familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas, quebraadeiras de coco e demais identidades conforme disposto pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

² Androcentrismo é a expressão generalista e universal com que a ciência, especialmente, compreende a humanidade a partir da figura masculina. Dela derivam teorias, concepções, métodos e práticas que consideram apenas a figura humana como homem. Para ver mais consultar: YANNOULAS, Silvia Cristina. VALLEJOS, Adriana Lucila. LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: V. 81, nº 199, p. 425-451, 2000.

A participação das organizações econômicas de mulheres nos programas de compras institucionais foi estimulada, especialmente pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), que atuaram especialmente na qualificação da produção, beneficiamento e agregação de valor com vistas a promover o acesso delas à comercialização. Estas ações somadas às demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres rurais se traduziram em iniciativas de promoção do acesso às políticas públicas de compras institucionais, destacadamente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A resolução nº 44 de 2011 do Grupo Gestor do PAA estabeleceu percentual de participação das mulheres nas suas modalidades³ e destinação orçamentária⁴ específica. Com isso, verificou-se que as mulheres chegaram a representar 47% do total dos contratos efetivados pela Conab e 50% na modalidade Compra com Doação Simultânea, no ano de 2013 (HORA; BUTTO, 2014). Entretanto, tais iniciativas que poderiam ser uma alternativa segura de geração renda e de inclusão econômica, vivem sob a marca da transitoriedade da orientação política, cambiante a cada troca de governo.

Diferente das áreas urbanas, na unidade rural de produção familiar há um compartilhamento do local de trabalho e de moradia, o que torna mais complexa a identificação da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo realizado por homens e mulheres. Na economia rural, a participação das mulheres é invisibilizada pela lógica orientada pelo *familismo*⁵, presente na designação de campesinato ou agricultura familiar e que privilegia a figura masculina como chefe de família e representante dos interesses do conjunto da unidade familiar. Nos assentamentos da reforma agrária, a unidade entre espaços de produção e reprodução é ainda mais estreita e acrescida da dimensão da participação política, dada a característica de seu processo de constituição e a dinâmica de convivência territorializada.

Distintos agentes públicos e privados atuam na arena que circunscreve a dinâmica da economia rural. A economia capitalista atua para manter as assimetrias de gênero e assim

³ O dispositivo determina como obrigatória a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de produtores para que a associação ou cooperativa possa participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta com Doação Simultânea. Para as modalidades Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite) e Formação de Estoques, o percentual é de 30%.

⁴ Destinação de no mínimo 5% da dotação orçamentária anual do PAA, no MDA (extinto) e no MDS, para as organizações compostas por 100% de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de 70% de mulheres na composição societária.

⁵ “O termo familismo faz referência à construção ideológica da família, é o conceito social e ideológico que se tem do grupo familiar. O familismo é a idealização da família nuclear como modelo socialmente desejável que choca e se contrapõe com a realidade que vivem as pessoas em seu cotidiano” (tradução nossa) (LEÓN, 2006, p. 46).

garantir as condições de sua reprodução social, mantendo as necessidades de sustentabilidade da vida humana, realizadas pelas mulheres fora do domínio econômico (público) monetário (FARIA, 2009; CARRASCO, 2006; MORENO, 2013).

O sistema capitalista e o patriarcado⁶ operam ao longo dos séculos para controlar as estratégias de promoção da autonomia empreendidas pelas mulheres, tensionando as arenas de trabalho produtivo e reprodutivo em desfavor delas (FARIA, 2009). Esta tensão, mormente, se traduz em obstáculos à organização produtiva delas e em restrições à sua participação nos diferentes mercados. Tais questões influenciam diretamente os processos de construção das condições de autonomia delas. Decorre desta tensão, a forte presença das mulheres rurais nas atividades de beneficiamento e artesanato (FARIA, 2011), vinculadas com as ocupações tipicamente femininas e informadas pela divisão sexual do trabalho. A participação das mulheres em circuitos privados de comercialização é caracterizada pelos baixos rendimentos, pequenos volumes de produção e comercialização, escasso capital de giro, precárias condições logísticas de escoamentos dos produtos e, está associada a estratégias locais e comunitárias de comércio (FARIA, 2011).

Tais características indicam restrições às condições de autonomia crítica das mulheres rurais. Contudo, estas restrições não se circunscrevem apenas às condições econômicas monetárias, mas guardam relação com as atividades produtivas e reprodutivas realizadas por elas, bem como seu acesso a demais dinâmicas de participação na esfera pública. As condições de autonomia crítica dizem respeito à compreensão das desigualdades de gênero como estruturais na sociedade, contemplando a noção da totalidade do trabalho realizado pelas mulheres - os trabalhos doméstico e produtivo - a partir da decisão das mulheres sobre a melhor forma de garantir o próprio sustento, de inserção na gestão e na participação política. A autonomia crítica está relacionada à possibilidade de avaliação individual sobre mudanças que incidam em práticas coletivas, compreendida como uma necessidade humana (DOYAL; GOUGH, 1994; PEREIRA, 2006).

Nesse contexto é que se insere a presente dissertação. A análise que se segue, busca evidenciar os fatores que obstruem o desenvolvimento de condições de autonomia crítica das mulheres rurais. Por que, mesmo com as possibilidades abertas para a comercialização da produção em circuitos institucionais, as mulheres rurais permanecem excluídas das atividades de comercialização nos distintos mercados? A participação das mulheres na produção e na

⁶ Forma de organização social que se baseia na autoridade paterna. No núcleo familiar predomina a autoridade do pai de família sobre os demais membros do grupo; na sociedade, este sistema social, ideológico e político se amplia e cristaliza no poder de decisão e na autoridade dos homens relegando as mulheres à submissão.

comercialização do assentamento pode levar a uma condição de autonomia crítica? Quais as dimensões que compõem a autonomia crítica das mulheres rurais? Estas questões orientaram o desenvolvimento e a investigação desta pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a participação das mulheres rurais na produção e na comercialização do assentamento da reforma agrária Pequeno William, localizado em Planaltina, Distrito Federal e a relação com a construção da autonomia crítica delas. Para atingir tal objetivo a presente pesquisa buscou identificar e analisar a participação das mulheres na produção e na comercialização do assentamento Pequeno William e a incidência de fatores de restrição e de incentivo sobre a autonomia crítica delas; investigar a existência de fatores que obstruem e que potencializam a autonomia crítica das mulheres a partir das dimensões do trabalho doméstico e; discutir perspectivas de indicadores de autonomia crítica para as mulheres rurais, aliando as teorias de Doyal e Gough com as metodologias propostas pelas correntes feministas.

A hipótese construída neste estudo é se os processos de construção das condições de autonomia crítica das mulheres assentadas, relacionados à sua inserção na produção e na comercialização são restritos pela predominância das atividades por elas desempenhadas no espaço privado (doméstico) e pela hierarquia de gênero, uma vez que elas se ocupam de atividades menos valorizadas socialmente decisivas à manutenção da família.

O desenvolvimento desta pesquisa foi pautado pela investigação social junto às mulheres assentadas no assentamento da reforma agrária, Pequeno William, localizado em Planaltina, Distrito Federal, inserido no bioma Cerrado. Na literatura a respeito da atividade produtiva no Cerrado a participação das mulheres aparece mais fortemente ligada à afirmação identitária e mais precariamente a uma perspectiva redistributiva e de igualdade como em Barbosa (2013), Mota e Schimitz (2015), Santos et al. (2011), Lima (2009), Sawyer e Saraiva (2007), Mendes et al. (2014). De acordo com a perspectiva de Nancy Fraser (2012) a compreensão política de justiça social deve abarcar as dimensões de reconhecimento (identidade), redistribuição (igualdade) e representação (participação) como irredutíveis e combinadas, articulando as matrizes culturalistas e estruturalista, que podem se traduzir em uma maior representação econômica das mulheres, quando tratadas na perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Negligenciar a presença das mulheres nas atividades econômicas remonta a uma epistemologia que as compreende a partir do universo privado, não monetário, portanto não portadoras de direitos e localizadas fora da história e da política (MORENO, 2013).

O primeiro desenho de pesquisa para a elaboração desta dissertação contemplou os grupos produtivos de mulheres rurais articulados a uma central de comercialização em rede, dos produtos do Cerrado. Esta proposta de pesquisa foi inviabilizada pela conjuntura política no Brasil de extrema instabilidade, desde o Golpe de 2016 que afastou a Presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República. Os contatos iniciais para viabilização da pesquisa evidenciaram as dificuldades enfrentadas para o conjunto das organizações e movimentos da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.

O Golpe político de 2016 permitiu a retomada de uma agenda neoliberal que promoveu em poucos meses o desmonte das políticas públicas de reforma agrária, de desenvolvimento e rural e, fundamentalmente daquelas dirigidas para as mulheres. Entre as primeiras medidas adotadas nos pós Golpe, se deu o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos organismos institucionais de políticas para as mulheres. O desmonte institucional atingiu a execução de políticas e serviços públicos, com o corte no orçamento e mudanças nos procedimentos administrativos.

Os grupos que participariam da pesquisa encontravam-se, em meados de 2018, com a Declaração de Aptidão Pronaf (DAP) suspensa, o que inviabilizou o acesso a recursos para reforma do espaço de produção (atingido por um vendaval), e implicou em diminuição da comercialização da produção por meio da estratégia de compras públicas. Os grupos produtivos de mulheres possuem fragilidades decorrentes de condicionantes históricos e, por isso, geralmente são articulados politicamente ou formalmente a outras organizações econômicas (cooperativas, redes), organizações não governamentais ou movimentos sociais. As políticas públicas, também, são fundamentais para a garantia de apoio inicial ou para consolidação, destacando-se o crédito e a comercialização.

Frente a esta realidade procedeu-se o ajuste metodológico da pesquisa, de forma a alterar o mínimo possível o conteúdo apresentado na qualificação. Buscando manter a coerência teórica e a inserção no bioma Cerrado, a análise dos grupos de mulheres em tais características levou aos assentamentos Oziel III e Pequeno William, em Planaltina - DF, articulados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A pesquisa junto às mulheres do assentamento Oziel III foi frustrada pela incompatibilidade de tempo para a realização da pesquisa e as dinâmicas locais do assentamento. Desta forma, a pesquisa foi realizada somente junto às mulheres do assentamento Pequeno William.

Esta dissertação compreende as mulheres assentadas como sujeitos da atividade produtiva, considerando a desigualdade histórica e material que incide sobre elas, que designa

papeis sociais e, um conjunto de predeterminações socialmente construídas que configura a hierarquia estrutural de gênero.

A escolha metodológica de pesquisa com mulheres de assentamento ligado ao MST decorre do caráter de organização ampla, promovendo a articulação de organizações produtivas locais ou regionais com aquelas de âmbito nacional, visando investigar a sugestão de Nalu Faria (2009) de que esta característica permite uma maior participação das mulheres em circuitos de comercialização. Também se deu por ser o MST um movimento de caráter essencialmente político, permeado por diversas matrizes, além da centralidade na luta pela terra, como a ambiental, a agroecologia, a soberania nacional e, especialmente, a feminista para citar algumas. Esta articulação que transcende os campos político e econômico pode indicar as tensões e as convergências em torno das relações sociais de gênero.

O ambiente político de ruptura democrática e o resultado das eleições de 2018 no Brasil culminaram com uma composição, no Governo Federal, que reúne os projetos ultraliberal econômico e ultraconservador nos costumes. Entre as medidas em curso destaca-se a crescente criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra e feminista, para citar apenas aqueles diretamente ligados a esta pesquisa. A criminalização da luta política guarda estrita relação com o desmonte de políticas públicas dirigidas a igualdade social e a garantia de direitos, panorama este, que permeia o presente estudo.

A motivação para a realização desta pesquisa parte da trajetória profissional, acadêmica e do envolvimento militante da pesquisadora com a agenda feminista, em especial do feminismo rural. Compreender as mulheres como agentes econômicas, inseridas nos mercados, a partir da concepção da economia feminista e da sociologia econômica constituiu intento inicial desta pesquisa, a partir da corrente teórica de filiação da pesquisadora e do reconhecimento do engajamento da produção científica.

Esta dissertação é permeada pela aproximação entre as concepções de economia feminista e sociologia econômica, de forma a compreender as condições de autonomia crítica das assentadas da reforma agrária a partir dos contenciosos estruturais que organizam a sociedade. A crítica epistemológica ao caráter androcêntrico das correntes econômicas dominantes - clássica, neoclássica, marxista - constitui, centralmente, a abordagem da economia feminista desde a segunda metade do século XX. Para a economia feminista a noção de *economia* deve compreender a esfera privada da vida e, também, as relações não financeirizadas e monetarizadas. A concepção da economia como construção social, inscrita em perspectiva histórica, aproxima as críticas das economistas feministas daquelas que

sustentam a sociologia econômica. Para estas correntes de pensamento, a economia é construída por relações sociais e não se constitui como ente autônomo, impessoal, fora dos domínios da sociedade e da política, mas ao contrário coloca os indivíduos como agentes críticos e centrais nos circuitos do sistema econômico.

A sociologia econômica majoritariamente não aborda as mulheres como agentes econômicos, especialmente nas pesquisas sobre agricultura e mercado agrícola. A perspectiva da construção social de mercados desde a sociologia econômica, orientada pela corrente funcionalista, não compreende as mulheres e as relações sociais de gênero como parte das dinâmicas dos mercados. Na presente pesquisa pretende-se aproximar as concepções que sustentam a economia feminista e a sociologia econômica a partir da noção de divisão sexual do trabalho em perspectiva estrutural.

A autonomia econômica é compreendida no campo dos movimentos de mulheres e feministas e, também, por correntes teóricas feministas para além da geração de renda ou da inserção das mulheres no mercado (MORENO, 2013). Compreende as mulheres como provedoras do seu sustento, a partir de uma decisão delas sobre a melhor forma de fazê-lo (MMM, 2010). Nesse sentido, as condições de autonomia comportam o reconhecimento do trabalho reprodutivo e produtivo realizado pelas mulheres como parte da dinâmica econômica, a participação delas nos espaços de gestão e decisão, a percepção de rendimentos, o acesso a terra e aos bens comuns, a garantia de direitos civis e previdenciários, a superação de todas as formas de violência contra elas.

A complexidade da noção de autonomia das mulheres rurais perpassa várias dimensões, desde as relações sociais, de mercado, com o Estado e com a família. Esta complexidade, também, se traduz nos limites de acesso das mulheres ao domínio público e na invisibilidade de sua participação nas dinâmicas sociais rurais. Complementar à compreensão feminista da autonomia buscou-se subsídios na perspectiva de Len Doyal e Ian Gough (1991), na qual a autonomia constitui uma necessidade humana imediata que envolve múltiplos *satisfatores* para sua realização (JUNIOR, 2015). Doyal e Gough (1991) compreendem a autonomia em duas dimensões: autonomia de agência (ou de ação) e autonomia crítica. O conceito de autonomia crítica construído por estes autores oferece arcabouço teórico e pistas para a operacionalização teórica empreendida nesta pesquisa.

A centralidade na perspectiva de condições de autonomia crítica e a perspectiva teórica assumida a partir da economia feminista visam contribuir com a aproximação entre

estas correntes de pensamento e os estudos na área do desenvolvimento rural, especialmente construção social de mercados.

No primeiro capítulo é apresentado um breve histórico sobre as mulheres assentadas da reforma agrária a partir da economia feminista com foco na divisão sexual do trabalho. Também são discutidas neste capítulo as expressões do feminismo rural e a autonomia crítica desde a perspectiva materialista das relações sociais, bem como a trajetória teórica e política entre o feminismo e a noção de autonomia presentes em diversas concepções.

No segundo capítulo o debate se dá pela leitura da sociologia econômica e da construção social dos mercados, contemplando o histórico de constituição do mercado de abastecimento agrícola brasileiro, evidenciando as relações sociais presentes nesse processo.

No terceiro capítulo são discutidas as condições de autonomia crítica das mulheres assentadas da reforma agrária desde a compreensão da agenda das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da produção do assentamento Pequeno Willian. Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa a partir da identificação dos fatores de promoção e de restrição à autonomia crítica das mulheres.

1.1 Metodologia de pesquisa do Assentamento Pequeno Willian

O Distrito Federal e Entorno, área de atuação da Superintendência Regional nº 28 do Incra (SR 28) concentra 206 assentamentos, numa área de 531.797,15 ha e contempla 12.634 famílias assentadas⁷. Deste total de famílias, 35% vivem em condições de pobreza extrema⁸ e 39% são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. A cobertura das políticas agrícolas para os assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal e Entorno é precária. Apenas 0,9% das famílias acessaram o Crédito Instalação Apoio Inicial⁹, 5% das assentadas obtiveram o Crédito Instalação Fomento Mulher¹⁰, 47% recebem Ater e 1,5% das famílias ingressaram no Programa de Aquisição de Alimentos.

Os assentamentos do Distrito Federal e Entorno apresentavam, no início da década de 2000 uma característica que destoava da realidade nacional quanto ao reconhecimento dos

⁷ Dados disponíveis no Painel de Assentamentos no endereço <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, consulta em janeiro de 2019.

⁸ Renda média mensal per capita abaixo de R\$ 77,00.

⁹ Voltado à instalação da família no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Valor de até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais) por família assentada.

¹⁰ Dirigido à implantação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais), em operação única, por família assentada.

direitos das mulheres a terra. Enquanto no Brasil o percentual de homens titulares de lote, naquele período, correspondia a 85,9% e as mulheres eram apenas 14,1%, no Distrito Federal e Entorno a participação das mulheres nesta condição atinge 28%, similar à realidade urbana (MELO; DI SABBATO, 2008).

A Região de Planaltina, no Distrito Federal reúne 30% do total de assentamentos do DF, com 256 famílias (BORGES, 2018). Nesta região está a maior concentração da população rural, considerando familiar e não familiar, por consequência, detém a grande proporção de estabelecimentos agrícolas do Distrito Federal, correspondendo a 34% e respondendo por 58% da área plantada deste território (BORGES, 2018).

O projeto de assentamento Pequeno William é resultado de um processo de resistência de luta pela terra de 10 anos, iniciada em 2004, com ocupações coordenadas pelo MST (SANTANA, 2016; BORGES, 2018). A primeira ocupação foi na Fazenda Toca da Raposa, em Planaltina - DF com a “intenção de denunciar o uso intensivo de agrotóxicos, proibidos no Brasil” utilizados nessa Fazenda (SOUZA; SILVA, 2015, p. 4). Com o despejo desta ocupação, foram originados dois novos acampamentos, o Ireno Alves e outro na Fazenda Sálvia, localizado em uma área da Embrapa, que posteriormente foi denominada de Ireno Alves II. As ocupações levaram a abertura de negociação entre MST, Incra, Governo do Distrito Federal, Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Embrapa, resultando na transferência do acampamento para uma área da Polícia Rodoviária Federal, nas margens da BR - 020 e a 3 km de Sobradinho, permanecendo nesta área por cinco anos. (SOUZA; SILVA, 2015).

Este projeto de assentamento foi criado em dezembro de 2011, pela destinação de terras que pertenciam ao Instituto Federal de Brasília (IFB), em uma área de 144,17/ha, sendo 60,73/ha de reserva legal e prevendo a instalação de onze unidades de produção familiares (BORGES, 2018). O assentamento foi batizado de Pequeno William em homenagem a uma criança de dois anos, vítima de uma intoxicação por agrotóxico, presente em uma mina d'água que abasteceu o então acampamento, Ireno Alves. Além do pequeno William, outras pessoas tiveram problemas de saúde em decorrência do uso desta água imprópria para consumo (SOUZA; SILVA, 2015).

A trajetória de resistência à conquista do assentamento Pequeno William é permeada pelo protagonismo das mulheres e, elas constituem 80% das titulares dos lotes deste assentamento, o que contrasta com a média nacional que é de 25,6%. A titularidade da terra em nome das mulheres, majoritariamente, no Pequeno William reflete o envolvimento

histórico delas no processo de luta e conquista deste assentamento. Segundo Lindalva Santana (2016), foram as mulheres que protagonizaram a resistência de dez anos nos acampamentos que originaram este assentamento. A ocupação que culminou com a criação do assentamento, foi coordenada por elas que “entraram pelos fundos” [da área ocupada] e não foram despejadas (SANTANA, 2016, p. 131). Para esta pesquisadora a resistência dessas mulheres tem origem na ancestralidade negra, já que a maioria das mulheres assentadas no Pequeno William é negra e, em suas práticas culturais históricas, aliam saberes tradicionais e preservação ambiental nas atividades de produção e comercialização (SANTANA, 2016). Adriana Souza e Marco Antônio da Silva (2015) enfatizam o protagonismo das mulheres, desde o acampamento à criação do assentamento Pequeno William, pela centralidade na produção agroecológica tanto agrícola como do artesanato extrativista de fibras vegetais e sementes do Cerrado. As duas abordagens sobre a atuação das mulheres do Assentamento Pequeno William reforçam a trajetória delas como agentes políticos (dada a dimensão de luta pela terra articulada ao MST), a relação com a preservação ambiental (Agroecologia e extrativismo) e a presença na produção e na comercialização dos produtos do assentamento.

Esta pesquisa foi desenvolvida pela perspectiva do método materialista com vistas apreender as relações sociais e as condições de vida das mulheres que orientam a sua inserção na produção e na comercialização e as suas correspondências com a divisão sexual do trabalho e a construção da autonomia crítica. Este método permite análises e interpretações do particular ao universal como “instâncias, numa linguagem lógica, subalternas que não se contradizem, mas são distintas numa formulação de proposição ou argumento” (FRANCO; CARMO; MEDEIROS, 2013, p. 94).

Para tal empreitada a análise será baseada na abordagem qualitativa, a partir de estudo realizado junto a seis mulheres assentadas da reforma agrária, no Projeto de Assentamento Pequeno William, em Planaltina, Distrito Federal.

Para realizar a pesquisa de campo no Projeto de Assentamento da reforma agrária Pequeno William, articulado ao MST, em respeito à auto-organização do movimento social, foi procedido contato prévio com uma integrante do Setor de Produção do MST do Distrito Federal, a fim de apresentar a proposta da pesquisa. Por meio desta integrante do Setor de Produção do MST foi possível estabelecer contato com uma liderança do assentamento, a qual foi interlocutora prévia para apresentação da proposta e avaliação das melhores condições de realizar as entrevistas.

Essa liderança indicou as mulheres envolvidas com a produção e com a comercialização agrícola no assentamento para as entrevistas, que foram realizadas em um domingo após reunião da associação do assentamento. Para a realização das entrevistas, utilizou-se um roteiro semiestruturado de perguntas orientadoras abertas que foram gravadas, conforme acordado com as entrevistadas.

A elaboração das perguntas do roteiro semiestruturado de pesquisa buscou identificar as condições de autonomia crítica das mulheres a partir da proposição de indicadores de Doyal e Gough (1991), bem como compreender a percepção das mulheres sobre sua própria realidade de atividades desenvolvidas no assentamento, conforme as metodologias feministas abordadas por Carrasco (2006). A escolha da entrevista semiestruturada decorre de que este instrumento permite o aprofundamento de temas de maior interesse da pesquisa, comporta “perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista” e ainda delimita o volume de informações (BONI; QUARESMA, 2005 p. 75). O instrumento de pesquisa foi organizado em dois blocos, sendo o primeiro relativo ao perfil das entrevistadas e o segundo composto por perguntas orientadoras abertas buscando aplicar os possíveis indicadores de autonomia crítica.

Doyal e Gough sugerem indicadores de autonomia numa perspectiva universal, classificando-os em grupos conforme a possibilidade de captação e comparação de dados universais. A classificação dos autores corresponde a: a) razoavelmente confiável - pela disponibilidade dos dados universalmente; b) ideia de operacionalização - dados disponíveis em cinco países; c) sugestão especulativa - indicadores não aplicados em perspectiva de larga escala.

Os indicadores propostos pelos autores dialogam com as três variáveis chaves da autonomia individual - autoconhecimento ou compreensão de si mesmo (*understanding*), capacidades cognitivas ou saúde mental (*mental health*) e oportunidades (*opportunities*).

Tabela 01 - Síntese da correspondência de indicadores com os componentes a autonomia.

Componentes da autonomia como necessidade básica	Classificação	Indicadores sugeridos
Autoconhecimento	b	Prevalência de doenças mentais
	c	Conhecimento sobre sua forma de vida
Capacidades cognitivas	b	Habilidades universais (educação formal)
	a	Alfabetização
	b	Habilidades nas línguas do mundo
Oportunidades para atividade econômica	b	Exercício ou exclusão de papéis sociais
	b	Uso do tempo livre (trabalhos produtivo e reprodutivo)

Fonte: Doyal e Gough (1994), p. 190. Tradução e adaptação da autora

Dentre os indicadores propostos por Doyal e Gough compuseram o instrumento de pesquisa aqueles referentes à alfabetização e ao uso do tempo, sendo este último dirigido ao trabalho doméstico e de cuidados e suas implicações no tempo destinado a eventuais prejuízos na saúde das mulheres e a socialização com outros membros da família.

A opção por não utilizar todos os indicadores propostos pelos teóricos da autonomia crítica como necessidade humana básica se deu pelo caráter universalista e amplo da concepção dos autores não comportada no recorte desta pesquisa. Buscou-se uma adequação mínima entre a proposta de caráter universal e a realidade das mulheres rurais. Também foi procedida articulação metodológica entre a concepção de autonomia de Doyal e Gough e aquela proposta pelas correntes feministas que dialoga com a *situação das mulheres seja compreendida a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não somente daquilo que falta para se igualarem aos homens* (TEIXEIRA, 2012, p. 13).

Nesta perspectiva, o roteiro de entrevistas contemplou breve histórico das mulheres até a condição de assentada da reforma agrária; a identificação dos trabalhos que elas realizam no assentamento; a participação política e social delas; a participação na produção e na comercialização, inserção em quais mercados ou circuitos, a frequência, condição de

participação (se sozinha ou com outras pessoas), qual dos mercados ou circuitos ela considera melhor e por que; a satisfação quanto à percepção de renda; quem realiza o trabalho doméstico em casa, quanto tempo cada pessoa dispõe para esse trabalho, se o trabalho doméstico prejudica a saúde, se o tempo dedicado a este trabalho impede que a entrevistada faça outras atividades e quais; se a participação na produção e na comercialização mudou a vida delas, como, por que e como elas tomam as suas decisões; por fim, buscou-se apreender os planos futuros das entrevistadas.

Embora não figure entre os indicadores propostos por Doyal e Gough, a capacidade de elaborar planos ou planejamentos futuros é parte do processo compreendido pelos autores da autonomia crítica, pois dialoga com uma leitura da forma de vida em que os indivíduos estão inseridos e com uma expectativa de mudança ou não da sua situação. As demais perguntas foram elaboradas a partir da compreensão das metodologias feministas que buscam identificar a incidência dos princípios da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, a partir da vivência cotidiana delas.

Para tanto, o método materialista se mostra adequado para a operacionalização do conceito de divisão sexual do trabalho, por considerar as relações sociais de gênero a partir das diferentes realidades vividas pelas mulheres no tempo e no espaço. Os princípios da divisão sexual do trabalho - separação (entre as esferas pública e privada da vida) e hierarquização (trabalho realizado pelos homens tem maior valor do que o trabalho realizado pelas mulheres) - organizam a estrutura das relações sociais de gênero (KERGOAT; HIRATA, 2007). A partir de tais princípios são dispostas as dimensões do referido conceito, de acordo com a interpretação dos dados e informações a respeito da forma de participação das mulheres na produção e na comercialização do assentamento e o tempo dedicado às atividades produtivas e reprodutivas.

Inicialmente foram feitas a identificação das formas de participação das mulheres na produção e na comercialização do assentamento Pequeno William, evidenciando as atividades em que elas estão envolvidas e como elas comercializam a sua produção. Esta análise contempla, também, a percepção das mulheres sobre qual é a melhor forma de comercialização.

Na sequência procedeu-se a investigação dos fatores que obstruem e que potencializam a autonomia crítica das mulheres pela participação econômica delas. Por meio da operacionalização dos conceitos de divisão sexual do trabalho e de relações sociais de gênero, foram investigados os limites a maior participação das mulheres na comercialização e

na produção e, por consequência que incidem sobre as condições de autonomia crítica delas. As condições de autonomia crítica foram compreendidas em suas dimensões econômicas, a partir da economia feminista - princípios de separação e hierarquia - abrangendo as variáveis de dedicação de horas para participação no espaço público e no espaço privado e, a partir dos indicadores propostos por Doyal e Gough que consideram, além do trabalho reprodutivo, o acesso à educação e a participação em instâncias de organização social.

Por fim, são apresentados alguns elementos de discussão conceitual sobre as perspectivas de indicadores de autonomia crítica para as mulheres rurais, buscando uma articulação teórica entre as proposições de Doyal e Gough e as metodologias propostas pelas correntes feministas.

2 - MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA: DIÁLOGOS ENTRE ECONOMIA FEMINISTA E AUTONOMIA

2.1 *Mulheres assentadas da reforma agrária: uma leitura desde a economia feminista*

A designação mulheres rurais guarda relação com uma afirmação política, construída por elas próprias, desde a década de 1980 na conformação de unidade em torno de agendas e composição de alianças. Como sujeitos políticos, as mulheres rurais de diferentes movimentos sociais mistos agregaram lutas e estratégias para se constituírem como movimento autônomo, em um período em que “não havia qualquer reflexão sobre as relações de gênero e nem sobre o feminismo” no campo político rural do Brasil (BUTTO, 2017, p. 150).

A condição das mulheres rurais na hierarquia familiar foi evidenciada por Maria Ignêz Paulilo (1987) ao mostrar que as noções de trabalho *leve* e *pesado* são categorias que variam de acordo com o sexo de quem trabalha e as condições de exploração da terra. Para esta autora, esta situação está ligada a valorização social do homem na estrutura social e não encontra relação apenas com a organização da família rural (PAULILO, 1987).

Essa expressão particular da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e camponesa caracteriza o trabalho das mulheres como *ajuda* ao trabalho produtivo realizado pelos homens, que são considerados os principais protagonistas da produção, os *chefes de família* (PAULILO, 1987). A invisibilidade, a baixa remuneração e a ausência desta resultam da desvalorização das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, e determina o não reconhecimento delas como agricultoras familiares ou trabalhadoras rurais.

A migração de famílias do campo para a cidade, especialmente a partir dos anos 1970, devido à escassez de terra e trabalho, fez com que a proporção de mulheres nas áreas rurais, especialmente as jovens, diminuísse entre os anos 1960 e 1990 (ABRAMOVAY, 1999). Segundo Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabbato (2009, p. 43) a “queda da ocupação feminina é um dos motivos da masculinização do mundo rural” já que as jovens, especialmente, buscaram estratégias de sobrevivência nas cidades. Já nos anos 2000 registrou-se a manutenção do percentual de mulheres no campo, o que segundo estes autores, pode ser em parte, resultado de um efeito estatístico e em parte devido a mudanças nas políticas públicas. Melo e Di Sabbato (2009) mostram ainda que as mulheres rurais estão majoritariamente ocupadas nas atividades de autoconsumo, 46,6% segundo a PNAD 2006, e representam a maior parcela de população ocupada sem remuneração, 33,7%. A apropriação de renda das mulheres rurais é baixa em relação a dos homens. As atividades econômicas

quando realizadas por elas auferem menores rendimentos e, quando passam a apresentar maiores ganhos monetários são masculinizadas (MELO; DI SABBATTO; 2009).

De acordo com o Censo 2010¹¹, 34,1% das mulheres, com dezesseis ou mais anos de idade, nas áreas rurais não têm rendimentos. Dentre aquelas que obtêm renda, 50,5% têm rendimento mensal, considerando todas as fontes, de até um salário mínimo. O rendimento médio mensal das mulheres rurais é de R\$ 480,00, equivalendo a 63,5% do rendimento médio dos homens, que é de R\$ 755,00. A disparidade na percepção de rendimentos entre homens e mulheres rurais indica a persistência da desigualdade de gênero e a manutenção de relações hierárquicas.

Embora as mulheres rurais atuem fortemente nas atividades produtivas, especialmente, nos quintais produtivos, hortas, criação de aves e pequenos animais, entre outras, que variam conforme a região do país, a sua participação econômica não se traduz em participação na gestão econômica da família e tampouco nos espaços de comercialização (NOBRE, 2005). A presença das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas é constituída por diferentes espaços e estratégias de atuação desde a relação com os recursos naturais e o ambiente, passando pela sustentabilidade da vida até as esferas de comercialização.

Esta caracterização derivada da divisão sexual do trabalho é comum ao conjunto das mulheres rurais, apresentando-se com algumas variações decorrentes do uso da terra, da identidade e da ocupação territorial, entre outras, que não são objeto de análise nesta dissertação. Às assentadas da reforma agrária recaem as desigualdades de gênero, comuns ao conjunto das mulheres rurais, sendo que sobre elas incide a condição anterior de acampadas. Tal condição remete a uma noção de espaço-tempo transitório, enquanto acampada e a uma noção de espaço-tempo de conflitos e reconstruções, quando assentada (FARIAS, 2011). Quando acampadas, estas mulheres experimentam uma situação política de luta e resistência articuladas a movimentos sociais, o que as coloca em condições de um relativo exercício de igualdade com os homens como demonstram Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000), Carmen Deere (2004) e Marisa Lomba de Farias (2011).

Os acampamentos constituem uma estratégia de ocupação coletiva e organizada com vistas à conquista da posse da terra, contribuem para a formação de identidades e de laços horizontais (RUA; ABRAMOVAY, 2000). A organização dos acampamentos rurais decorre da luta por acesso a terra e pela reforma agrária, agendas presentes no cenário político do

¹¹ Para mais informações ver Estatísticas de Gênero: uma análise do Censo Demográfico 2010.

Brasil desde meados do século XX e, que, recrudesceram no fim desse século, com conflitos violentos no campo, destacando-se os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995 e o de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. A estratégia de ocupação de terras e organização de acampamentos é uma das principais agendas dos movimentos sociais rurais de luta pela reforma agrária, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sendo este último, parte da presente pesquisa. As famílias que se articulam aos movimentos de luta pela terra vivenciam condições de pobreza, tanto aquelas de origem e trajetória rural, como aquelas advindas das áreas urbanas (BRUMER; DOS ANJOS, 2008). Em comum, estas famílias partilham uma vivência de exclusão e de ausência de perspectivas de vida, uma vez que, de forma semelhante, foram marginalizadas pela força do capital que produz um conjunto de desigualdades que as afasta de possibilidades de reprodução social (BRUMER; DOS ANJOS, 2008).

Neste cenário, a luta pela terra ganha contornos de sobrevivência e de ideologia política que faz com que as famílias experimentem um grau de coesão e de militância impulsionado pela formação oferecida pelos movimentos sociais às suas bases (BRUMER; DOS ANJOS, 2008). O MST se constitui como um dos mais significativos movimentos sociais de luta pela terra na América Latina com grande base social e que tem na formação política uma das principais estratégias de mobilização e coesão. Os acampamentos do MST possuem uma dinâmica de organização coletiva em que todos e todas que o compõem exercem alguma função para manutenção do funcionamento cotidiano (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Nesta dinâmica, cabem às mulheres assentadas, majoritariamente, às tarefas ligadas ao trabalho reprodutivo, já que elas assumem os setores de saúde, educação, infraestrutura (higiene, limpeza, alimentação) e cuidados de crianças (RUA; ABRAMOVAY, 2000). São elas que iniciam as atividades produtivas nos acampamentos com criação de aves e pequenos animais, hortas e quintais (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

O envolvimento das mulheres e do conjunto das famílias em todos os processos de luta pela terra é uma das estratégias utilizadas pelo MST, que, compreende as mulheres como elemento fundamental para a manutenção dos homens nos acampamentos e nos assentamentos da reforma agrária (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Segundo Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000) o envolvimento de toda a família nos acampamentos busca humanizar a ação e evitar formas de violência por parte das forças repressoras do Estado e da elite agrária.

As mulheres articuladas ao MST experimentam nas ocupações e acampamentos situações de maior protagonismo político, chegando a liderá-los como mostra a pesquisa de Lindalva Santana (2016), mas, também enfrentam a continuidade da reprodução da divisão sexual do trabalho. Nos acampamentos as mulheres participam ativamente da dinâmica política ocupando áreas e enfrentando a violência e repressão por parte de latifundiários e da polícia (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

Os processos de ocupação de terras e de constituição dos acampamentos são permeados pela formação política de base e de lideranças, sendo a pauta do direito a terra e da luta anticapitalista seus eixos centrais. As mulheres adquirem ou aprofundam uma formação política vivenciada na trajetória de luta pela terra, que representa uma “ruptura social de sua situação anterior” (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 219). Essa “formação militante” se traduz na qualificação de algumas mulheres como lideranças de acampamentos, assentamentos e movimentos sociais (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 224). As lideranças mulheres se constituem por meio de distintos processos políticos e históricos e, também, na mediação de recursos de informações, técnicas, conhecimentos de esferas sociais e políticas, que as distinguem no interior dos movimentos sociais, acampamentos e assentamentos (BRUMER; DOS ANJOS, 2008).

A formação política adquirida no movimento e no acampamento é um dos elementos que diferencia a maior ou menor participação das mulheres quando passam à condição de assentadas. A maior participação das mulheres na rotina coletiva dos assentamentos envolve a capacidade de falar e se expressar publicamente e, do conhecimento adquirido a respeito dos processos produtivos e políticos (RUA; ABRAMOVAY, 2000). O padrão de participação das mulheres nos assentamentos, também, é afetado pela rotina do trabalho doméstico e de cuidados e pelo reconhecimento dos homens como chefes de família, o que lhes garante privilégio de representação junto às associações dos assentamentos da reforma agrária (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Nos assentamentos da reforma agrária a atuação dos homens é “voltada à realização objetiva de questões econômicas, tendendo a arrefecer com a conquista da terra”, enquanto as mulheres “experimentam [...] o retorno à antiga condição de seres submetidos à dominação patriarcal” (PINASSI, 2010, p. 125).

As desigualdades de gênero e suas expressões no universo rural foram objeto de lutas e reflexões tanto nos movimentos sociais de mulheres e feministas como na academia. Na década de 1980, com o processo político de redemocratização vivenciado no Brasil, as mulheres passaram a participar mais ativamente nos movimentos e nos sindicatos rurais,

apresentando uma agenda focada no reconhecimento dos seus direitos. A ampliação da mobilização das mulheres tem expressão na Constituição de 1988, com a inclusão do artigo nº 189 que garante o direito delas a terra e o seu reconhecimento como trabalhadora rural, assegurando direitos previdenciários e de seguridade social para elas, conforme o artigo 202. O Estado brasileiro passa a reconhecer as mulheres rurais como detentoras de direitos e como público das políticas públicas.

Entretanto, a titulação conjunta da terra em nome dos homens e das mulheres, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, somente tornou-se obrigatória e passou ser efetivada em 2003, por força da Portaria do Incra nº 981/2003, como conquista da Marcha das Margaridas deste mesmo ano (BUTTO; HORA, 2008). O reconhecimento do direito das mulheres a terra foi tardio no Brasil, em comparação com outros países da América Latina, de acordo com estudo de Carmen Deere (2004). Para esta autora as razões da morosidade no pleito das mulheres rurais pelos seus direitos à terra são relacionadas à multiplicidade de espaços de participação política que as mulheres rurais conquistaram na década de 1980; as variadas prioridades dos movimentos sociais rurais e; a repercussão prática da exclusão das mulheres na consolidação dos assentamentos da reforma agrária (DEERE, 2004).

Carmen Deere assinala que o reconhecimento dos direitos das mulheres à terra ganha importância por dois vieses, o produtivista que busca incluir a produtividade da mulher na dinâmica dos assentamentos rurais, e o do empoderamento que compreende que a garantia de direitos para elas pode aumentar seu “poder de barganha dentro da família e da comunidade”, contribuindo para acabar com a subordinação feminina (DEERE, 2004, p. 176).

A participação das mulheres na reforma agrária foi caracterizada pela lógica patriarcal estabelecida nos normativos e legislações, desde o Estatuto da Terra de 1964, que priorizava os chefes de família maiores para fins de classificação de beneficiários, assumindo que,

O critério do tamanho da família foi desfavorável à mulher chefe de família, uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dada a ausência de um adulto homem na primeira (DEERE, 2004, p. 184).

Seguindo de priorização masculina na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Incra adotou um sistema de pontuação no qual homens com idade entre 18 e 60 anos ganhavam um ponto, enquanto que as mulheres na mesma faixa etária ganhavam 0,75 (DEERE, 2004). Aliado a este sistema de pontuação, a experiência com o trabalho agrícola, também constituía fator de discriminação, já que o

trabalho agrícola, familiar e assalariado, realizados por elas é caracterizado pela invisibilidade e desvalorização.

A racionalidade técnica patriarcal introjetada no Incra levou a uma compreensão por parte dos seus funcionários de que mulheres sem marido ou companheiro não teriam capacidade para administrar uma gleba. Assim, mulheres viúvas com crianças pequenas, sem um filho homem e maior de idade, perdiam o direito de permanência nos assentamentos (DEERE, 2004). A negação dos direitos das mulheres à terra tem implicações no reconhecimento dos seus direitos econômicos e políticos, além de naturalizar a hierarquia do poder masculino no interior das famílias. A noção de chefe de família representado pelo homem reverbera na composição das associações dos assentamentos da reforma agrária, que, como mostra o estudo de Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000), excluía as mulheres das decisões e da gestão dos assentamentos. Os programas voltados ao desenvolvimento agrícola dos assentamentos também replicavam a priorização dos chefes de família como beneficiários, já que consideravam a Relação de Beneficiários (RB) para fins de concessão de crédito e para atendimento de assistência técnica.

As mulheres beneficiárias da reforma agrária tiveram seus direitos formalmente reconhecidos no Programa Nacional de Reforma Agrária com a Instrução Normativa (IN) nº 38 de março de 2007. Esta instrução alterou os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatos de forma a garantir a participação das mulheres na reforma agrária. A inclusão do homem e da mulher candidatos na inscrição que identifica a unidade familiar, para seleção para os assentamentos, contrato de concessão de uso e o título definitivo de propriedade tornou-se obrigatória, por meio da Certidão de Cadastro de Imóvel Rural e o Cadastro das Famílias nas áreas de regularização fundiária e titulação, assim como a comprovação da condição civil (BUTTO; HORA, 2008). As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter prioridade no sistema de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária, além disso, o Incra criou a Certidão da Mulher Beneficiária da Reforma Agrária com vistas a facilitar o encaminhamento de seus direitos junto aos órgãos governamentais (BUTTO; HORA, 2008).

O reconhecimento dos direitos das mulheres a terra repercutiu na identificação de lacunas importantes no que se refere à participação delas na dinâmica produtiva e econômica dos assentamentos. A garantia da documentação da posse da terra em nome das mulheres permitiu que o conjunto de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural passasse a ser

dirigidas a elas. A IN 38 passa a garantir o acesso das mulheres assentadas às políticas agrícolas, de desenvolvimento rural e de educação no campo. O Artigo 8º da IN 38 diz que:

Nas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural destinadas às famílias assentadas será garantido à mulher o apoio às atividades de fomento a agroindustrialização, comercialização, assistência técnica, produção sustentável e outras, promovendo sua integração nas políticas públicas, garantindo a participação nos processos decisórios do assentamento, combatendo à desigualdade da mulher no mundo rural (INCRA, 2007).

Na esteira da publicação da IN 38 o Programa de Assistência Técnica e Socioambiental (ATES) foi reestruturado com o estabelecimento de novos objetivos para buscar a participação efetiva das mulheres, valorizando seus conhecimentos, construindo metodologias de visibilização da divisão sexual do trabalho, incentivando a incorporação das demandas produtivas delas e orientando a adequação do perfil das equipes de articulação dos núcleos operacionais deste programa. Associado a estes objetivos, outro avanço do Programa foi a inclusão da diretriz sobre o apoio a organização econômica e produtiva das assentadas com o incentivo a sua participação na produção dos assentamentos.

A IN 38, também, permitiu a criação da modalidade Adicional da Mulher Assentada, denominado Apoio Mulher, dentro do Crédito Instalação, voltada para o apoio e estruturação de grupos produtivos de mulheres assentadas. Esta linha de crédito previa a aplicação dos recursos de forma individual ou coletiva para implantação de projeto produtivo, agrícola ou não agrícola, em nome da mulher titular do lote. Inicialmente, os recursos disponibilizados para cada contrato eram da ordem de R\$ 2.400,00 disponibilizados em três parcelas de R\$ 800,00 sendo uma por exercício (INCRA, 2008). O valor deste crédito foi elevado em 2017 para R\$ 3.000,00, conforme a IN 68 e mantido até o ano de 2017. A execução do Crédito Apoio Mulher, nos primeiros anos de vigência foi residual, dado que as exigências de acesso criaram um conjunto de condicionantes que tornam o processo moroso e complexo (MOLINA; LEITE, 2018). Condicionantes internas e externas geraram um “ambiente burocrático e etapista”, que inviabilizaram na prática o desenho elaborado para o Apoio Mulher (MOLINA; LEITE, 2018, p. 10).

A implementação desse conjunto de iniciativas voltadas a inclusão das mulheres na dinâmica da economia rural se deu graças a atuação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ambos extintos em 2016. A DPMR se constituía como organismo responsável pela transversalidade de gênero no âmbito do MDA e do Incra. Os objetivos da atuação da Diretoria eram: articular e elaborar ações transversais que levem em conta os

direitos econômicos das mulheres rurais; implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de igualdade de gênero no âmbito do MDA; contribuir para a formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero, observando as relações étnico-raciais e geracionais; articular ações interinstitucionais necessárias para implementação de políticas públicas para as mulheres rurais.

Políticas públicas de comercialização, especialmente compras públicas como o PAA e Pnae e, de estruturação da produção como Terra Sol e Terra Forte, também foram articuladas e dirigidas para as mulheres assentadas. Os programas de compras públicas significaram um importante aporte para as mulheres assentadas. (IZIDORO; SILVA; BARONE, 2014). Os programas de infraestrutura produtiva, como o Terra Sol e o Terra Forte podem ser considerados irrelevantes dado o baixo orçamento destinado e o pouco acesso, resultantes da burocracia complexa e da forma de execução desses programas. A tardia visibilização das demandas das mulheres da reforma agrária, especialmente para a ampliação de sua participação econômica na produção dos assentamentos, associada à visão androcêntrica dominante no Estado, fez com que muitas iniciativas ficassem aquém do desenho elaborado.

A iniciativa de organização e sistematização das demandas de assistência técnica e extensão rural das mulheres assentadas da reforma agrária ocorreu em 2010, no contexto da implementação da Lei 12.188, conhecida como Lei de Ater, a partir dos Territórios da Cidadania. A ação realizada por meio de seminários estaduais foi coordenada pela extinta Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do, também extinto, Ministério do Desenvolvimento Agrário. De acordo com os relatórios técnicos da DPMR os seminários de qualificação de demanda envolveram mais de sete mil mulheres assentadas da reforma agrária de 32 Territórios da Cidadania das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul (SPECHT, 2011). A metodologia utilizada compreendeu as tipificações de qualificação do processo produtivo, apoio a comercialização e acesso às políticas públicas. As atividades produtivas são apresentadas consolidadas pelos tipos de produção: agroecológica, 163 ocorrências; agroindustrialização, 120 ocorrências e; artesanato, 88 ocorrências (SPECHT, 2011). A análise desses documentos técnicos evidencia o maior envolvimento das mulheres assentadas nas atividades de produção agrícola em relação aquelas não agrícolas, como o artesanato.

Conforme apontado nos documentos técnicos, a maior participação das mulheres na produção agroecológica e na agroindustrialização pode ser resultado de suas atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar. A produção para o autoconsumo, realizada

pelas mulheres, não é considerada produtiva e tampouco é contabilizada nos rendimentos da unidade familiar, pois a noção de renda é majoritariamente restrita ao que é mediado pelo dinheiro, financeirizado. A concepção mais ampla de renda contempla todos os ganhos, incluindo aqueles que não requerem mediação financeira, ou seja, tudo aquilo que deixa de ser comprado. Tanto a invisibilidade dos rendimentos obtidos pela produção do autoconsumo como a desvalorização da atividade produtiva realizada pelas mulheres são produtos de uma leitura hegemônica na economia de viés androcêntrico e liberal, que mercantiliza e financeiriza todas as esferas de reprodução social da vida.

2.2 Expressões do feminismo rural para a autonomia crítica, uma compreensão materialista das relações sociais

As concepções críticas sobre o pensamento econômico tradicional cresceram desde o final do século XX, com os estudos nas áreas da sociologia econômica e da economia feminista, entre outras (ZELIZER, 2008). A crítica central reside na falsa ideia de conceber a economia moderna com uma autonomia tamanha capaz de se distanciar da sociedade e das relações sociais. O pretense universalismo do *homo economicus*, cuja ação é, exclusivamente, racional e voltada ao capital, mascara as imbricações das relações econômicas com a esfera social.

Estes dois campos de estudos situam as relações sociais como estruturantes da lógica da economia moderna e com isso alargam o conceito, historicamente restrito a relações mediadas exclusivamente pelas esferas monetária e financeira. As relações e os contextos sociais são recolocados como constitutivos da economia moderna e, conseqüentemente, dotam as ações humanas de sentido a partir das diferentes estratégias de inserção no mercado.

Nesta pesquisa buscou-se subsídios no campo de estudos da economia feminista que, recoloca a base material como constituinte das relações sociais de gênero, ou de sexo, evidenciando o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres como central à sustentabilidade da vida humana e como condição de manutenção do sistema capitalista, reflexão negligenciada pela economia neoclássica (CARRASCO, 2006, KERGOAT; HIRATA, 2007). O conceito de divisão sexual do trabalho requer a articulação teórica com o conceito de gênero como categoria de análise, compreendido como constituidor das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, como forma primeira de significação das relações de poder (SCOTT, 1989). A categoria gênero é constituída por dimensões culturais, normativas e políticas, segundo Joan Scott, sendo que neste estudo, será

considerada, especialmente, a dimensão política, por destacar a organização social como estruturante das relações sociais de gênero.

O conceito de gênero na abordagem da economia feminista é utilizado como categoria de análise, elemento constitutivo das relações sociais percebidas por meio das diferenças entre homens e mulheres e uma forma primeira de significar as relações de poder. A construção social do ser homem e do ser mulher na sociedade se dá em cada momento histórico e ocorre em todas as esferas da sociedade, quais sejam: econômica, política, social e cultural (SCOTT, 1989). Portanto, o termo gênero não é sinônimo de mulheres ao contrário, é uma categoria que relaciona as construções sociais que por sua vez sustentam a desigualdade entre os sexos. O termo é controverso e até contraditório, como evidencia Maria do Carmo Delgado (2007), que afirma sobre o conceito de gênero “a interpretação mais comum tem levado, a meu ver, com frequência, a que a utilização desse conceito conduza à invisibilidade ou à diluição do sujeito político mulher” (p. 46).

O conceito de gênero oferece à análise da economia feminista a identificação de papéis socialmente construídos, informados pela divisão sexual do trabalho o estabelecimento de trabalhos e domínios designados para homens e mulheres. O trabalho produtivo localizado na esfera pública é atribuído aos homens. Já o trabalho reprodutivo realizado na esfera produtiva configura uma atividade das mulheres.

Para as economistas feministas o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres garante as condições de reprodução social, sustentando o sistema capitalista moderno já que não é remunerado, valorizado e é invisível (CARRASCO, 2006). Dessa crítica teórica advém o conceito de sustentabilidade da vida humana como essencial à reprodução da sociedade e, portanto, pertencente ao universo da economia, por meio do reconhecimento e valorização da *economia do care* (CARRASCO, 2006; ZELIZER, 2008). Associada a esta ideia, a economia feminista traz a noção de autonomia econômica das mulheres, tanto pela valorização do trabalho reprodutivo realizado por elas como pela inserção delas nas esferas produtivas da economia.

2.3 Autonomia e o feminismo

A condição das mulheres rurais pode ser lida pela economia feminista, pois se expressa pela forte divisão sexual do trabalho e pela unidade entre os espaços de produção e reprodução, pressuposto este sustentado por este campo de estudos e, que, embasa a proposta de alargamento do conceito de economia. Esta leitura em que a economia transcende as

relações mediadas pelos campos monetário e financeiro, também, leva a uma noção de autonomia econômica para além da apropriação de renda, mas compreendendo outras dimensões que a compõem (BEZERRA, 2013).

A reivindicação por autonomia das mulheres tem origem nas ideias iluministas que subsidiaram a Revolução Francesa, pautada como agenda social e política e sustentada pela afirmação dos direitos iguais naturais, centrada na cidadania (PARDINA, 1995). A desigualdade entre homens e mulheres, já não era considerada como natural, mas inserida em relações e processos sociais, creditada à educação¹² que elas recebiam. As primeiras inspirações feministas dentro do Iluminismo, encabeçada por Olympe De Gouges¹³, reivindicavam que a “igualdade entre os sexos era o primeiro passo para a autonomia” das mulheres, ideia esta que as levou a publicar a *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadania*, em contraponto a *Declaração dos direitos dos homens*, já denunciando a falsa universalidade (PARDINA, 1995, p. 154). As ideias iluministas de autonomia das mulheres carregavam um dilema para as feministas, já que propunham a igualdade e a emancipação de um lado, mas reafirmavam o determinismo biológico de outro.

Com o movimento sufragista inglês e norte americano, a perspectiva da autonomia passa a contemplar “direitos correspondentes” à reivindicação por direitos iguais formais como, direitos no matrimônio, ao trabalho, à educação, acesso a cargos públicos salário igualitário (PARDINA, 1995, p. 163). A inspiração das sufragistas no início do século XX é de cunho liberal, desde Stuart Mill¹⁴ e Harriet Mill¹⁵. A ideia de autonomia liberal era centrada na garantia de direitos iguais formais para as mulheres individualmente, conquistarem condição de igualdade. Estas ideias do feminismo liberal foram retomadas no pós II Guerra Mundial com um debate pautado na igualdade formal de oportunidades, na qual, as mulheres devem individualmente criar estratégias de autonomia, mantendo a sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo.

No século XX, a opressão das mulheres ganha espaço nos debates marxistas, especialmente com Engels¹⁶, que atribuiu à dominação masculina ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e da família monogâmica (TRAT, 2014) e, com

¹² A educação tinha grande peso para o Iluminismo por fazer os seres humanos mais livres.

¹³ Olympe de Gouges foi a autora da Declaração dos direitos das mulheres e da cidadania em 1791. Em 1793 foi guilhotinada na Praça da Concórdia em Paris. A declaração está disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>

¹⁴ John Stuart Mill, em 1866, quando eleito para a Câmara dos Comuns no parlamento inglês, apresentou petição pelo direito ao voto feminino. Compreendia que o trabalho digno para as mulheres era o cuidado com a casa.

¹⁵ Harriet Taylor Mill, filósofa inglesa, reivindicava, além do direito ao voto e da participação política para as mulheres, o direito ao trabalho e ao salário para as mulheres casadas.

¹⁶ Para ver mais consultar a A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.

Alexandra Kolontai¹⁷ que trouxe o tema da socialização do trabalho doméstico e de cuidados como uma das expressões da subordinação das mulheres na sociedade de classe. As socialistas colocaram na agenda a função social da reprodução que as mulheres desempenham e, pautaram o Estado para garantir condições de exercício da autonomia para elas, por meio da oferta de serviços de socialização do trabalho doméstico e de cuidados.

Na esteira das socialistas, a reivindicação por autonomia passou a ganhar contornos coletivos, a partir do debate de classe, como em Simone de Beauvoir (2009), para quem as possibilidades de autonomia individual dependem da situação econômica e social. A dimensão de sexo passou a ser compreendida como uma categoria social e política, pois as relações entre os sexos são relações de poder balizadas por uma ordem natural, que conformou uma espécie de “colonização interior” mais resistente que qualquer tipo de segregação de classe (PARDINA, 1995, p. 178). Para Teresa Pardina (1995), a autonomia das mulheres sofre com limitações impostas pelo patriarcado que afastam as mulheres das áreas de tecnologia, da produção e da gestão. Quando as mulheres intervêm na produção, elas não a controlam e são afastadas de todo o processo que engendra a cadeia. “Se saber é poder o patriarcado procura que a mulher não esteja presente ou então muito residualmente nos círculos de poder¹⁸” (PARDINA, 1995, p. 175).

A noção de autonomia reivindicada pelas correntes teóricas do feminismo se expressa em distintas dimensões a partir das suas diferentes influências e inspirações. Para este estudo, situaremos a investigação em torno da construção da autonomia, buscando articular a dimensão individual com a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres, inserida nas relações econômicas, sendo esta compreendida em sua noção alargada, conforme síntese extraída a partir de Renata Moreno (2013).

Complementar a esta perspectiva de autonomia advinda dos movimentos e correntes teóricas do feminismo, a autonomia crítica de Len Doyal e Ian Gough (1994), compreendida a partir do *querer para ser*, remete às aspirações construídas nas atividades concretas ou imaginárias das pessoas. A concepção de necessidades humanas decorre de duas vertentes: uma diz respeito aos requerimentos imediatos para afastar uma situação de risco e outra que se desenvolve no campo das vontades e dos desejos, não comportando uma hierarquia entre estas (GOMES JUNIOR, 2015). Doyal e Gough (1991) assinalam que o conceito de necessidades humanas por eles elaborado constitui uma crítica ao liberalismo, pelo caráter individualista e privado das necessidades e ao marxismo ortodoxo que atribui as necessidades

¹⁷ Líder revolucionária russa, integrante do Partido Bolchevique e teórica marxista.

¹⁸ Tradução livre do original em espanhol.

às construções do mercado e do Estado. Embora Marx admitisse a existência de necessidades humanas objetivas, ele considerava que estas eram reificadas socialmente pelas condições existentes em dado momento por força da mercantilização ou da atuação do Estado,

Marx thought that the social relations of capitalism are uniquely constituted to lead to a veritable explosion in a human productivity and material expectation, bringing in their train a constantly enriched system of needs (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 13).

Deste ponto, a prioridade de atuação das forças socialistas deveria ser a mudança das bases econômicas e a conseqüente construção de necessidades reais, livres da incidência da superestrutura. Doyal e Gough consideram que esta perspectiva das *socialist politics* é centrada numa conquista futura, pós-capitalista, impossibilitando a qualificação das reais necessidades no contexto atual, apontando para um *futuro vazio de conteúdo substantivo*¹⁹ (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 28). Os autores, em perspectiva dialética, consideram que a ideia de um progresso revolucionário futuro comporta uma leitura das carências que não são realizadas no presente. Neste cenário, o conceito de necessidades humanas básicas, ganha centralidade ao especificar precisamente as deficiências e como elas podem ser superadas na prática. Assim, *Marxists must be committed to the existence of human needs which are the same now as they will be in the future - everywhere and for everyone* (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 28).

Esta leitura crítica do marxismo apresentada por Doyal e Gough tem como pano de fundo a tensão entre o relativismo histórico e o universalismo, presentes nos escritos do próprio Marx e de autores filiados a esta corrente de pensamento. Em que pese tal crítica, os autores constroem o conceito de necessidades humanas básicas universalista, mesmo considerando que não existem sujeitos de necessidades, mas relações entre indivíduos que interagem para suprir necessidades comuns e se tornam sujeitos (PEREIRA, 2006).

Doyal e Gough não consideram as relações sociais de gênero embora este termo esteja presente na análise dos autores, mais na perspectiva distorcida de sinônimo de mulheres do que como categoria de análise relacional entre os sexos, conforme Joan Scott. A teoria de Doyal e Gough contempla as mulheres como uma condição de especificidade, na qual é enfatizado o papel social reprodutivo delas pela maternidade. Os autores, que seguem uma perspectiva materialista e dialética para suas análises e construção teórica, desconsideram as relações sociais de gênero como um potencial limitante estrutural para a construção da autonomia, tanto a de agência como a crítica. Apenas relacionam as possibilidades de autonomia com a esfera da reprodução biológica como um papel exclusivo das mulheres. Os

¹⁹ Tradução da autora

autores parecem incorrer na mesma lógica das correntes marxistas universalistas, na qual o indivíduo revolucionário é representado por um homem branco. Embora não seja objeto de análise desta dissertação a questão racial é desconsiderada como fator que pode limitar a construção de autonomia, dado que também é um importante componente das desigualdades estruturais.

2.4 *Autonomia crítica*

Doyal e Gough como teóricos das necessidades humanas e da autonomia como parte delas compreendem o ser humano como ser social, fundamentalmente, e não apenas como seres da natureza. Esta lógica de autonomia como capacidade crítica de sociabilidade tem raízes numa leitura da sociedade estrutural, em perspectiva histórica e social. Por ser uma concepção que compreende as relações sociais como estruturantes da sociedade e, por contemplar a interação da noção de autonomia entre o individual e o coletivo, esta perspectiva é próxima, teoricamente, daquela que é sustentada pela economia feminista.

A autonomia como necessidade humana diz respeito à ideia de que sem autonomia *nenhum homem ou mulher poderá participar e fazer escolhas genuínas e informadas* (PEREIRA, 2006, p. 7). A autonomia, nessa perspectiva comporta uma transmutação do significado de necessidade, dado que as condições estão em permanente movimento de acordo com o sistema de valorações e inseridas nas relações sociais (DOYAL; GOUGH, 1991). Logo, esta noção de autonomia reconhece as necessidades universais e particulares, ou a interação entre individual e coletivo como forças que são mutuamente afetadas de acordo com o contexto social (PEREIRA, 2006).

A autonomia individual tem relação com a iniciativa pessoal para uma determinada ação fundamentada em escolhas, referentes à *sua capacidade de formular objetivos e estratégias consistentes que acreditam ser de seu interesse, bem como, de suas tentativas de coloca-los em prática nas atividades em que se engajam*²⁰ (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 94). De acordo com a teoria de Doyal e Gough a autonomia individual depende de três chaves efetivas: o grau de conhecimento que uma pessoa tem sobre si mesma; capacidades psicológicas de formular opiniões sobre si mesmas e; oportunidades objetivas que permitem a ação.

O autoconhecimento é construído pela interação social, pelas trocas de conhecimento sobre as linguagens e práticas nas mais variadas culturas, o que pode conduzir a diferentes

²⁰ Tradução livre da autora

graus de autonomia e de capacidade de negociação. As capacidades psicológicas (emocional e cognitiva) dizem respeito à saúde mental como um importante componente racional para a autonomia. Os autores argumentam que esta dimensão é de difícil mensuração por envolver aspectos subjetivos e psicológicos e apresentam aspectos de um nível mínimo para a autonomia em um período seguido. Tais aspectos são: a) aqueles atores que têm capacidade intelectual para formular metas e crenças comuns com a sua vida; b) aqueles atores que têm confiança suficiente para querer atuar e participar na sua forma de vida; c) aqueles atores que, às vezes, conscientemente formulam metas e crenças e as compartilham com outras pessoas; d) aqueles atores que percebem suas ações como feitas por si próprios e não por outras pessoas; e) aqueles atores que são capazes de compreender as restrições empíricas das suas ações; f) aqueles atores que são capazes de assumir a responsabilidade pelas suas ações. Quando estas características estão ausentes nos indivíduos, podem ser considerados mentalmente ou emocionalmente desabilitados. Os autores exemplificam a relação entre saúde mental e o nível de autonomia com a depressão quando acomete pessoas em situação de desemprego, o que causa desalento e desmotivação e, implica diretamente na capacidade individual de autonomia. Outro exemplo é o transtorno de ansiedade ilustrado pelos autores a partir da realidade da imensa maioria de mulheres que são sobrecarregadas pelos trabalhos produtivo (remunerado) e reprodutivo (doméstico e de cuidados) que implica em constante gestão de tarefas e impossibilita, na maioria das vezes, períodos de descanso ou de lazer.

As oportunidades objetivas são relacionadas às atividades significativas que as pessoas exercem ou querem exercer por meio de sua autonomia de escolha em um grau mais profundo e informado. Não se trata de fazer escolhas possibilitadas pela liberdade de agência ou de ação, apenas, mas de oportunidades de participação em diferentes espaços ou instâncias sociais em acordo com as regras sociais ou contra estas. As oportunidades objetivas podem levar a escolhas informadas, para além da interpretação das regras culturais e sociais, mas tomadas a partir de um senso profundo, que os autores chamam de autonomia crítica.

Doyal e Gough compreendem a autonomia em duas dimensões: a autonomia da ação (ou de agência) relacionada à ação livre de constrangimentos e a autonomia crítica que corresponde às capacidades de avaliação das pessoas a respeito da mudança de regras e práticas (PEREIRA, 2006). Segundo a teoria destes autores existem quatro pré-condições sociais, comuns a todos os tipos de sociedade ou de culturas, que devem ser satisfeitas para garantir a sobrevivência e a prosperidade, quais sejam: a produção - relacionada à produção material (casa, comida), a base econômica; a reprodução - que diz respeito à reprodução

biológica e a socialização dos cuidados das crianças; a transmissão cultural - referente à capacidade de apropriação das regras e costumes culturais, tanto pela educação formal como a informal, transmitida pelas relações sociais e; a autoridade - relacionada ao exercício de um sistema de poder capaz de assegurar que as regras que sustentam a sobrevivência e a satisfação das necessidades humanas sejam compartilhadas e seguidas.

As pré-condições sociais apresentadas pelos autores dizem respeito à interação existente entre a ação individual e a coletividade, que dá sentido às possibilidades de escolha.

Actors are socialised into following rules - expressions of collectively held and enforced aims and beliefs. These will range from the obviously public (...) to those which seem essentially private. Such rules constitute the parameters of our sense of self and of others - our individual vision of what (formally) is and is not privately and public possible. Thus the autonomy necessary for successful action is not compromised by the necessity to follow rules - quite the opposite. It is precisely the normative constraints of our social environment which make the specific choice to do rather than y a real possibility (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 77).

Para Doyal e Gough a autonomia necessária para uma ação exitosa não significa a exigência de seguir regras socialmente estabelecidas, mas em sentido dialético, são as restrições normativas sociais que permitem uma determinada escolha. A compreensão dos autores sobre as mulheres é restrita a uma percepção essencialista, por sua capacidade reprodutiva, a maternidade - já que a sobrevivência das culturas, depende em algum grau mínimo, da satisfação das necessidades básicas pré e pós natal. Embora os autores esbocem uma crítica ao excessivo peso dado por Engels em sua análise matrilinear pré-capitalista, os elementos estruturais da hierarquia de gênero informados pela divisão sexual do trabalho não figuram no arco de suas problematizações.

Esta ausência fica mais flagrante na discussão feita pelos autores sobre a otimização da satisfação das necessidades humanas, em que abordam as disputas presentes nas diferentes estratégias que podem ser empreendidas para tal otimização. Doyal e Gough discutem as divergências fundamentais que incidem sobre as escolhas na prática, mas desconsideram as relações de gênero como locus de disputa para a satisfação das necessidades de homens e mulheres, que não são homogêneas.

A hierarquia de gênero, construída socialmente ao longo da história da humanidade, conferiu privilégios masculinos para a satisfação de suas necessidades básicas físicas e de autonomia, tanto a de agência como a crítica. As necessidades básicas físicas masculinas são sanadas pelo trabalho doméstico e de cuidados (reprodutivo) realizado pelas mulheres que garantem condições de reprodução da força de trabalho e de reprodução social das famílias. A autonomia de agência, como liberdade de ação pode ser considerada um privilégio histórico

masculino, que conferiu aos homens a participação na esfera pública, na racionalidade e na cultura. Às mulheres, ao contrário, coube à limitação da esfera privada, da natureza a ser dominada, portanto, com restrição do exercício da autonomia de agência.

A divisão sexual do trabalho informa os privilégios masculinos no exercício das escolhas que, são compreendidas compulsoriamente como escolhas benéficas para o conjunto da família, por exemplo, como tratado no capítulo 1 desta dissertação. Se as condições de escolhas privilegiam um sexo em detrimento de outro, pode-se considerar a existência de uma disputa permanente pelas condições de otimização da satisfação das necessidades individuais motivada pela assimetria de gênero. A perspectiva de satisfação das necessidades humanas básicas requer considerar a existência de uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres como uma dimensão limitante para a otimização das estratégias e que representa uma potencial divergência fundamental para a autonomia.

A divisão sexual do trabalho, conforme Hirata e Kérigoat (2007) oferece uma compreensão crítica para a teoria da autonomia como uma necessidade humana básica de Doyal e Gough. Em todas as dimensões das precondições sociais produção, reprodução, cultura e autoridade política, cabem a aplicação dos princípios de hierarquia (atividades masculinas mais valoradas socialmente do que aquelas das mulheres) e separação (esfera pública de domínio masculino e esfera privada de domínio feminino). Tal concepção é capaz de explicar a negação da participação das mulheres na esfera pública - compreendida na produção e na autoridade política -; a invisibilidade e a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados - relativa à esfera reprodutiva da vida - e; finalmente esta separação entre os domínios público e privado construída e difundida socialmente, compreende as mulheres como agentes sociais localizados fora da transmissão cultural (ou racionalidade) e restritas a expressão da natureza (essencialismo biológico).

A articulação entre o conceito de divisão sexual do trabalho e a teoria da autonomia crítica pode ser estabelecida graças a perspectiva dialética de Doyal e Gough sobre a capacidade de ação individual a partir da interação coletiva e das restrições normativas. A possibilidade de autonomia crítica pode ser informada pela compreensão das restrições que se desdobram pela divisão sexual do trabalho e oferece um caminho para visibilizar as estratégias empreendidas pelas mulheres para a satisfação das necessidades básicas humanas, bem como para a sustentabilidade da vida humana. A teoria da autonomia crítica de Doyal e Gough, como uma necessidade humana básica, recoloca em termos teóricos uma agenda

histórica dos movimentos feministas, o que pode significar uma grande contribuição acadêmica e política para o tema.

Tal perspectiva de autonomia crítica oferece às correntes feministas de inspiração materialista uma contribuição teórica essencial ao colocar a capacidade de escolha e de intervenção social como uma necessidade humana, ao contrário das teses majoritariamente difundidas de cunho liberal que a consideram apenas no campo subjetivo e individual. Outro ponto de contato entre o feminismo e a autonomia crítica diz respeito a plasticidade do conceito, não restrito ao econômico como expressão do monetário. A autonomia crítica comporta algumas dimensões que na economia feminista são consideradas na perspectiva de libertação para as mulheres, desde que informada e dotada de sentido de mudança social a partir do seu contexto.

3 - SOCIOLOGIA ECONÔMICA: AS RELAÇÕES SOCIAIS COMO CONSTRUIDORAS DO MERCADO

A compreensão alargada da economia como interdependente das relações sociais e históricas é um dos pressupostos da sociologia econômica. A sociologia econômica é compreendida “de modo conciso como a aplicação de ideais, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos” (ZWEDGER, 2004, p. 7). O conceito crucial que orienta esta vertente de pesquisa é a construção social da economia desde a inspiração de clássicos como Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber, para situar os mais influentes.

A partir da teoria Weberiana institucionalista tem-se a ideia de incrustação (*embeddedness*²¹), entre as relações sociais e as relações econômicas, que coloca estas últimas como inseridas em determinado contexto - tempo e espaço (POLANY, 2000; GRANOVETER, 2007). A economia é compreendida como substantiva, que gera formas institucionais em que a busca por satisfação das necessidades humanas se traduz nas diferentes sociedades. Trata-se de desvendar o lugar ocupado pela economia na sociedade que busca mais a suficiência do que a eficiência. Não é, portanto, um ente autônomo ou “subsociado” independente da sociedade, das instituições que se expressam nela como, mercado e Estado e, dos sistemas que a organizam como religião e cultura (GRANOVETER, 2007).

²¹ Também traduzido como imbricação ou imersão

Viviane Zelizer (1989) aponta, ao estudar o significado do dinheiro, que este não é uma mera ferramenta do mercado, mas que esta sujeito a interferências extra econômicas. O dinheiro ganha significados especiais de acordo com relações de poder, papéis de gênero, relações sociais, idade e classes sociais que atribuem valoração maior ou menor na sua utilização.

A autora propõe um modelo alternativo de interpretação, o “special monies” ou dinheiro especial, em coexistência com o “market monies”, dinheiro como instrumento do mercado (ZELIZER, 1989, p. 344). A noção de dinheiro especial surge de uma pesquisa feita em duas comunidades²², nas quais Zelizer evidenciou a influência de gênero na valoração, gestão e apropriação do dinheiro pelas mulheres. A autora evidencia ainda, que a gestão familiar do dinheiro afeta as mulheres de todas as classes, tanto aquelas da classe dominante que recebem uma espécie de mesada, como aquelas da classe trabalhadora, que fazem a gestão familiar dos recursos, voltada ao coletivo.

Não há, como sugere a autora, uma gestão ou apropriação do dinheiro que favoreça a autonomia ou a independência das mulheres em qualquer classe social. O dinheiro ganho pela mulher é sempre menos valorizado, conforme os significados atribuídos a ele pelo imaginário social, visto como fútil ou dirigido a despesas secundárias. Já o dinheiro ganho pelo homem é valorizado e concebido como aquele que provê o verdadeiro sustento da família. O dinheiro ganha, assim, vários significados já que existe em interdependência com sistemas de relações sociais e estruturas sociais que se modificam historicamente. Zelizer mostra que o sistema de gênero interfere na noção de dinheiro e, conseqüentemente, nas relações econômicas, afetando todas as mulheres.

Este aporte de Zelizer encontra ressonância na afirmação de Helena Hirata e Daniëlle Kergoat (2007) a respeito dos princípios da divisão sexual do trabalho, a separação (entre trabalho de homens e de mulher) e a hierarquização (trabalho de homem vale mais do que o da mulher), “são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço” (p.599). O conceito de divisão sexual do trabalho, segundo Hirata e Kergoat, não pode ser considerado a partir da perspectiva naturalista como imutável, mas sim, compreendido a partir das relações sociais de sexo que o conformam no tempo e no espaço pelas suas modalidades concretas.

É na plasticidade que a divisão sexual do trabalho assume nas diferentes sociedades e momentos históricos, que reside a principal diferença entre as orientações teóricas funcionalista e estruturalista. As necessidades imediatas das mulheres (HOLMSTROM, 2014)

²² A autora analisou pesquisas feitas em Rossel Island no sudoeste do Pacífico e Caroline Islands no oeste do Pacífico.

ou a sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2006) não são compartilhadas por todas as mulheres, mas são coincidentes com os interesses de classe. As desigualdades de condições sociais exigem diferentes necessidades imediatas das mulheres para transpor a divisão sexual do trabalho de acordo com o corte de classe e raça. Esta é uma significativa diferença entre as abordagens funcionalista e estruturalista, sendo que esta segunda relaciona socialmente as desigualdades de gênero com as de classe e raça. A inserção econômica das mulheres da classe dominante se dá pela lógica da conciliação ou da delegação do trabalho doméstico e de cuidados para outras mulheres ao passo que aquelas da classe trabalhadora terceirizam este mesmo trabalho para outras mulheres, sem mediação monetária, na maioria das vezes (KERGOAT; HIRATA, 2007).

Esta mirada sobre as necessidades das mulheres de acordo com a classe social se sustenta na ideia de que a história se faz pelos modos de produção vigentes em cada período histórico e pela organização da sociedade decorrente dela (MARX; ENGELS, 1998). As relações sociais como constitutivas das condições materiais de produção se expressam na lógica econômica dominante e nas estruturas que as sustentam.

A sociologia econômica encontra pontos de conexão com a economia feminista de orientação marxista, ao criticar a noção de *homo economicus* atomizado e universal, ao localizar as relações sociais como orientadoras das dinâmicas econômicas e ao colocar a satisfação das necessidades humanas em toda sua complexidade como geradora de outras dinâmicas econômicas, para além da esfera monetária. A lógica da economia dominante e a conformação dos mercados que dela decorrem são, portanto, fruto das relações sociais, que, por sua vez se constituem como base de construção para estas estruturas, sendo a divisão sexual do trabalho um dos seus pilares de constituição.

3.1 A Construção social do mercado agrícola no Brasil

A satisfação das necessidades elementares de vida como motor da configuração dos modos de produção coloca a produção de alimentos nas instâncias primeiras de trocas de bens e posteriormente da organização do mercado agroalimentar.

O conceito de construção social de mercados, bastante utilizado desde os anos 1990, se insere na abordagem da sociologia econômica, especialmente na corrente funcionalista que, os compreende a partir do processo de interação social e inscrito nas relações estruturais sociais. Nos mercados agroalimentares é possível observar a coexistência do mercado convencional transnacional, que distancia produtores e consumidores, com outros mercados,

chamados de aninhados (PLOEG, 2016), diferenciados, alternativos locais, circuitos curtos, institucional, entre outros.

Os mercados aninhados são formados por vários componentes distintos (infraestrutura, multifuncionalidade e diferencial) que interagem e operam conjuntamente em articulação com outros mercados aninhados que distribuem e valorizam a produção ou serviços (PLOEG, 2016). O termo aninhado tem relação com a articulação ou inserção numa rede que oferece condições para que este mercado participe do “mercado agrícola” mundialmente estabelecido com seus parâmetros e regulamentos. Esses mercados se constituem a partir das “lacunas estruturais” dos mercados convencionais e se organizam e desenvolvem diferenciais (cadeias de trocas multiniveladas) como a “infraestrutura sociomaterial”, sendo que este diferencial não é a propriedade privada, mas um recurso comum (PLOEG, 2016. p. 24). Segundo Jan van der Ploeg esses mercados são “complexos e interconectados, cada vez mais, vêm se constituindo como importantes arenas de lutas sociopolíticas” (PLOEG, 2016, p. 25).

Sérgio Schneider (2016) apresenta, uma tipologia sobre os mercados em que a agricultura familiar está inserida: mercados de proximidade (venda direta, entrega direta, beira de estrada, feira local, grupos de consumo); mercados locais e territoriais (feiras regional e nacional, redes de venda, eventos, lojas especializadas, restaurantes, associação de vendas, sacolão); mercados convencionais (atravessadores, cooperativa, agroindústria, empresa privada, internet, supermercado) e mercados públicos e institucionais (alimentação escolar, fair trade, organismos internacionais, ONGs, entidade assistencial, estoques do governo). Este autor chama atenção para a forte polarização, que ocupou o debate na sociologia rural, entre inserção em mercados e mudança no modo de vida da agricultura familiar e camponesa. Schneider compreende que a inserção em mercados reflete as relações sociais estabelecidas entre o campo e a cidade, trata-se mais de uma leitura localizada no tempo e no espaço, que influencia nas dinâmicas de reprodução da agricultura familiar e camponesa e menos de um fenômeno que represente o fim desta forma de organização social do campo.

Schneider (2016) dialoga com uma perspectiva de que a inserção nos mercados não representa o fim das formas de organização social das populações do campo, mas as modifica não apenas pelas trocas mercantis envolvidas, mas, também pelas novas dinâmicas de interação entre o campo e a cidade. De acordo com esta tipologia, a maior ou menor inserção nos mercados pode ser medida “por um gradiente” que compreende desde uma quase autonomia, nenhuma integração, até a total e completa dependência da agricultura familiar e

camponesa dos mercados (SCHNEIDER, 2016, p. 117). O aporte tipológico de Schneider para os tipos de mercados em que a agricultura familiar e camponesa se insere podem ser lidos de forma ampla como constituídos por relações sociais que orientam os circuitos de comercialização, a partir da interação produção - consumo.

Entretanto, a compreensão da formação do mercado agrícola de alimentos passa pela análise das estruturas sociais e da correlação de forças nos diferentes períodos históricos, como mostram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva em *História Política do Abastecimento* (1979). Linhares e Silva mostram que os interesses da classe dominante no Brasil dirigiram a atuação do Estado, desde 1918, para o fomento à produção de alimentos voltada ao mercado externo em detrimento do abastecimento do mercado interno (1979). Os autores evidenciam as disputas internas que marcaram o deslocamento dos conflitos do campo para a cidade, assim como do poder político e econômico, até então hegemônico pela burguesia agrária e, que passa ser disputado pela elite urbana industrial. Linhares e Silva ao fazerem um apanhado histórico da política do abastecimento no Brasil, recuperam a centralidade das relações sociais, entre as classes sociais, na condução das orientações políticas sobre o mercado.

Mais que isso, Linhares e Silva contextualizam a profunda relação entre a produção de alimentos e a criação das condições de reprodução do sistema capitalista industrial então incipiente. Os autores destacam a transformação na relação entre campo e cidade, sendo exemplo maior disto o controle do preço dos alimentos como mecanismo de manutenção de baixos salários nas cidades, incidindo diretamente sobre os ganhos das populações rurais e da massa trabalhadora urbana. A atuação do Estado no período estudado por Linhares e Silva (1918 a 1974) foi marcada pela manutenção das contradições entre os interesses de classes, notadamente a favor das elites estimulando ao mesmo tempo o mercado exportador e o mercado interno. As iniciativas no campo do mercado de abastecimento interno foram adotadas como forma de contemplar parte da classe dominante nacional do setor industrial e, para conter a organização política da massa trabalhadora em torno do problema da fome, preços dos alimentos e alta da inflação (LINHARES; SILVA, 1979).

O estudo de Linhares e Silva, embora historiográfico, aponta para as relações sociais como constituidoras da organização do mercado de alimentos ao situar o abastecimento em perspectiva histórico-estrutural no Brasil. As relações de poder político e econômico conduziram a política de abastecimento e do mercado de alimentos, destacadamente no período entre a República Velha e a República Nova ou entre as matrizes produtivas agrícola

e industrial. A perspectiva metodológica de Linhares e Silva situada no materialismo histórico evidencia as bases da estrutura social como determinantes para a construção do mercado brasileiro de alimentos em favor dos interesses da classe dominante.

Linhares e Silva assinalam a composição demográfica da população brasileira de acordo com o Censo de 1950 destacando que 94,14% das mulheres, com dez anos ou mais, constituíam força de trabalho ativa e desempenhavam um papel econômico relevante. Esses autores mostram que quando consideradas apenas as atividades extra domésticas como econômicas, o percentual de mulheres economicamente ativas caía para 7,06%, enquanto que 59,0% delas desempenhavam atividades domésticas e/ou escolares. Embora Linhares e Silva não aprofundem a análise das relações sociais de gênero - conceito este que estava em construção na década de 1970 - identificam como “confusos os critérios” de atividades extra domésticas e atividades profissionais, já que estes causavam “equívocos” a respeito da responsabilidade com o sustento das famílias (LINHARES; SILVA, 1979, p. 132). Linhares e Silva apontam “a importância do trabalho feminino em atividades domésticas que, se remuneradas representariam parcela central do produto interno bruto” (LINHARES; SILVA, 1979, p. 133). Embora o trabalho doméstico realizado pelas mulheres não seja o foco desta pesquisa, os dados analisados pelos autores apontam para a divisão sexual do trabalho como estruturante na organização do abastecimento no Brasil, já que o trabalho feminino na produção agrícola de alimentos era invisibilizado e sequer passível de mensuração ao mesmo tempo em que as mulheres constituíam força de trabalho ativa nesta produção e representavam metade da população do país na metade do século XX.

Este quadro sofreu poucas alterações no século XXI já que as dificuldades de inserção das mulheres produtoras rurais nas atividades de comercialização estão relacionadas com as “atribuições de gênero” que as dirigem para a vida doméstica e para o espaço privado (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 154). A rígida divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e camponesa faz com que as mulheres constituam a maioria entre os membros não remunerados da família, “comprometendo a autonomia pessoal e financeira” delas (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 155).

Os estudos e análises dos circuitos de comercialização agrícola, majoritariamente, reproduzem discursos delimitados pelo androcentrismo, construído na ciência e no pensamento econômico, evidenciando apenas a figura masculina como agente da esfera comercial. A presença das mulheres nos circuitos de comercialização agrícola tende a ser

invisibilizada proporcionalmente à escala de inserção comercial e à complexidade das organizações que estão inseridas nelas.

Patricia Allen e Carolyn Sach (2007) apontam que a rede varejista da alimentação norte americana depende do trabalho das mulheres, embora elas estejam ausentes dos espaços de gestão e decisão destas redes. No Brasil, os estudos a respeito da participação das mulheres rurais nos circuitos de comercialização agrícola são, comumente, voltados aos grupos produtivos formados por elas, com inserção local ou relacionados às políticas públicas como em MOTA *et al.* (2014), SCHIMITZ; MOTA; SOUSA (2016), SALVARO; ESTEVAM; FELIPE (2014). Elas vêm adotando diferentes estratégias de inserção econômica, destacadamente, a organização em grupos produtivos, comercialização via programas institucionais de compras públicas e participação em circuitos e feiras locais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, FARIA, 2011). Estas estratégias constituem articulações empreendidas por elas para incrementar a renda e ampliar a participação na gestão econômica.

4 - CONDIÇÕES DE AUTONOMIA CRÍTICA DAS MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA

4.1 A agenda das mulheres no MST: a articulação entre as relações sociais de classe e de sexo

A organização política das mulheres rurais ganhou expressão a partir da década de 1980, acompanhando o processo de redemocratização e a constituição do movimento feminista e de mulheres no Brasil (DEERE, 2004). As origens dessa organização estão localizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com forte atuação na resistência à Ditadura Militar nos anos 1960 e 1970 e no novo sindicalismo, especialmente os de trabalhadores na agricultura (DEERE, 2004). As primeiras expressões da organização política das mulheres rurais se configuraram na base dos sindicatos ligados à Contag, na constituição do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão Central de Pernambuco (DEERE, 2004) e na criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora no âmbito da CUT (DEERE, 2004).

O MST foi formalizado em 1984, no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, realizado no estado do Paraná. A constituição do MST é resultado “de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país”,

entre fins dos anos 1970 e início da década de 1980, com maior expressão no oeste dos estados da Região Sul do Brasil e no Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2012, p. 498). A nacionalização do MST ocorreu nos anos 1990, com atuação em 24 estados da federação²³ período em que a agenda da reforma agrária ganhou visibilidade pela violência dos conflitos agrários, como Eldorado dos Carajás e Corumbiara e, pela implementação de uma política agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso, de caráter neoliberal (FERNANDES, 2012).

A pauta política do MST, desde a sua fundação, é organizada pela luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Essa agenda aponta para uma sociedade igualitária, o que inclui a transformação das relações de opressão de homens sobre as mulheres. Entretanto, a organização das mulheres dentro do MST e suas reivindicações não foram priorizadas pelo movimento no seu início (DEERE, 2004), tampouco, constituíram unanimidade no seu interior (PINASSI, 2010) e a abertura dos espaços para o debate de gênero foi construída pelas mulheres, desde a base, a partir das vivências e conflitos (DE SANTO, 2016).

No fim dos anos 1980 foi criada a Comissão Nacional de Mulheres do MST que colocou para a direção do movimento os desafios de criar comissões em âmbito estadual e grupos de mulheres nos acampamentos e assentamentos (DEERE, 2004). As propostas das mulheres foram incorporadas na primeira edição das *Normas Gerais do MST* em 1989, no capítulo *A articulação das mulheres* cujos objetivos eram,

- (i) a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo; (ii) a organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus próprios problemas específicos; (iii) encorajar a participação de mulheres em todas formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical, onde as mulheres trabalhadoras rurais participam independentemente de suas posições de classe; e (iv) organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento (DEERE, 2004, p. 187).

A partir da pressão da Comissão de Mulheres do MST conteúdos específicos das demandas delas foram explicitados nos manuais de treinamento do movimento entre os anos 1989 e 1993 buscando o aumento de sua participação política. Neste período o MST pautou em seus materiais organizativos e formativos as primeiras referências aos contenciosos que limitam a maior participação das mulheres na produção coletiva e nas atividades do movimento. Este esforço não se traduziu em iniciativas concretas de pautar a ampliação dos direitos de cidadania e econômicos das mulheres, como o acesso a terra. Para Carmen Deere

²³ Até 2011 o MST não estava presente no Acre, Amapá e Amazonas.

vários fatores contribuíram para esta “falta de atenção” do MST, como o lobby dos latifundiários para minguar as ações previstas no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, o ambiente político de instabilidade dos governos Collor²⁴ e Itamar Franco²⁵, e o foco do MST na época na titulação coletiva da terra²⁶ (DEERE, 2004, p. 187).

O acesso das mulheres a terra, a sindicalização e aos direitos previdenciários, conquistados na Constituição Federal de 1988, se expressara em agendas mobilizadoras para a organização política e programática delas, levando a constituição de movimentos e articulações autônomas de mulheres e à intervenção organizada delas nos movimentos mistos. A organização política e social das mulheres rurais, em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, teve capilaridade nacional, destacando-se a Articulação das Instâncias das Mulheres Rurais dos estados do Sul (AIMTR-Sul), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), a Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o Movimento de Mulheres Agrícolas (MMA-SC).

As mulheres do MST, assim como outras mulheres integrantes de movimentos mistos, participaram e apoiaram a constituição de alguns desses coletivos. Esta iniciativa de “dupla estratégia dos movimentos sociais autônomos de mulheres rurais” visava à articulação de suas próprias organizações e também a auto-organização delas nos movimentos mistos, criando um “novo ambiente organizativo” para elas (BUTTO, 2017 p. 164). A construção deste ambiente político foi permeada por tensões quanto à concepção e a intervenção.

Coincidente com este ambiente, a Comissão de Mulheres do MST “praticamente parou de funcionar” no início dos anos 1990, dado ao entendimento majoritário no movimento de que as questões de gênero deveriam ser discutidas pelas mulheres em outros movimentos autônomos próprios (DEERE, 2004). A concepção dominante no MST compreendia que o tratamento específico da agenda das mulheres ou das questões de gênero era responsável pelo divisionismo no movimento, e este é pautado pela centralidade na classe (DEERE, 2004; PINASSI, 2010, BUTTO, 2017). Em 1993, o MST afirma no Artigo 45 do seu Documento Base, que *o movimento deve considerar questões específicas das mulheres e de sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero* (DEERE, 2004, p. 188). Já no Artigo 152 do mesmo

²⁴ 1990 a 1992.

²⁵ 1992 a 1994.

²⁶ A titulação da terra deveria ser coletiva, em nome de todos os assentados, independente de ser a produção coletiva ou individual, com garantia de usufruto e sem possibilidade de alienação da terra. Perspectiva leninista que inspira a concepção e a intervenção do MST.

documento, afirma o movimento deve “encorajar o papel da mulher na produção e sua participação em cooperativas”, além de “lutar contra a desigualdade e o tradicionalismo que existe entre os camponeses” (DEERE, 2004, p. 188). Estas duas afirmações políticas retratam o ambiente de forte tensão em que as mulheres pressionavam o movimento e a sua agenda era incorporada numa concepção de coletivização dos meios de produção e do trabalho, apenas pautada pela ideia de classe, assim como o tratamento genérico e difuso em torno de uma desigualdade e de um tradicionalismo sem maiores qualificações ou problematizações.

Esta tensão também estava presente nas organizações autônomas de mulheres rurais, especialmente, na polarização entre as abordagens gênero e classe, defendida pelas mulheres articuladas a Via Campesina, e corpo e sexualidade, sustentada pelo MMTR-NE (BUTTO, 2017). A necessidade de se estabelecer as relações entre gênero e classe buscava atender uma lacuna das mulheres articuladas aos movimentos de orientação marxista, como forma de fortalecer sua intervenção nos espaços mistos. Já o entendimento de priorizar o aprofundamento sobre corpo e sexualidade, buscava promover debates sobre temas que estavam interditados nos movimentos mistos, especialmente nos sindicatos de trabalhadores na agricultura (BUTTO, 2017).

Estas questões estavam presentes na fundação da ANMTR, resultado dos esforços de auto-organização autônoma das mulheres rurais, em 1995. De acordo com Andrea Butto a articulação das *lutas de gênero e classe* nos debates sobre o feminismo, retratam os *limites de elaboração que vivenciavam no momento* sobre estes temas (BUTTO, 2017, p. 165),

O feminismo naquele período era considerado uma nova prática política fortemente associada aos direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, autonomia e auto estima: ‘o feminismo representa a luta pela libertação da mulher: liberdade sexual, valorização da sexualidade, representa o conhecimento e o poder de decisão sobre a maternidade, o direito de ser cidadã, de gostar de si, de ser autoconfiante’, mas afirmam ‘feminismo é uma proposta política, que é vista de diversas maneiras com práticas diferenciadas, e que ainda não está clara para as mulheres’ (BUTTO, 2017, p. 165).

Este ambiente de avanços políticos e conceituais em torno de uma expressão do feminismo na agenda dos movimentos rurais repercutiu para dentro do MST. O Programa Agrário de 1995, resultante do Terceiro Congresso Nacional do MST explicita o reconhecimento da subordinação de gênero, contando com a seção *Situação das Mulheres no Campo*. O conteúdo desta seção indicava que eram

as mulheres que mais sofriam os ‘padrões de vida miseráveis’ no campo, incluindo a dupla jornada de trabalho. ‘Além disso, há uma situação generalizada de preconceito e discriminação, devido à prática do machismo em áreas rurais, que reforça a posição inferior das mulheres’ (DEERE, 2014, p. 188).

Mesmo com o avanço de qualificação da discriminação de gênero como fruto do machismo, Carmen Deere (2004, p. 188) assinala que o “objetivo geral com relação à igualdade de gênero” permaneceu semelhante aos anteriores, genérico, “Lutar contra todas as formas de discriminação social e visar à participação igualitária de mulheres”. Neste mesmo período, as mulheres do MST realizaram o Primeiro Encontro Nacional das Militantes do MST e fundaram o Coletivo Nacional de Mulheres do MST em 1996, com reverberação para dentro do movimento. Este coletivo publicou a cartilha *A Questão da Mulher no MST*, que sinalizava o hiato entre a “teoria e a prática no MST, destacando o quanto as mulheres não foram suficiente representadas na liderança” [do movimento] (DEERE, 2004, p. 190). Esta cartilha foi pautada pela “reflexão sobre a dominação de gênero”, ressaltando a “igualdade de direitos e de condições e a demanda por ‘considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero’” (DE SANTO, 2016, p. 38). Nesta publicação os direitos das mulheres à terra são tratados pela primeira vez em materiais do MST, assim como a representatividade nas instâncias de direção do movimento (DEERE, 2004; DE SANTO, 2016). A atuação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, impulsionada pela agenda de auto-organização das mulheres rurais cuja inspiração era o movimento feminista, foi o marco para que os direitos das mulheres a terra, figurassem entre as pautas do MST (DEERE, 2004).

A afirmação das mulheres rurais como sujeitos políticos e de direitos, também seguia o contexto de articulação internacional, especialmente no ambiente da Coordenação Latino Americana de Organizações Camponesas (CLOC), com a realização do II Congresso, no Brasil e da Via campesina por ocasião da II Conferência Internacional ocorrida no México. As mulheres do MST participaram da construção destes dois ambientes políticos, no primeiro pela sua articulação como ANMTR e no segundo como parte integrante. A agenda da paridade e da representação nas direções políticas dos movimentos mistos emergiu com muita força tanto na CLOC como na Via Campesina. As mulheres do MST, seguindo uma orientação do movimento, priorizaram a construção da Via Campesina no Brasil considerando a centralidade desta na pauta da reforma agrária e de enfrentamento ao neoliberalismo (BUTTO, 2017).

Como resultado da II Conferência Internacional da Via Campesina, após um “longo e acalorado” debate, lograram a participação das mulheres no Comitê Internacional da Via Campesina sobre desenvolvimento rural e condições de vida e trabalho das mulheres. A partir disso, foi criado um Comitê especial na Via Campesina para trabalhar a agenda das mulheres

que resultou em contribuições importantes para o tema da soberania alimentar (BUTTO, 2017). Andrea Butto (2017) destaca que a atuação concentrada na América Latina se deu em torno de discussões sobre direitos humanos, reforma agrária, recursos naturais, produção alternativa e comercialização.

O ambiente internacional de articulação das mulheres do MST foi significativo para estreitar a agenda das mulheres a partir da compreensão das desigualdades sociais como estruturantes do sistema. As mulheres do MST encontram no ambiente internacional espaço para construir uma agenda em torno dos direitos econômicos como terra, produção e comercialização em perspectiva articulada a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento.

Os avanços da articulação internacional repercutiram no IV Congresso Internacional do MST, realizado no ano 2000, em que as mulheres, novamente encontraram resistência para construção de espaços próprios de debates preparatórios, sob o argumento do divisionismo das lutas. A estratégia utilizada por elas para buscar a paridade na direção do movimento seguiu a da Via Campesina Internacional, não caracterizada por uma disputa de poder, mas sim pelo acréscimo das mulheres nos espaços (BUTTO, 2017). Neste momento a estratégia das mulheres foi expressa na palavra de ordem *sem a participação igualitária das mulheres não há socialismo*, que mirava apontar a incoerência do movimento, que estimulava a paridade nas bases, mas não adotava o mesmo discurso e prática na direção nacional, conforme segue.

Importante destacar o tipo de argumentação que (...) utilizaram para fazer valer esse direito. Elas insistiam nas contradições criadas entre a orientação do movimento em favor de uma participação igualitária, incluindo aí a composição paritária dos núcleos nos assentamentos, e a ausência dessa prática nas instâncias nacionais (BUTTO, 2017, p, 254).

A adoção da paridade de gênero nas instâncias de direção do MST provocou outras mudanças na organização e intervenção do movimento, destacando-se a transformação do Coletivo de Mulheres em Setor de Gênero. Essas mudanças na forma de auto-organização deu o caráter de “uma maior organicidade, uma integração na direção nacional do MST” e permitiu a viabilização de “apoio financeiro para realizar as atividades previstas²⁷” (BUTTO, 2017, p. 254).

Nos anos 2000 a agenda dos movimentos de mulheres rurais autônomos, como a das mulheres organizadas em movimentos mistos. A unidade construída, dentro do que era

²⁷ O MST é organizado por setores que constam da estrutura do movimento e por consequência contam com distribuição de recursos e capilaridade em todas as suas instâncias organizativas.

possível, desde os anos 1990, passou pela afirmação das mulheres como sujeitos políticos, pela problematização das relações de gênero, pelo acesso a direitos e políticas públicas, e chegou à proposição de um projeto de sociedade, que compreende o feminismo como parte da transformação, articulado a agroecologia, a soberania alimentar e a economia feminista (BUTTO, 2017).

É nesse ambiente que em 2006 é realizado o IV Encontro Nacional de Mulheres dirigentes do MST cujos objetivos eram analisar a ação política das mulheres e a conjuntura de desafios para o capitalismo agrário e a luta contra o agronegócio. Como estratégia, definiram por promover *um grande investimento político voltado para o fortalecimento interno (...), que incluía a criação de condições favoráveis para que o feminismo fosse parte integrante da luta anticapitalista* (BUTTO, 2017, p. 255).

No MST, a adoção do feminismo e a secundarização do uso do termo do gênero, trouxe consequências políticas e distinções na estratégia de ação e de organização em alguns movimentos sociais. Se, antes, com o conceito de gênero elas buscavam envolver os homens na condução do trabalho e na problematização das *relações sociais de sexo*, com a incorporação do feminismo renovaram as práticas organizativas (BUTTO, 2017, p. 255).

Essa estratégia se traduziu em uma profunda mudança conceitual com a inauguração de uma escola de formação permanente sobre marxismo e feminismo, aliando as matrizes de orientação programática e política presentes no conteúdo de formação do movimento com a das mulheres do MST. Esta escola de formação busca ampliar o conhecimento crítico a respeito das diferentes correntes teóricas do marxismo e do feminismo, a partir de seus conceitos básicos como trabalho e família (BUTTO, 2017). Aos poucos foi ocorrendo a substituição do conceito de gênero, como organizador da estratégia de intervenção e de concepção das mulheres do MST, pelo feminismo.

A apropriação do conceito do feminismo de orientação marxista, permitiu que as mulheres do MST articulassem de forma qualificada a luta anti sistêmica e a afirmação de um outro modelo de desenvolvimento baseado na reforma agrária, na soberania alimentar, na agroecologia e na emancipação das mulheres. Os avanços conceituais na articulação do marxismo e do feminismo, associados às agendas que organizam a intervenção das mulheres do MST como parte da Via Campesina, são expressos no chamado *Feminismo Camponês e Popular*.

A intenção das mulheres da Via Campesina foi criar uma identidade feminista baseada na realidade das mulheres e diferenciá-la das demais em relação a dois aspectos: o camponês, que resulta da reflexão sobre o espaço do campo, e suas relações. O popular que resulta da classe e se volta para ação contra o capital (BUTTO, 2017, p. 270).

A conformação deste feminismo busca estabelecer limites e ressignificações fortemente presentes nas correntes feministas marxistas. A afirmação do camponês busca diferenciar dimensões de sociabilidade “do trabalho, da família e da relação com a natureza” entre os espaços urbano e rural (BUTTO, 2017, p. 271). Na dimensão do trabalho a diferença com as correntes do feminismo marxista se expressa na valorização das atividades voltadas para o autoconsumo e nos cuidados; na dimensão da família, esta é considerada no projeto de emancipação das mulheres, como espaço a ser valorizado para inserção delas na economia (produção), na relação com os alimentos e com a natureza, e por fim como meio para ressignificar as relações de poder. *O feminismo camponês pretende ressignificar o espaço das mulheres e promover uma diferenciação com o ‘feminismo da cidade’ mediante uma reflexão que privilegia o espaço da reprodução, que faz a interseção entre produção e reprodução - a cozinha* (BUTTO, 2017, p. 272).

O recorte de classe está presente no conceito *popular*, explicitando a estratégia do feminismo camponês popular de não articulação “com todo o movimento feminista, o que pretendem é, a partir dele, construir um campo político de alianças no qual (...) a adesão às transformações das relações de classe ganha centralidade” (BUTTO, 2017, p. 272). O feminismo camponês popular tem grande influência do feminismo essencialista²⁸ como aponta Maria Ignez Paulilo (2016), mas representa um esforço de elaboração conceitual em articulação com o cotidiano das mulheres rurais. Cabe destacar que há uma intenção de aproximação entre as perspectivas do feminismo essencialista com o feminismo marxista, ou socialista, já que a classe social é um conceito político estruturante para o feminismo da Via Campesina. Paulilo (2016) considera que o feminismo brasileiro urbano, sob grande influência das ideias pós-modernas culturalistas, afastou-se da perspectiva de classes sociais enquanto que o feminismo rural, aquele que *nasce da horta*, busca refazer o caminho de uma práxis política de aproximação com as ideias marxistas.

As abordagens sobre as mulheres no MST passaram por transformações de concepção e intervenção desde a fundação do movimento nos anos 1980 em que se firmaram os núcleos e comitê de mulheres, passando pela década de 1990 com a predominância da pauta de gênero e, chegando nos anos 2000 com a afirmação do feminismo. Tal afirmação é considerada pelas mulheres do MST como uma qualificação política que permite a articulação da agenda das mulheres em um projeto de sociedade justo e igualitário. Esta articulação entre

²⁸ Parte da noção da relação essencial entre as mulheres e a natureza, Vandana Shiva é uma grande expressão desta corrente feminista.

o feminismo e o socialismo pode conduzir a maior visibilidade das demandas das mulheres aos seus direitos econômicos que devem ser compreendidos a partir da estrutura social, como resultantes de desigualdades materiais.

Essa qualificação na abordagem feminista dentro do MST foi incorporada no conteúdo e nas estratégias protagonizadas pelas mulheres do movimento, como a escola de formação. Permanecem desafios de incorporação do feminismo organicamente na estrutura do movimento, que, por exemplo, mantém o Setor de Gênero, o que não traduz o conteúdo do debate construído pelas mulheres nos últimos anos. Entre as bandeiras de luta do movimento figura o *combate à violência sexista*, que remete a outras referências conceituais e não expressa o acúmulo conceitual e político construído pelas mulheres militantes e dirigentes do MST.

4.2 A produção dos assentamentos da reforma agrária

Os assentamentos da reforma agrária (criados ou reconhecidos pelo Incra), são compostos por 957 mil famílias e ocupam uma área de 89 milhões de hectares (ALDRIGHI, 2015). Dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que na Região Centro-Oeste a área média produtiva²⁹ dos assentamentos é de 75,2/ha, respondendo por 23% do total de áreas destinadas à reforma agrária no Brasil. Se considerarmos os assentamentos inseridos no bioma Cerrado³⁰, são 48,8/ha de área média destinados a produção (ALDRIGHI, 2015). No Centro-Oeste estão “os maiores índices de áreas inaproveitáveis³¹” correspondendo a 22% (1,49 milhões de hectares), atrás apenas da Região Norte, em que este percentual é de 25% (3,2 milhões de hectares), sendo que nestas duas regiões a relação entre área total e área média aproveitável dos assentamentos apresentam grande variação, ficando abaixo de 80% (ALDRIGHI, 2015, p. 44).

Os dados do Censo agropecuário de 2006 mostram que nos assentamentos da reforma agrária há um predomínio de ocupação das áreas por pastagens, sendo na Região Centro-Oeste 3,8 milhões de hectares destinados a este tipo de produção (MARQUES; DEL GOSSI; FRANÇA, 2012). Na Região Centro-Oeste a área destinada nos estabelecimentos da

²⁹ De acordo com a legislação ambiental vigente, apenas 80% do imóvel pode ser destinado ao aproveitamento agropecuário.

³⁰ Incluindo as unidades da Federação abrangidas pelo bioma Cerrado.

³¹ A norma legal considera áreas não aproveitáveis aquelas ocupadas por construções e instalações, excetuadas as destinadas a fins produtivos, como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes e outros semelhantes; as áreas comprovadamente imprestáveis para qualquer tipo de exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativa vegetal; as áreas sob efetiva exploração mineral; as áreas de efetiva preservação permanente e demais áreas protegidas por legislação relativa à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente (MARQUES; DEL GOSSI, FRANÇA, 2012)

reforma agrária para a lavoura é de 753,809/ha (14%), em âmbito nacional esta proporção é de 7%. Nos assentamentos da reforma agrária do Distrito Federal a área destinada à lavoura é de 19,718/ha (65%), à pastagem 8,810/ha (29%) e aos sistemas agroflorestais 280/ha (1%). As áreas de lavouras predominaram sobre as áreas de pastagens em apenas cinco Unidades da Federação: Paraná (66%), Distrito Federal (65%) e em Alagoas (54%) (MARQUES; DEL GOSSI; FRANÇA, 2012).

O retrato da ocupação e do uso da terra nas áreas de assentamentos da reforma agrária gerou um Valor Total da Produção³² (VTP) de aproximadamente R\$ 9,4 milhões em 2006, correspondendo a cerca de 6% do VTP nacional. A produção vegetal foi a responsável pela maior parcela do VTP, equivalendo a R\$ 6,5 bilhões (69% do total), seguida da produção animal que gerou R\$ 2,9 bilhões (30% do total). O valor agregado pela agroindústria³³ foi de R\$ 48,8 milhões (1% do total), representando uma:

pequena participação no conjunto dos rendimentos gerados, esse valor correspondeu a cerca de 13% do valor agregado pela agroindústria no conjunto dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, que foi de R\$ 376,3 milhões, ou seja, os estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária agregaram proporcionalmente mais valor na agroindústria do que a média das unidades produtivas no território nacional (MARQUES; DEL GROSSI, FRANÇA, 2012, p. 73)

No Distrito Federal o VTP foi na ordem de 100 milhões de reais, sendo 60 milhões de reais oriundos da produção vegetal e 42 milhões de reais da produção animal. A produção nas áreas de reforma agrária é destacada pelas culturas de arroz e feijão; mandioca, milho, tomate, banana; algodão herbáceo, cana-de-açúcar, soja, trigo; café, laranja, limão, tangerina; leite de vaca, ovos e lã; rebanho de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e galináceos; pimentado-reino, mamão, sisal (agave), goiaba e manga; açaí, cacau, maracujá, borracha e coco-da-baía; uva, maçã, pêssego, palmito (MARQUES; DEL GROSSI, FRANÇA, 2012, p. 73).

Análise de Marques, Del Grossi e França (2012) evidencia que a produção de arroz e feijão nos assentamentos da reforma agrária foi significativa em âmbito nacional, respondendo por 857,5 (9%) mil toneladas de arroz e 302,1 mil toneladas de feijão (9%). A produção de arroz é destaca nas Regiões Nordeste (46% do total) e Norte (29%). Entre os estados os maiores produtores foram o Maranhão (324,9 mil t, 38% do total), o Pará (116,9 mil t, 14% do total) e o Rio Grande do Sul (101,1 mil t, 12% do total). A produção de feijão

³² O VTP inclui a produção, comercializada ou não, de animais de pequeno, médio e grande portes, aves, animais criados em cativeiro, venda de húmus, de esterco e de pescado, lavouras (permanentes e temporárias), horticultura, floricultura, silvicultura, extração vegetal e o valor agregado da agroindústria (valor total da produção menos o valor da matéria-prima utilizada) (MARQUES; DEL GROSSI; FRANÇA, 2012)

³³ Obtido pela diferença entre o VTP e a soma dos valores da produção vegetal e da produção animal.

teve destaque na Região Nordeste, estados do Ceará (33,7 mil t, ou 31% do total) e da Bahia (10,9 mil t, ou 10%). As maiores produções dos assentamentos da reforma agrária estão nos estados que detêm, também, maior produção em nível nacional (MARQUES; DEL GROSSI; FRANÇA, 2012).

A Região Centro-Oeste responde por 9% (75,6 t) da produção de arroz e por 2% (18t) de feijão. Já na produção de milho a Região é a segunda maior produtora, atrás apenas da Região Sul, respondendo por 23% do total ou 581,7 toneladas. No Centro-Oeste, Região em que os assentamentos reforma agrária ocuparam 6% do território, o maior destaque na produção de alimentos se dá casos da mandioca (44% do total), do arroz (14%), da banana e do leite de vaca (13% cada) e de algumas frutas, como goiaba (27%), limão (17%) e maracujá (15%), entre outros produtos, além da produção de milho (MARQUES; DEL GROSSI; FRANÇA, 2012).

A análise dos dados do Censo Agropecuário 2006 ainda aponta que os assentamentos da reforma agrária do Distrito Federal respondem por 7.525 pessoas ocupadas, sendo o número médio de pessoas ocupadas nestes estabelecimentos na ordem de 6,6, a maior média nacional.

O recorte dos dados do Censo 2006 para a reforma agrária constitui a maior fonte de informações sobre ocupação e uso da terra nestes tipos de estabelecimentos em âmbito nacional. O dimensionamento sobre o volume de produção em assentamentos, associado às produções oferecem pistas sobre o possível mercado a que se dirige. O estudo de Vicente Marques, Mauro Del Grossi e Caio França (2012) aponta que os estabelecimentos em áreas de reforma agrária tendem a seguir a produção predominante no município em que está inserido. Tal constatação encontra coerência com a Análise Territorial da Produção nos Assentamentos que assinala que “a produção nos assentamentos segue a tendência geral da produção predominante nos municípios” (SPAROVEK; BARRETO; MAULE; MARTINS, 2005, p. 35). De acordo com esta análise, os assentamentos situados dentro dos limites territoriais do Distrito Federal constituem os pontos fora da curva geral, pois estão localizados em território com predomínio de produção patronal voltada para o mercado, mas a produção nos assentamentos é dirigida para a subsistência.

Pesquisa de Bárbara Borges (2018) aponta que, a produção dos assentamentos Pequeno William e Oziel III, é comercializada especialmente pelo PAA, associação de produtores, na Central de Abastecimento do DF (Ceasa) (mercado orgânico e mercado da agricultura familiar) no primeiro assentamento e; no segundo assentamento a comercialização

ocorre, prioritariamente por meio das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs)³⁴. Segundo esta pesquisa a produção nesses assentamentos, apesar de diversificada, está dirigida fortemente para o modelo agroecológico, o que pode ter relação com o histórico de formação e resistência destes territórios contra o uso de agrotóxicos e com o saber apropriado pelas famílias nas suas distintas trajetórias (BORGES, 2018). Em que pese à relação apropriada entre o saber-fazer e os hábitos de consumo, a autora traz um elemento importante quando aos determinantes do tipo de produção e orientação do mercado,

Ainda no âmbito da agroecologia também foi possível verificar a sua relação com os hábitos alimentares das famílias assentadas. No decorrer da transição agroecológica em algumas unidades de produção, as famílias se dispuseram a experimentar alimentos que cultivam e outras reavivaram hábitos alimentares que remontam suas origens camponesas. Porém, na maioria das unidades de produção foi possível constatar que as famílias não se alimentam de tudo o que produzem, chegando a não conhecer a forma de preparo, sabores e texturas de determinadas hortaliças, ervas e frutas (BORGES, 2018, p. 146)

A produção das famílias assentadas considera a viabilidade de inserção no mercado, desde a logística à composição do preço, com vistas a cobrir os fatores de produção e a constituir um mercado regular, não são os hábitos de consumo que determinam a produção (BORGES, 2018).

A comercialização da produção desses assentamentos é dirigida prioritariamente para a uma população de maior renda, residente no Plano Piloto de Brasília, (BORGES, 2018) o que evidencia a formação dos nichos de mercados dos produtos agroecológicos e orgânicos e, a formação de um mercado elitizado consumidor desses produtos (SCHNEIDER, 2016). Bárbara Borges aponta um relevante aspecto essencialmente relacionado com a presente pesquisa, a relação entre a CSA e a perda de autonomia das famílias produtoras.

(...) o formato CSA concebe uma forma de comercialização direta entre o agricultor e consumidores fixos. Contudo, o que traz segurança para o planejamento produtivo do agricultor por ter a venda assegurada, também traz a perda de autonomia, pois são os próprios consumidores que determinam o que será plantado e coordenam a definição de preço de cada cesta e formas de pagamento. (...) No caso do arranjo CSA, o consumidor é chamado de co-agricultor, se colocando como responsável pela organização e financiamento da produção, retirando a autonomia do agricultor na determinação do preço e na escolha pelo manejo produtivo. (BORGES, 2018, p. 147).

Estes elementos apontam para a necessidade de reposicionamento da estratégia política do MST, como movimento político de caráter anti-sistêmico, assim como, de aprofundamento dos aspectos teóricos que compõem o universo, ainda em disputa - na visão desta pesquisadora - da agroecologia e da produção orgânica. Qual o sentido de classe está

³⁴ Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) pressupõem relação direta entre produtores e consumidores.

presente nestes conceitos ou modelos de relacionamento com o mercado consumidor? Esta pergunta é de extrema relevância se, considerarmos, que a terra é um meio de produção e que o tipo de relação que se estabelece com ela determina a posição na estrutura da sociedade de classes.

4.3 Perfil das entrevistadas

Foram seis mulheres entrevistadas, conforme tabela abaixo, com faixa etária predominante entre 40 e 60 anos, com exceção de uma com 31 anos de idade. Em relação à raça/cor, conforme auto identificação das entrevistadas, duas são pardas, duas negras, uma morena e uma branca. Quanto à escolaridade a maior concentração é no ensino fundamental incompleto, com as exceções de uma com ensino médio incompleto e outra em fase de conclusão do curso de Direito. No que se refere ao estado civil, cinco delas são casadas e uma é viúva. Todas as entrevistadas têm filhos, com uma média de 3,3 filhos por mulher entrevistada.

Tabela 1: Perfil das entrevistadas

Idade	Raça/cor	Escolaridade	Estado civil	Nº de filhos
58	Parda	4ª série	Casada	4
49	Morena	Ensino fundamental	Casada	5
42	Negra	Ensino médio incompleto	Casada	5
31	Parda	Superior em conclusão	Casada	1
41	Negra	5ª série	Casada	3
45	Branca	7ª série	Viúva	2

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Conforme a tabela acima as mulheres com idade superior a 45 anos apresentam uma escolaridade mais baixa, concentrada no ensino fundamental incompleto e, em casos, este grau de ensino foi acessado tardiamente, por meio do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). A dimensão geracional no acesso das mulheres assentadas à educação indica que as mais jovens apresentam maior escolaridade. Este dado é comum à maioria das mulheres, especialmente às rurais, já que o acesso à educação era precário pelas condições de acesso, pela necessidade de trabalhar na unidade produtiva familiar - tanto trabalho produtivo como reprodutivo e, sobre as mulheres recaía a *subvalorização dos estudos das filhas* pelos pais que não permitiam a sequência dos estudos das filhas e a interrupção nos estudos para casar (RUA; ABRAMOVAY, 2002, p.80).

A percepção da importância da educação para as filhas tem relação, principalmente com o empenho das mães em incentivar melhores oportunidades para as filhas como meio de obter *instrumentos/capacidades/habilidades de trabalho que resultem maior autonomia* (RUA; ABRAMOVAY, 2002, p. 73). Rua e Abramovay assinalam que a educação se configura como uma tentativa das próprias mulheres de criar mecanismos que possam impedir a reprodução das trajetórias de vida que elas próprias consideram como algo imposto e gerador de dependência.

Soma-se ao empenho das mulheres a execução do Pronera³⁵ que permitiu o maior acesso delas à educação, destacadamente, no ensino médio voltado para o magistério em que elas são 60% dos estudantes, na graduação elas correspondem a 63% e na especialização em que o acesso delas chega a 63%³⁶ (PAULA, et. al, 2015). Já no ensino técnico integrado, no médio profissional e na residência agrária, o acesso masculino prevalece na ordem de 66%, 62% e 56,6%, respectivamente, Tais números apontam para a divisão sexual do trabalho como estruturante já que as mulheres ingressam majoritariamente nas áreas do conhecimento relacionadas ao magistério, ocupação tipicamente feminina relacionada às atividades de cuidado. Entre as entrevistadas para esta pesquisa, a única com curso superior em fase conclusão, foge a tendência da divisão sexual do conhecimento informada pela divisão sexual do trabalho, já que o curso de Direito - área de humanas com maior participação das mulheres - não figura como ocupação tradicional pelas mulheres. Este dado evidencia mudanças em curso no processo de escolarização das mulheres quanto à ocupação de espaços tipicamente masculinos ou ocupados por eles, majoritariamente.

Outro aspecto relacionado às mudanças geracionais diz respeito ao número de filhos por família. Entre as entrevistadas para esta pesquisa, as mulheres com mais de 40 anos têm maior número de filhos, com média de 3,3, semelhante aos achados de Rua e Abramovay que apontavam em 2000, este mesmo número. Na faixa etária de até 40 anos, dentro do universo da presente pesquisa, o número de filhos acompanha a média nacional apontada pelo IBGE³⁷ que é de 1,6. Coincidente, na presente pesquisa, com o número menor de filhos é a maior escolarização da entrevistada que está concluindo o curso superior de Direito. Pode-se inferir que a dimensão geracional promove mudanças tanto na busca por oportunidades pelo acesso à educação como na conformação do tamanho das famílias, fatores estes que podem ter relação

³⁵ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária criado em 2008 para ampliar a alfabetização em áreas de assentamentos e ampliado em 2004 para abranger ensino médio, técnico e superior com foco em Licenciatura no campo e ciências agrárias.

³⁶ Dados analisados entre 1998 e 2011.

³⁷ Dado divulgado em 2016.

entre si, pelo menor tempo a ser despendido com a carga de trabalho doméstico e de cuidados pelo reduzido número de filhos ou ainda pela maior socialização das atividades privadas com os membros da família.

Entre as entrevistadas 66% têm como origem outros estados da federação, quais sejam: Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. A migração é uma característica dos assentamentos da reforma agrária do Distrito Federal. A construção de Brasília entre as décadas de 1950 e 1960 foi parte da estratégia de *modernização conservadora* do Centro-Oeste, que seria intensificada durante os vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (BARATTO, 2017, p. 46). A construção da capital federal provocou a intensificação dos fluxos migratórios para o Distrito Federal, tanto da elite agrária e industrial, motivada pela proposta desenvolvimentista para a Região, como de trabalhadores estimulados pelas possibilidades da venda da força de trabalho (BARATTO, 2017). Tal origem da composição demográfica do Distrito Federal delineou a ocupação desigual do território gerando bolsões de pobreza, frustrando o sonho de melhoria de vida dos trabalhadores migrantes (BARATTO, 2017). Muitos desses trabalhadores em situação de pobreza se juntaram aos movimentos de luta pela terra e passaram a reivindicar a reforma agrária no Distrito Federal, cujo território é complexo por apresentar uma grande quantidade de terras públicas, fruto da desapropriação para a construção de Brasília.

Esta realidade está presente na conformação do Assentamento Pequeno William, conforme relato das entrevistadas, que migraram em busca de trabalho *eu vim, também do Pernambuco pra cá e ai depois que eu vim, eu não vim diretamente pro movimento, eu vim pra aqui pra trabaiá aqui e chegando aqui (...) a gente entrou no movimento ali nos Pinheiro*. Este relato é similar ao de outra interlocutora que migrou em busca de trabalho, ainda criança *eu nasci na Bahia, vim pra cá pra Brasília com 9 anos de idade e tô aqui até então. Eu vim pra trabalhar, eu trabalhava como babá de uma criança, vim pra cuidar de uma criança de 6 anos eu com 9*.

Estes históricos de vida das assentadas do Pequeno William evidenciam, além da centralidade no trabalho, como fator mobilizador para migração em busca de melhores oportunidades, o trabalho infantil³⁸ de meninas relacionado à esfera doméstica e de cuidados. O estímulo às meninas (crianças) para a realização de atividades domésticas e de cuidados é algo reproduzido quase que compulsoriamente, desde a primeira infância pelos ambientes de socialização. Esta socialização informada pela divisão sexual do trabalho, não raro se traduz

³⁸ O trabalho infantil é vedado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

no trabalho doméstico remunerado como forma de garantir condições mínimas de sobrevivência. A história de migração da entrevistada que saiu da Bahia para o Distrito Federal demarca a exploração do trabalho infantil, destacadamente nos anos 1980, de meninas que eram submetidas ao trabalho doméstico como forma de garantir o sustento, cuidando de outras crianças. Neste caso, cabe destacar a consubstancialidade entre sexo, raça e classe que forma um nó ou *entrecruzamento de relações sociais* que repercutem na dominação e na exploração pelo trabalho das mulheres, pobres e negras (KERGOAT, 2010, p. 96). O trabalho de cuidados é marcado, historicamente, pela exploração de uma classe dominante sobre outra considerada servil; pela opressão masculina sobre as mulheres a partir da separação e da hierarquia entre as atividades e; pela *racialização* naturalizada ao longo do tempo, pela exploração do trabalho e da vida de mulheres negras, compulsoriamente compelidas ao trabalho doméstico e de cuidados (KERGOAT, 2010). A compreensão da consubstancialidade das relações sociais de gênero, raça e classe contribui para a leitura da realidade das mulheres assentadas desde sua trajetória de vida até o conseqüente ambiente de desigualdades estruturais vivenciado por elas cotidianamente.

4.4 *Condições de autonomia crítica das mulheres pela participação na produção e na comercialização agrícola*

As mulheres do assentamento Pequeno William que participaram desta pesquisa apresentam uma atuação ativa na produção agrícola. Quando perguntadas sobre qual o trabalho que realizam no assentamento, as assertivas foram “*eu trabalho com a produção*”, “*produção mesmo*”, “*eu trabalho com hortaliça*”, “*eu faço artesanato e trabalho na horta*”. Tais afirmativas indicam que elas compreendem a sua atuação na produção como um trabalho e não como ajuda a outros membros da família. Apenas uma das entrevistadas informou que “*eu sempre ajudo*” [o marido] já que esta considera que “*hoje particularmente não estou mais trabalhando dentro da propriedade nossa*” pelo fato de estar estudando e trabalhando fora do assentamento.

A afirmação da atuação na produção como um trabalho realizado pelas mulheres ganha maior relevância de análise pelo fato de que a organização produtiva do assentamento é majoritariamente de base familiar, restrita aos membros da unidade familiar e, não coletiva na forma de grupos produtivos ou regime cooperado de produção. A auto identificação como *produtora* denota a permanência do sentido da conformação camponesa dada pela

organização do trabalho familiar, pela reprodução social da família e pela existência da pluriatividade (WOORTMANN, 2009).

A conformação das unidades de produção familiar envolve os companheiros (maridos), filhos, irmãos e cunhados (das mulheres assentadas), numa perspectiva de que eles ajudam ou fazem o mesmo trabalho realizado por elas *“meu esposo e meu cunhado trabalha nas hortas lá em casa”*.

O reconhecimento do trabalho na produção agrícola como trabalho das mulheres pode estar relacionada com o envolvimento da maioria delas no cultivo de hortaliças ou criação de pequenos animais, atividades entendidas na dinâmica rural como típicas das mulheres. Entretanto, nas entrevistas elas relacionam a presença dos homens na produção de hortaliças também como um trabalho realizado por eles e não como mera ajuda para elas. As mulheres utilizam as expressões *nós* e *a gente*, relacionadas à perspectiva de trabalho produtivo familiar coletivo, *“é batata doce, feijão catador, batata inglesa e batatinha, todo o tipo de verdura a gente mexe”*, *“a gente tá plantando cenoura, beterraba, alface, cheiro verde, cebolinha tem, e batata doce que meu marido tá plantando”*. Além das hortaliças, as mulheres produzem outros alimentos como verduras e legumes, e também a criação de aves e produção de ovos *“produzo batata, tanto doce como a batata inglesa, produzo abóbora, de tudo um pouquinho de tudo (...), crio galinha”*, *“feijão, mandioca e aves, galinha”*.

A produção do artesanato extrativista, embora afirmada como parte do trabalho realizado por algumas mulheres, se apresenta de forma mais residual neste momento e não corresponde a composição da renda das mulheres *“eu faço cestinha de fibra de bananeira. Eu cato [a fibra] lá na minha parcela. A gente tira a fibra, tem um processo”*. Segundo as entrevistadas, o artesanato produzido por elas não é comercializado atualmente.

A produção de base familiar em que as mulheres trabalham é comercializada em diferentes circuitos comerciais presentes no assentamento Pequeno William como feira, Ceasa, comercialização direta (porta a porta), cestas para as CSAs e PAA. Dentre as estratégias de comercialização articuladas no assentamento coexistem os tipos apontados por Schneider (2016) de mercados de proximidade (venda direta, porta a porta, grupos de consumo) e o mercado público (PAA).

A participação das mulheres nestes diferentes circuitos de comercialização ocorre de maneiras distintas de acordo com as possibilidades comerciais e envolve em maior ou menor grau processos de preparação dos produtos, logística e gestão. Identificou-se, também, a participação simultânea em mais de uma estratégia de comercialização.

A presença das mulheres nos espaços de comercialização se dá acompanhada de outras pessoas em circuitos comerciais de menor complexidade, como venda direta local, conforme expresso a seguir,

nóis vende lá na Estância [localidade de Planaltina]. A gente bota, tem assim, um comércio lá, aí a gente vai e bota as coisa lá. Nóis mesmo vai vendê, eu, meu marido e um filho, a gente vai lá e vende no sábado.

A articulação entre um ou mais canais de comercialização, está presente nos relatos das entrevistadas, *“no caso a gente tem a banca lá no Ceasa e a banquinha ali (...) do mercado orgânico do lado do Ceasa, só nesses dois pontos mesmo. A feira³⁹ é o suficiente. Uma vez por semana”*. A combinação entre diferentes circuitos de comercialização pode contemplar até três mercados, conforme segue,

tem uma banca na CEASA, na verdade tem 5 bancas [a associação do assentamento] e uma a gente ocupa. Então meu esposo e meu cunhado trabalha nas hortas lá em casa e todo o sábado a gente comercializa na CEASA e todas as quartas e sábado a gente faz entrega de cesta à domicilio (...) no PAA a gente entrega toda a terça-feira.

Esta unidade familiar viabiliza a comercialização por três estratégias diferentes, aliando a Ceasa, as cestas para uma CSA e o PAA. Tal estratégia esta presente em outras unidades produtivas familiares, especialmente a venda na Ceasa e para a CSA. Segundo as entrevistadas o PAA restringiu os produtos passíveis de aquisição por meio do programa e, algumas informaram que fizeram o cadastro, mas, não obtiveram retorno do poder público. As dificuldades de acesso ao PAA podem ter relação com a última administração do Governo Federal⁴⁰ que, cortou recursos significativos do programa e ajustou normas administrativas que causaram maiores restrições de ingresso ao programa. De acordo com as entrevistas, o acesso o PAA era maior e mais facilitado anteriormente às mudanças implementadas a partir de 2016, o *“PAA não aceita galinha e ovos na rua⁴¹. Eu fiz entrega no PAA. Vendo porta a porta”*. A articulação entre o PAA com outros programas e projetos, também, propiciou o acesso das mulheres ao mercado de compras públicas, *“no começo, quando nós morava aqui, aqui tinha 5 grupo de PAIS⁴² aí a gente vendia pro PAA. Parou, tem coisa que o governo não pega mais também né”*.

³⁹ Conforme expresso pela entrevistada, por feira aqui se refere à venda na Ceasa e no mercado orgânico, relacionada ao ato de comprar mantimentos para abastecer a casa e não a uma feira livre de rua como um evento de comercialização.

⁴⁰ Governo Temer de 2016 a 2018.

⁴¹ Galinhas criadas soltas, caipiras.

⁴² Produção Agroecológica Integrada e Sustentável é uma tecnologia social que foi incentivada e financiada pela Fundação Banco do Brasil e BNDES.

O PAA, mesmo com uma execução menor, se mostra como a melhor opção de acordo com as entrevistadas. Quando perguntadas se participam de mais de um mercado, qual deles é o melhor e por que, o programa é referenciado, “*entregar no PAA, porque não tem outra coisa melhor, só chega lá e entrega e volta pra casa, é muito bom. Na hora de receber você vai lá só recebe, tá de boa, você não sai insegura*”. Mesmo quando a referência é feita em ordem de prioridade o programa de compra pública é destacado, “*até uns anos atrás quando eu conseguia, tava conseguindo entregar no PAA pra mim tava sendo a melhor opção, no caso agora não, pra mim a boa saída agora é a Ceasa*”.

O PAA como parte de uma estratégia dos mercados públicos ou institucionais inserido na perspectiva da construção social de mercados, se mostrou atrativo para o conjunto da agricultura familiar e da reforma agrária por oferecer uma remuneração pela produção maior do que o mercado convencional e pela garantia do pagamento (SCHNEIDER, 2016). Para as mulheres o PAA proporcionou a entrada no circuito de comercialização pela adoção de um conjunto de políticas públicas orientadas a viabilizar o acesso delas, desde ajustes de instrumentos, destinação orçamentária específica, assistência técnica e apoio a organização produtiva, conforme tratados no Capítulo 1.

A orientação das políticas públicas dirigidas à promoção da autonomia econômica das mulheres pode ter reflexo na preferência delas pelo PAA como mercado mais adequado. Ao confrontar os achados desta pesquisa com o estudo de Bárbara Borges⁴³ (2018) percebe-se uma diferença de percepção sobre o programa, que pode ser distinta de acordo com o interlocutor da unidade familiar. Em sua pesquisa, Bárbara Borges aponta que as famílias do assentamento Pequeno William consideravam o PAA como mercado complementar na composição da renda, o que pode indicar - além da centralidade na percepção de rendimentos em detrimento de outras dimensões que a prática da comercialização oferece - uma compreensão que reflete a leitura masculina, como portador dos interesses e necessidades da unidade familiar.

Em que pese o êxito do PAA para as mulheres acessarem os espaços de comercialização, este programa pode gerar dependência da política pública considerando o acesso facilitado, preço e garantia de pagamento, conforme exposto pela pesquisa de Schmit, Mota e Sousa (2015) que aponta o impacto do fim do programa na autonomia econômica das catadoras de mangaba. Também pode se constituir como um programa de risco, já que mantém os beneficiários suscetíveis às mudanças de orientação política. Cumpre destacar que

⁴³ Pesquisa realizada para elaboração de dissertação de mestrado junto as famílias dos assentamentos Pequeno William e Oziel Alves, ambos localizados em Planaltina, DF.

a dependência das políticas públicas é majoritariamente apontada como um potencial negativo quando se trata da classe trabalhadora, aqui entendida como agricultura de base familiar ou camponesa. A agricultura exportadora de commodities é historicamente dependente de subsídios públicos para viabilizar sua produção e comercialização, entretanto, não está suscetível às mudanças políticas, já que seu poder de negociação é favorecido se considerarmos a lógica do Estado capitalista e patriarcal que opera para a manutenção das condições de reprodução do capital, também abordado no Capítulo 1.

A venda da produção em mais de um canal de comercialização é favorecida pela atuação conjunta com outros membros da família o que, de acordo com as entrevistas, proporciona melhores condições logísticas de beneficiamento e de transporte conforme segue,

No momento (...) eu colho tudo e meu filho leva. Ele [o filho] trabalha com o rapaz aqui do lado, aí ele que faz as entregas pra mim no Ceasa. A minha participação é aqui produzir, colher, embalar e ele leva pra mim porque ele já vai levando a do patrão aí ele já leva a minha. A gente tem uma entreguinha de cesta também, tem um rapazinho que faz um controle também. Ele entrega, é assim é uma cesta que o pessoal do MST conseguiu (...) pra entrega de cestas e tem um rapazinho (...) que ele faz esse controle. Ele vê o quê que vai nas cestas aí avisa pra gente com antecedência pra gente pode tá colhendo (...) o que que vai na cesta naquela semana é uma vez na semana, ele organiza as cestinhas e leva.

A logística de transporte da produção do assentamento até a Ceasa, de aproximadamente 45 km de distância, requer meio de transporte adequado. A associação do assentamento Pequeno William conta um caminhão para o transporte da produção, entretanto, só comporta o traslado de duas pessoas, além da carga, o que inviabiliza o deslocamento de mais representantes para a Ceasa, semanalmente. A unidade de produção desta entrevistada comercializa seus produtos na banca fixa do Ceasa e também por meio de cestas para uma CSA. Nas duas estratégias o processo logístico de transporte da produção é feito por outra pessoa, amenizando as dificuldades materiais de deslocamento. No caso da venda das cestas, a gestão entre os pedidos feitos pelo público consumidor associado à CSA e a produtora é intermediada, também, por uma terceira pessoa que, conforme a entrevistada, é um integrante da cooperativa do MST, responsável por tal articulação.

Em outra unidade de produção, a entrevistada relata a logística de preparo, gestão da produção e de entrega dos produtos para três canais de comercialização, o que envolve o conjunto da família,

Entrega a domicílio tem organização. A gente tem um grupo de Whatsapp, a gente distribui a lista pros nossos clientes na terça e na sexta e quando é no mesmo dia eles nos retornam com o pedido individual de cada um e a gente vai montando a cesta de cada um conforme o que ele quer. E aí no outro dia a gente sai de manhã pra fazer as entregas. No PAA a gente entrega toda a terça-feira, então toda a segunda a tarde a gente se junta lá em casa, reúne toda a verdura que a gente agenda, porque a gente precisa fazer um agendamento prévio e na terça-feira a gente faz a entrega. Na banca

no CEASA a gente colhe na sexta-feira (...) colhe e embala e quando é no sábado o caminhão sai daqui com as verduras nossa e dos demais companheiros aqui do assentamento. A gente comercializa assim.

Nesta unidade de produção a comercialização por meio da CSA, chamada de *entrega a domicílio*, tem a gestão dos pedidos e preparação das cestas feitas diretamente pela família produtora, sem a intermediação de um membro da cooperativa do MST, ao contrário da experiência relatada anteriormente. O processo de venda para a CSA envolve a disponibilização de uma lista de produtos por meio de aplicativo de celular, dois dias da semana, para escolha dos produtos por parte dos consumidores associados. A partir da definição dos produtos a serem entregues individualmente, também em dois dias da semana, as cestas são preparadas para distribuição. O preparo das cestas envolve um beneficiamento mínimo de limpeza e embalagem das hortaliças, além da distribuição dos quantitativos dos produtos.

O uso da tecnologia e da internet na comercialização pela CSA não é comum a todas as assentadas que estão inseridas neste mercado. Isto pode decorrer do fato de que dentre as entrevistadas, metade informou não utilizar a internet, sendo que algumas relataram não saber utilizar a tecnologia e que apenas os filhos utilizam para troca de mensagens. Para a outra metade das entrevistadas o uso da internet se dá para troca de mensagens “*e acessa de tudo, notícias da política, da produção, da tecnologia, de tudo*”. O uso da internet para a qualificação da produção agrícola é mais explícito relacionado à pesquisa de técnicas de controle de pragas,

uso pra tudo, pra fazer pesquisa, pra acessar informação, as vezes a gente tá perdido, as vezes da uma praguinha e a gente não se recorda que a gente fez muito curso aqui, mas faz muito tempo, então a gente acaba não recordando, muitas vezes muitas coisas que a gente fez então a gente procura uma informaçãozinha pela internet e já ajuda.

As mulheres produtoras relatam um maior envolvimento na produção e no beneficiamento mínimo da produção do que na participação da gestão e negociação comerciais. Isto fica explícito quando afirmam “*a minha participação é aqui produzir, colher, embalar*” ou “*eu sempre ajudo, até hoje quando tem um dia de folga, uma coisa assim eu ajudo a embalar, a lavar as verduras*”. Tais afirmações indicam o maior envolvimento delas na dimensão privada da comercialização, no processo anterior à venda ou de relação com o público consumidor. Tal indicação reflete a divisão sexual do trabalho em seu princípio de separação entre público e privado, na qual o mercado se situa na esfera pública, compreendida como masculina e na qual as mulheres são bloqueadas socialmente em sua participação, conforme tratado no Capítulo 1.

A dimensão da separação entre público e privado ou espaços de trabalho masculinos e femininos pode estar presente, também, na forma como as informações são repassadas para elas. As entrevistadas fazem referência à *entrega de cestas* e *entrega em domicílio* como um canal de comercialização, mas a qualificação de que tal operacionalização é parte de um mercado organizado pela CSA não fica evidente nas falas iniciais e só passa a ser citada mediante perguntas complementares.

A CSA que atua junto ao assentamento Pequeno William é articulada por uma cooperativa do MST que contribui na gestão das compras, na intermediação com os consumidores associados e na logística de entrega. Este circuito comercial é percebido nas entrevistas como um *projeto* ou *entreguinha* denotando um caráter complementar ou experimental e não um canal de venda da produção. As mulheres demonstram em suas respostas que há uma lacuna de informação sobre a CSA enquanto uma estratégia de relação de comércio. Isso se desdobra na separação das atividades envolvidas como parte da comercialização, conforme relatado anteriormente, em que um membro da cooperativa executa a gestão na relação entre os pedidos de produtos e a produtora e realiza as entregas. Esta intermediação e distanciamento podem ser responsáveis pelo desconhecimento por parte das mulheres a respeito de todo o processo envolvido na comercialização e, também, do real mercado em que elas estão inseridas.

Em algumas falas das entrevistadas há um maior conhecimento sobre o público consumidor associado à CSA “*então a gente atende Lago Sul, Lago Norte, Águas Claras, Taguatinga, tudo isso a gente faz entrega de cesta a domicílio*”, permanecendo a ausência de uma referência de maior qualificação deste mercado. A CSA é tipificada como um mercado de proximidade por Schneider (2016) por ser caracterizada como um grupo de consumo, com modelo de negócio interpessoal ou solidário e cuja regulação ocorre por laços de confiança. As trocas comerciais estabelecidas nestes mercados ocorrem pelo reconhecimento de aspectos valorativos e qualitativos, favorecem a autogestão e a subsidiariedade, mas os agricultores inseridos *atuam com autonomia relativa, que decorre tanto dos recursos que possuem como da natureza das relações que estabelecem nas trocas*. (SCHNEIDER, 2016, p. 123). Schneider aponta que tais mercados lembram a elaboração de Polanyi sobre a reciprocidade por se conformarem em um lócus específico, portanto socialmente construídos.

A concepção das CSAs advém da teoria da Economia Viva de Rudolf Steiner⁴⁴ e consiste em uma proposta de associativismo entre agricultores e consumidores cujo motor é o financiamento e o compartilhamento dos riscos e benefícios da atividade agrícola (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014). As CSAs são caracterizadas pela produção livre de agrotóxicos e insumos químicos, respeito à natureza, promoção da biodiversidade, relações justas entre os seres humanos e aproximação entre produtores e consumidores possibilitando *a participação dos membros na vida da fazenda, superando um abismo (...) existente entre estas duas partes, e que as condições econômicas atuais fazem com que seja quase impossível transpor* (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014, sem paginação). A ação econômica e associativa é mobilizada para satisfazer as necessidades dos agricultores e dos consumidores, sendo que os primeiros apresentam um orçamento anual para a produção dos alimentos que irão satisfazer as necessidades da comunidade (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014). Nesse orçamento, os agricultores deverão contabilizar os gastos de produção, as suas necessidades pessoais e as de seus dependentes que, posteriormente, é discutido com a comunidade de consumidores e cotizado por esta, de acordo com a necessidade e capacidade de cada associado. (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014). *O foco é ouvir as necessidades de cada participante, e coletivizar o processo de busca pela forma mais eficiente de satisfazer estas necessidades, e não mais nosso interesse individual* (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014, sem paginação).

A CSA entre as entrevistadas do Pequeno William é apontada como meio de comercialização desprovida das dimensões que o conceito comporta, excluindo-se àquelas relativas à esfera espiritual, que não compõem o esforço empreendido nesta pesquisa. As entrevistas indicam que há um distanciamento entre a perspectiva central das CSAs que é o financiamento e o compartilhamento dos riscos da produção com a materialidade que esta assume cuja centralidade é a troca mercantil. As referências à CSA aparecem de forma indireta pela compreensão da *entrega de cestas, entregas em domicílio* ou ainda como *um projeto* articulado pelo MST evidenciando que a intencionalidade material constitui o elemento central.

A dimensão da aproximação entre comunidade consumidora e as famílias produtoras, também, não está presente na percepção das mulheres entrevistadas já que não foram

⁴⁴ Esta concepção não será abordada profundamente nesta dissertação. Melhor compreensão do tema pode ser encontrada em: GROH, T.; MCFADDEN, S. **Farms of tomorrow revisited**: community supported farms, farms supported community. Milwaukee: Biodynamic farming and gardening association, 1997 e STENEIR, R. **Economia Viva**: o mundo como organismo econômico único. 3 ed. São Paulo: Antroposófica, 2006

registradas tais interações nas entrevistas. A dinâmica operacional apontada pelas entrevistadas, ao contrário, indica que a relação entre a comunidade consumidora e as famílias produtoras se dá no momento da definição dos pedidos dos produtos - que é feita por meio de aplicativo - e no ato de entrega das cestas, que ocorre em domicílio e, em alguns casos, é feito pelas próprias famílias produtoras, já que em outros esse processo é intermediado pela Cooperativa do MST. O distanciamento entre a prática da entrega de cestas para a CSA e as suas dimensões, fica evidente na afirmação de uma entrevistada de que nem sempre os produtos são oriundos da mesma família produtora, podendo ser até de uma unidade produtiva não articulada à CSA. *Algumas vezes a gente pega alguma coisa de algum companheiro, quando falta alguma coisa lá em casa a gente sempre pega, mas a maioria é lá de casa.* Esta referência denota que as famílias produtoras empreendem esforços para viabilizar os compromissos comerciais assumidos, valendo-se de estratégias coletivas pautadas pelos laços estabelecidos dentro do assentamento e pela busca de satisfação das suas necessidades imediatas.

É notável a ausência dos elementos centrais que caracterizam as CSAs nos relatos das entrevistas, que dizem respeito ao financiamento da produção e dos riscos de acordo com a satisfação das necessidades de cada ator desse processo, bem como da aproximação entre comunidade consumidora e as famílias produtoras. Tais ausências podem estar relacionadas à dinâmica própria do coletivo consumidor inserido neste assentamento, já que as comunidades podem ter organizações distintas entre si. De outro lado, estas ausências permitem inferir que a materialidade das relações sociais pode ter preponderância na relação estabelecida entre a comunidade consumidora e as mulheres assentadas, que é apresentada com centralidade no sentido das trocas comerciais, em detrimento de uma proposta de dinâmica econômica de cunho voluntarista. Essa materialidade aponta para a substancialidade comportada na construção social de mercados e, nos consequentes interesses distintos que emergem das relações sociais.

No presente estudo, as relações sociais que compõem este mercado são percebidas pelo distanciamento entre as famílias produtoras que são assentadas da reforma agrária e a comunidade consumidora que é formada por um público de maior renda de Brasília. Este elemento foi apontado por Bárbara Borges (2018) como estimulador de um mercado de nicho elitizado, voltado para o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Bárbara Borges (2018) e Sérgio Schneider (2016) indicam que este mercado, também, pode ser um limitador da autonomia de quem produz já que condiciona um mercado fixo e uma base produtiva pré-

determinada. Corroborando com estes autores, cabe destacar que a concepção econômica das CSAs, assim como todas as teses dominantes nas ciências econômicas, é pautada por uma lógica universalista do ponto de vista de gênero e de classe, o que tem implicações na perspectiva da satisfação das necessidades individuais que, são distintas se consideradas as bases materiais estruturantes da sociedade.

A combinação entre um ou mais canais de comercialização pelas mulheres entrevistadas, não se traduz em percepção de renda satisfatória, conforme apontado por elas, [a renda pessoal advinda da comercialização da produção é satisfatória] *“não, porque eu ainda tô achando pouca, preciso ter mais”, “pra mim não é não, falta muito, eu recebo Bolsa Família”*. Embora algumas considerem que *“ajuda bastante”* [a renda da comercialização], *“(...) falta muito, muita coisa pra se suficiente. A renda que nós tem é só Bolsa Família mesmo”*, apontam a necessidade de complementação dos rendimentos por meio dos programas sociais de transferência de renda, no caso o Programa Bolsa Família⁴⁵.

Outra fonte de complementação de renda presente nas estratégias adotadas pelas mulheres é o trabalho doméstico remunerado na forma de faxina ou diária, que historicamente se constitui como ocupação feminina e como alternativa de ganhos extras para a família. O trabalho doméstico, assim como o de cuidados, é caracterizado pela consubstancialidade das relações sociais de gênero, raça e classe, conforme tratado anteriormente, que *reforça e legitima* a precarização das relações de trabalho pela naturalização da *racialização* e da *generização* na sua execução (KERGOAT, 2010 p. 102). Tal característica deste trabalho é comum às mulheres da classe trabalhadora e negras, majoritariamente, tanto para as mulheres urbanas como para as rurais, acarretando em maior sobrecarga de atividades realizadas por dia.

Não, é muito pouquinho. Eu tô conseguindo produzir muito pouco, porque eu tive, eu me separei há 3 anos atrás e a minha chácara eu tive que dividir assim de olho, meu ex marido ficou de um lado e eu do outro. A quantidade de área que a gente havia limpado é muito pouca pra gente dividir pra nós dois. Por isso que o pedacinho é pequeno. Ele produz lá um pedacinho e eu produzo aqui um pedacinho e acaba que é muito pouco, é muito pouco e eu trabalho fora, eu sou diarista pra conseguir complementar eu preciso ir pra fora. Eu trabalho 3 vezes na semana pra dá uma complementada porque só daqui eu não consigo viver.

Não é satisfatória não, claro que antes já foi bem pior, mas hoje é uma renda razoável, mas mesmo assim ainda não é satisfatória né, claro que a gente almeja uma renda muito maior, mas é que a gente tem muito entrave, muita dificuldade, pelo fato de a gente não ter licenciamento, o assentamento ainda não tem licenciamento [ambiental] e a gente sofre muito com a falta de água, então se a gente tivesse o licenciamento onde a gente pudesse abrir uma área maior pra plantar e tivesse água

⁴⁵ Programa de transferência de renda do Governo Federal para auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

dentro do assentamento, possivelmente a renda nossa seria muito mais satisfatória do que hoje.

As dificuldades materiais que incidem sobre a produção agrícola das mulheres são compostas, também, pela precariedade de estrutura produtiva como a falta de água e a ausência de licenciamento ambiental. Embora localizado na Bacia do Rio São Bartolomeu, o assentamento não dispõe de qualquer infraestrutura tanto de instalação - saneamento básico, moradias, água de consumo, escola -, como de desenvolvimento - água para produção, licenciamento ambiental, galpão, estradas. A ausência de licenciamento ambiental inviabiliza diretamente a demarcação de áreas de reserva legal e áreas de proteção, o que limita o espaço destinado à produção, especialmente pelo fato de que o assentamento está localizado dentro de uma área de proteção ambiental. Esta ausência também limita as estratégias de comercialização já que impede processos de certificação de origem como aqueles de fito sanidade, orgânica e agroecológica.

A falta de estrutura de abastecimento de água tem impacto direto na produção agrícola, destacadamente de hortaliças, que demanda irrigação, ainda mais se considerarmos o período de seca no bioma Cerrado. De acordo com as entrevistas, apenas algumas unidades familiares contam com poços simples que foram viabilizados com recursos das próprias famílias. Assim como as estradas dentro do assentamento, que segundo elas, “*nóis abrimo no machado aí, na força*”. Cabe destacar que a instalação de infraestrutura básica e produtiva é uma competência do poder público quando da instalação do projeto de assentamento da reforma agrária.

A participação das mulheres na produção e na comercialização do assentamento Pequeno Willian é permeada por limitantes materiais que se expressam pelas relações sociais e pelas condições estruturais que dificultam a inserção delas nas dinâmicas econômicas mediadas pela monetização. De outro lado, perguntadas se a participação na produção e na comercialização mudou as suas vidas, as entrevistadas indicam que tal inserção representou transformações significativas na vida das mulheres, na sua relação com a terra, com o trabalho e com a dimensão da autonomia delas.

Em geral as entrevistadas apontaram uma forte relação entre a atividade produtiva e a noção de trabalho relacionada à esfera pública e de maior valor social, como fica evidente nesta afirmação “*mudou bastante, mudou bastante [a vida]. Antes eu trabalhava como doméstica*”. A noção da produção agrícola como um trabalho, também aparece nas respostas reforçando a ideia de que as atividades domésticas não são percebidas como um trabalho, [mudou a vida] “*bastante, antes eu não trabalhava dessa forma né, hoje eu tô trabalhando, é*

uma coisa que eu gosto. Eu gosto não, eu amo produção né. Então mudou radicalmente a minha vida a produção. Aí quando chega sexta-feira lá em casa é só alegria”.

É possível apreender a percepção das entrevistadas quanto ao significado atribuído ao trabalho está relacionado com a esfera pública (produtiva) e os ganhos de renda, ao passo que as atividades realizadas no lote, dentro do assentamento, não constituem como um trabalho, conforme expresso por,

[mudou a vida] Sim, sim, hoje eu, por exemplo, até um dia desses eu não trabalhava, só aqui no assentamento, só aqui na nossa parcela, então assim quando eu comecei a produzir e a comercializar, lá em casa eu entrei num acordo com meu companheiro eu falei ‘a partir de agora uma fatia do que a gente produzir vai ser pra mim e pra minha filha, porque ela nos ajuda pra além de empacotar as coisas, também dentro de casa’. E isso daí começou a dá pra gente uma autonomia, hoje por exemplo eu e ela, a gente faz planos. Esse mês agora tanto é nosso, a gente vai comprar isso, a gente vai comprar aquilo, coisa que quando a gente não trabalhava não tinha renda aqui dentro a gente não fazia. Então isso nos proporcionou ter uma autonomia muito maior.

De acordo com esta entrevistada a noção de autonomia tem relação direta com a obtenção de renda, pois permite a elaboração de planos e aumenta o seu poder de consumo, além do poder de tomar decisão sobre como gastar os recursos. O trabalho para ela é reconhecido como dimensão de autonomia na medida em que é mediado pela monetização, pela obtenção de renda.

A centralidade que a maioria das entrevistadas confere ao trabalho a partir da atividade de produção e de comercialização agrícola guarda estrita relação com a divisão sexual do trabalho e com as suas dimensões de separação e hierarquia, conforme tratado anteriormente. As atividades domésticas e de cuidados realizadas na esfera privada da vida como são desvalorizadas e invisíveis pela sociedade, também se constituem como tal para quem as executa, para as mulheres. A reprodução e a naturalização dos papéis de gênero de acordo com a divisão sexual do trabalho, do mesmo modo são parte dos processos de socialização das mulheres. O trabalho produtivo como fonte de rendimentos financeiros ganha importância para a autonomia das mulheres, dado que é uma necessidade humana dentro da estrutura e sistema sociais vigentes.

As entrevistas, ainda evidenciam que a inserção das mulheres na produção e na comercialização promoveram mudanças na dimensão da relação com a terra e do seu uso, relacionadas com a produção orgânica e com o modo de vida. A produção orgânica e agroecológica se constitui como matriz produtiva do projeto de assentamento Pequeno Willian desde a condição de acampamento, a qual resultou de uma ocupação para denunciar a contaminação da água pelo uso massivo e prejudicial de agroquímicos por uma fazenda

localizada em Sobradinho, Distrito Federal, conforme tratado anteriormente. A produção agroecológica e orgânica tem estreita relação com a produção realizada pelas mulheres rurais, pois são elas que organizam o autoconsumo das famílias, na grande maioria das vezes, além da associação da alimentação com o cuidado que ganha contornos de consciência produtiva, conforme expresso,

[mudou a vida] sim porque antes eu não tinha nenhuma noção assim do que era trabalhar na terra, apesar de ter nascido na Bahia, de vê os meus pais produzindo, mas eu nunca havia colocado a mão na massa, eu era pequena ainda e eu nunca tive de perto assim esse trabalho, depois de grande (...) com os meus filhos já grandes (...) quando eu entrei pro movimento meu filho tinha 12 anos, o meu caçula. Ai desde então que eu fui tê essa consciência. Que eu consegui ter essa consciência de produção de não produzir com veneno, eu acho isso muito importante, não produzir com veneno, porque eu me recordo sabe, de quando pequenininha, me lembro até hoje do cheiro do veneno que meu pai colocava no feijão na roça, e eu sempre tive essa consciência assim de que se algum dia eu fosse mexer com alguma coisa assim, seria orgânico, eu não usaria veneno.

A vivência no campo, também, aparece como uma mudança significativa na vida delas, a partir da produção e da comercialização, relacionada à qualidade de vida e a capacidade de garantia de subsistência, “(...) *eu acho é bom aqui. Muito bom, mudou pra melhor muito. Na rua [cidade] é muito ruim, uma zoada danada, aqui é silêncio (...). É bom demais, porque a gente tem como a gente se mantê e tudo*”. O modo de vida no campo é referenciado em sentido positivo por conferir ocupação às mulheres, possibilidade de produção para o autoconsumo e um ambiente de vida melhor, conforme dito,

Pra mim mudou, porque eu morava na cidade e lá eu não tinha nem uma coisa pra eu fazê eu ia pra igreja só. Na cidade eu não tinha isso de pega um pé de coisa ali, eu tinha que compra. Comecei a trabalha quando meus menino cresceu, quando era pequeno era só em casa mesmo, depois que eles cresceu (...) que eu comecei a trabalha, muito aqui, (...), tá melhor que na cidade, eu não gosto mais da cidade, eu chego na cidade quero passa dois dia e ir embora.

A partir da análise das entrevistas é possível afirmar que as mulheres assentadas no projeto de assentamento Pequeno William estão inseridas na produção agrícola de alimentos, notadamente hortaliças, verduras e legumes. Esta produção é de base familiar, envolvendo as conformações variadas de família que ocupam cada lote. A comercialização se dá pela associação entre as estratégias da Ceasa (feira), porta a porta, CSA e PAA. A participação das mulheres nesses circuitos de comercialização ocorre de forma conjunta com os membros da família em diferentes arranjos que visam superar dificuldades materiais logísticas de organização e distribuição da produção.

O maior conhecimento das mulheres a respeito dos diferentes circuitos de comercialização é distinto, sendo as cestas entregues para a CSA o mais discrepante, pelo fato

de que elas desconhecem tal estratégia em sua integralidade, dado que nem todas participam de todo o processo envolvido. O PAA é o mercado reconhecido por elas como o melhor canal de comercialização pela facilidade de entrega e garantia de pagamento. Incide sobre os processos de produção e comercialização das mulheres restrições materiais como falta de água, ausência de licenciamento ambiental e precariedade de infraestrutura básica como estradas e moradia dignas. A renda percebida pela comercialização da produção é considerada insatisfatória pelas mulheres entrevistadas, sendo necessária a complementação por meio de programas sociais de transferência de renda e pela realização de trabalho doméstico remunerado.

Os processos de tomada de decisão das mulheres ocorrem em conjunto com outras mulheres e, majoritariamente, a partir de discussões com a família - companheiros e filhos. As entrevistadas apontam que as mulheres possuem planos futuros relacionados à ampliação do trabalho produtivo agrícola para a grande maioria delas e, relacionados ao trabalho não agrícola para uma das entrevistadas.

A análise da participação das mulheres na produção e na comercialização do assentamento Pequeno William, permite apontar a incidência de fatores de promoção e de restrição desses processos sobre a autonomia crítica delas. Tais fatores podem ser de ordem explícita - presentes nas falas das mulheres entrevistadas ou potencial - inferidos a partir da análise, de acordo com as informações prestadas por elas.

Fatores de promoção

A participação na produção e na comercialização se constitui como um fator de promoção explícito à autonomia crítica das mulheres pela percepção delas na mudança de vida pela inserção nesses processos. Por meio da produção e da comercialização agrícola as mulheres passaram a se perceber como trabalhadoras, como produtoras, o que de um lado reforça a identidade camponesa e de outro permite que elas se reconheçam na esfera pública, historicamente dirigida aos homens. A atuação das mulheres na produção e na comercialização contribui com o maior vínculo delas com o modo de vida no campo, com a terra e com a produção orgânica, fatores estes que evidenciam o autoconhecimento a respeito do ambiente em que elas estão inseridas com capacidade de avaliação a respeito deste.

A percepção de renda, igualmente, é um fator explícito de incentivo à autonomia crítica, pois permite a elaboração de planejamentos futuros, além de propiciar a independência financeira em relação a outros membros da família ou ao companheiro. A referência direta entre percepção de renda, a partir da produção agrícola, capacidade de planejamento e a maior

autonomia das mulheres esta presente na afirmação de uma entrevistada. A compreensão da perspectiva da economia feminista considera a dinâmica econômica para além da mediação monetária, o que contempla a noção da plasticidade de renda como gastos não devidos pelo trabalho doméstico não pago e pela produção para o autoconsumo. Esta noção não está presente na compreensão das mulheres entrevistadas, sendo a renda considerada em sua dimensão mediada pela monetização o que ganha significância pela inserção delas numa sociedade capitalista que requer a forma dinheiro para o consumo. Nesse sentido, a renda se constitui como um fator explícito de incentivo à autonomia crítica das mulheres.

Como um fator de promoção potencial à autonomia crítica das mulheres está o exercício da produção e da comercialização como meio de diminuição entre o distanciamento entre as esferas públicas e privada que estruturam as relações sociais. O potencial de promoção pela produção e pela comercialização reside nas possibilidades que se apresentam pelos canais de comercialização que as mulheres participam que, embora guardem restrições, comportam possibilidades de contribuição para a promoção da autonomia crítica. A interação com as CSAs pode ser ampliada como meio de estreitar a relação produção e consumo, de forma a propiciar trocas e o exercício prático da logística de gestão envolvida neste canal de comercial. Assim como a participação mais efetiva nas vendas na Ceasa que têm potencial de ampliar o conhecimento das mulheres na atividade comercial. A organização produtiva em grupo de mulheres, embora figure como secundária e voltada à produção não agrícola, tem potencial para a auto-organização delas e envolver outras atividades produtivas agrícolas, já que elas manifestam a intenção de retomar e fortalecer a vida deste grupo. Os grupos produtivos de mulheres configuram um espaço importante de reconhecimento coletivo delas a partir das vivências comuns em suas dificuldades e estratégias adotadas, além de se constituírem como um ambiente propício para o exercício da participação política e pública.

Fatores de restrição

Os fatores de restrição explícitos para a autonomia crítica das mulheres evidenciados são relativos às dificuldades materiais, seja pela escassez ou pela ausência. A logística de transporte da produção para os canais de comercialização se configura como um fator de restrição, já que segundo as entrevistadas, elas deixam de participar presencialmente de alguns mercados, como a Ceasa, por exemplo, por falta de meio de transporte. O não exercício do ato de comercializar diretamente com o público consumidor se traduz em um fator de restrição explícito, pois inviabiliza o contato com quem compra, a prática da

negociação comercial in loco e o conhecimento das relações presenciais envolvidas dado pela participação na esfera pública que a comercialização se insere. As mulheres são limitadas quanto a este envolvimento na esfera da vida comercial pela ausência de meio de transporte público e privado.

Figura como um fator de restrição potencial à autonomia crítica das mulheres permanência da separação entre as esferas pública e privada nas relações comerciais em que elas estão inseridas. Tal separação fica evidente pelos canais de comercialização da CSA e da Ceasa. A venda da produção para a CSA evidencia o distanciamento entre as esferas pelo precário conhecimento das mulheres sobre este canal de comercialização que é intermediado por uma cooperativa do MST e não é apresentado para elas em todas as dimensões que esta estratégia contempla. As mulheres produzem os alimentos comercializados pela CSA e atuam no beneficiamento mínimo dos produtos (lavagem e embalagem), mas elas não estão inseridas na gestão dos pedidos, na relação com a comunidade consumidora e tratam este canal como entrega de cestas em domicílio. A produção e o beneficiamento são atividades produtivas restritas ao universo privado, posto que são realizadas no lote. As entregas e a gestão dos pedidos que propiciam a interação na dimensão pública da comercialização são intermediadas e afastadas da participação das mulheres.

A percepção de renda se constitui como um fator potencial de restrição da autonomia crítica das mulheres por ser insatisfatória, segundo elas próprias. Elas consideram que a renda advinda da produção agrícola no assentamento é insuficiente e gostariam de ampliar seus rendimentos. Algumas mulheres informaram que há a necessidade de complementação de renda, por meio de programas sociais de transferência de renda e pela disponibilização do trabalho doméstico remunerado na forma de diária ou faxina. Os programas sociais, notadamente o Bolsa Família, dependem da orientação de projetos políticos e da alternância de poder, podendo ser afetados em sua forma de execução ou até mesmo serem extintos, o que significa um fator potencial de restrição para a autonomia crítica das mulheres beneficiadas. O trabalho doméstico remunerado se constitui como uma alternativa de renda para as mulheres, historicamente e especialmente em momentos de crise econômica. A complementação de renda por meio do trabalho doméstico remunerado representa um potencial fator de restrição à autonomia crítica das mulheres assentadas, por se traduzir em maior sobrecarga de trabalho para elas e por acarretar em menor tempo dedicado à produção agrícola sob responsabilidade delas.

4.5 *As dimensões da autonomia crítica das mulheres rurais entre os domínios privado e o público*

A participação das mulheres nos circuitos de comercialização transcende a compreensão restrita as trocas comerciais mediadas pela monetarização, mas sim, abrange a relação entre as dimensões sociais pública e privada. Nesse sentido, a investigação sobre a participação das mulheres na dinâmica econômica, neste caso do assentamento Pequeno William, requer a compreensão da plasticidade do conceito de economia que não é restrito a mercantilização e tampouco a esfera pública da vida em sociedade. Do mesmo modo, esta noção substancial, também é comportada na perspectiva da autonomia crítica que articula as esferas individual e coletiva, bem como a pública e a privada.

Além da participação ativa na produção e na comercialização do assentamento, as mulheres têm envolvimento em outras organizações e espaços de caráter político e coletivo relacionados à esfera pública. As entrevistadas relataram envolvimento no MST, na associação do assentamento, em grupos de mulheres, cooperativa e partido político. Na maioria as entrevistadas afirmaram que *“participo daqui da associação [do assentamento], do MST”, “a gente tá sempre envolvida nas reuniões, mais dentro do assentamento mesmo”*. As entrevistadas associam à participação no MST o envolvimento delas próprias em espaços de caráter referentes à organização produtiva e comercial como feira e cooperativas,

eu vô pra Feira da Reforma Agrária⁴⁶, esse ano eu vô mais minha filha⁴⁷. No comecinho de maio. Eu fui na primeira. Fui vendê, mas não levei nada meu na época, levei só do povo que mandô. Foi bom. Participa do movimento, assim quando tem alguma coisa de fora. Nós vai pras reunião mesmo, assembleia [do MST], quando chama a gente, a gente vai.

“A gente participa do MST e de outras aí, tem a nossa associação do assentamento. Tem uma cooperativa do MST e a gente faz parte dela também”. Estas referências que articulam a participação política no movimento com os espaços de comercialização apontam para imbricação da percepção entre as esferas públicas de atividade política e os exercícios práticos materiais derivados da atuação no movimento social. A pedagogia adotada pelo MST na sua formação política e também na sua práxis busca integrar a atuação econômica com a agenda política em torno de um projeto de desenvolvimento. Essa perspectiva contribui para o

⁴⁶ Feira Nacional da Reforma Agrária que reúne a produção dos assentamentos articulados ao MST, foram realizadas 3 edições em São Paulo no Parque Água Branca.

⁴⁷ Em referência a IV edição da feira que estava programada para o mês de maio de 2019, mas foi adiada pelo veto do uso do espaço público pelo governador de São Paulo, João Dória.

entendimento das mulheres sobre a participação em organizações sociais e políticas com aquelas de caráter produtivo e comercial.

Em sentido semelhante, as entrevistas explicitam a organização em grupos de mulheres associada à perspectiva de organização social e política, *“nóis tava com um grupo de mulheres, acabou, mais agora a gente qué volta. Fazia só artesanato”*. A produção do artesanato extrativista é compreendida por elas como um trabalho *“eu (...) faço artesanato de fibra de bananeira. A maioria das muié aqui trabaia com a fibra de bananeira. Vende, a gente manda pras feira”*. Ao mesmo em que elas afirmam que o grupo de mulheres tinha caráter produtivo, por essencialmente, ser orientado à produção de artesanato, tal grupo é referenciado quando são perguntadas sobre participação em organização política ou social,

Nós tínhamos um grupo de artesanato que tá meio fraquinho das pernas, mas que a gente tá conseguindo andar de muletas. A gente tem um grupo de artesanato muito bom, de folha de bananeira, a gente conseguiu produzir muito no início, só que depois que mudou que foi cada um pra sua parcela foi ficando mais fraco, mas a gente ainda consegue produzir.

O grupo de mulheres foi formado ainda no acampamento e a produção artesanal é extrativista, da fibra de folha de bananeira. De acordo com a entrevista acima, o grupo de mulheres tinha maior coesão e dinâmica coletiva quando estavam na condição de acampadas e após o assentamento definitivo, foi desmobilizado pela divisão dos lotes. Esta afirmação corrobora os estudos que apontam um sentido positivo para a organização coletiva das mulheres quando em condição de acampadas, espaço tempo transitório e compartilhado. Quando a condição muda para assentadas a organização coletiva das mulheres tende a perder força pela delimitação de um espaço tempo delimitado e permanente, conforme tratado no capítulo 1.

Para além da perspectiva produtiva, os grupos de mulheres assumem um caráter auto-organizativo que propicia o compartilhamento de experiências, dificuldades e vivências comuns a todas. Esse ambiente se constitui como favorável para o fortalecimento da dimensão da sociabilidade, além de permitir a expressão do capital social e político adquirido pelas mulheres em suas trajetórias de vida. Estudo realizado por Regina Bruno et. al (2011) sobre a organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária, aponta que a inserção delas em outros espaços representa a participação na esfera pública, o que qualifica sua ação política e amplia sua noção de sujeito nos espaços público e privado.

Assim, ao colocar as mulheres na esfera pública, espaços como grupos produtivos contribuem para um questionamento da invisibilidade política, social e econômica, em que estas estão imersas, bem como para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades estruturais (direitos sociais, bens e serviços) e das desigualdades

culturais (violência sexista, divisão sexual do trabalho), abrindo caminho para a democratização no meio rural brasileiro (BRUNO, et. al, 2011, p. 68).

A referência ao grupo de mulheres como espaço de organização política e social pode ser compreendida pela valorização das mulheres dos seus espaços auto-organizados como lócus de ação política capazes de oferecer visibilidade pública pelas próprias relações sociais locais, conforme aponta o estudo de Regina Bruno et. al. (2011).

A percepção das mulheres a respeito das dificuldades que enfrentam para participar nos distintos espaços de organização política e social indica que elas alcançam êxito e enfrentam algumas resistências,

Sim, com certeza, até porque assim, a mulher pra ela se introduzir na sociedade já é complicado né, a mulher pra ela falar assim, ‘a eu vou produzir’ quando pensa em produção, por exemplo agrícola, já tá mais voltada pro homem, porque acha que o homem é que tem mais condições, o homem é que tem força braçal, então esses espaços a mulher tem um pouco de exclusão. A gente que é teimosa né, a gente vai à luta e acaba entrando em todos os espaços. Assim, claro que a gente sente uma dificuldade sim de inserir em todos esses espaços. Aqui dentro do assentamento, hoje, eu tô no corpo político da associação, sempre estive na verdade aqui dentro do assentamento.

Este relato explicita o peso das dimensões da divisão sexual do trabalho na vida mulheres, separando as esferas doméstica (privada), como espaço das mulheres e, a produtiva (pública) como espaço dos homens. Esta noção atribui às mulheres uma essência associada a fragilidade e a emoção como parte da natureza delas, enquanto que aos homens são identificados elementos de força física e racionalidade pertencentes a cultura da sociedade. Tal compreensão da separação entre as esferas concebidas como femininas e masculinas é parte do processo de socialização desde a infância e, com isso, é naturalizada por homens e mulheres na estrutura da sociedade. Cumpre destacar que, embora a reprodução da atribuição de papéis de gênero esteja presente, algumas vezes, no discurso das mulheres, elas não são beneficiadas pela divisão sexual do trabalho, mas sim oprimidas. Os privilégios da separação e da hierarquia de gênero recaem sobre os homens, na medida em que eles são beneficiários diretos da invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres.

A manutenção dos privilégios masculinos é operada pelo sistema capitalista e patriarcal e busca a preservação do domínio público como exclusivo ou majoritariamente ocupado pelos homens. O acesso das mulheres ao espaço público se coloca, historicamente, como um desafio que exige que elas lancem mão de distintas estratégias de enfrentamento e ou de resistência, como expresso pela afirmação “a gente que é teimosa né, a gente vai à luta

e acaba entrando em todos os espaços”. A maior entrada das mulheres nos espaços públicos promove alterações graduais que criam condições mais favoráveis para o exercício da participação, como se reflete em alguns discursos “*não*” [sobre outras dificuldades como falar] ou “*Eu sô [de falar nas reuniões], o povo diz que eu falo demais*”, “*(...) eu falo sobre as coisas né, tem coisa errada que a gente tem que fala né, expor a palavra né, é necessário pra não fica só ni uma pessoa só né*”.

A criação de condições favoráveis para o livre exercício de participação das mulheres no espaço público envolve o respeito às trajetórias e as preferências individuais, livres de qualquer constrangimento. “*Não, não [sobre dificuldade de usar a palavra], aqui não tem ninguém, quando precisa a gente fala, eu não sou de falá muito assim, na reunião, mas aqui acolá eu ainda falo*”.

Ainda sobre as dificuldades de participação social e política das mulheres incidem outras dimensões materiais que as restringem “*algumas vezes tem dificuldade pra participar, pra chega até (...), de deslocamento*”.

(...) quando vai assim, a associação marca uma reunião fora e a gente não tem transporte pra gente i todo mundo. Aqui toda a reunião que tem eu tô no meio. É muito difícil eu faia uma reunião (...). Muito difícil.

A logística de deslocamento das mulheres é apresentada como um fator de restrição à participação delas em atividades fora do assentamento pela indisponibilidade de transporte próprio do assentamento e pela precariedade de transporte público, sobretudo em áreas rurais. De acordo com as entrevistas, as mulheres participam mais das organizações locais do assentamento como a associação e de atividades ligadas ao movimento em que as condições logísticas materiais são disponibilizadas por este último.

Dentre as condições materiais que incidem sobre as possibilidades de participação das mulheres encontram-se aquelas relacionadas à realização do trabalho doméstico e de cuidados e as relações sociais que permeiam o ambiente doméstico. As entrevistadas afirmaram que a inexistência de restrições diretas impostas pela família ou determinadas pelas suas responsabilidades com o trabalho doméstico, “*não. Eu mesma quando eu falo que eu vou num canto, eu vô, pode a casa tá caindo, fica aí caída aí*”. Tal afirmação aponta que o grau de decisão delas sobre o ato de ir para alguma atividade de organização e política não sofre restrição ou constrangimento por parte de outros membros da família, conforme a pergunta submetida a elas. Entretanto, a referência a “*pode a casa tá caindo, fica aí caída aí*” indica que a existência de sobrecarga de trabalho e gestão da casa que recai sobre elas. Tal afirmação

indica que, implicitamente à decisão das mulheres de participar requer deixar as tarefas desempenhadas por elas em suspenso ou à espera do retorno delas.

A sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres ganha maior expressão quando elas são perguntadas sobre quem faz o trabalho doméstico e de cuidados nas suas casas e quantas horas cada membro da unidade familiar dispõe para estas tarefas, “*eu mesma. Por dia eu gasto assim umas 3 horas. [Marido] ajuda bastante*”, “*Eu mesma. [sobre o tempo dispendido] depende, a gente mexe com casa é o dia todo, não para*”. Para algumas das entrevistadas as tarefas domésticas somente são assumidas por outros membros da família na ausência delas “[sobre quem realizada o trabalho doméstico] *eu mesma (...) lá em casa se eu sai eles toma conta, mas se eu tiver é eu sozinha, é só nós [as mulheres]*”. Embora algumas afirmem que o trabalho doméstico é compartilhado com os outros membros da família, também relatam que faz diferença a sua presença ou ausência [sobre quem faz o trabalho] “*eu, meu marido, meu filho. Quando eu saio eles toma de conta, [quando ela está em casa] só eu mesmo*”. Esta mesma entrevistada informa que o tempo gasto com o trabalho doméstico ocupa “*o dia todo (risos), vô olha a horta lá e quando eu chego tenho que fazê comida, lava a louça, fazê comida e ai lavar*”.

As contradições sobre a realização do trabalho doméstico ficam mais explícitas na medida em que as perguntas complementares são respondidas,

[quem faz o trabalho doméstico] todo mundo, a gente se ajuda. Eu faço uma parte, meu esposo faz outra parte, minha filha faz outra parte. [trabalho de cuidados] maioria das vezes sou eu que faço. [Tempo gasto por ela] muito, (risos) porque as vezes eu saio cedo, chego tarde. Ai eu chego vou fazer janta, colocar roupa na máquina, limpar o chão. Ah se gasta por dia em torno de 4 ou 5 horas por dia. Meu marido gasta menos né (risos), em torno de 2h. Minha filha, pra ser sincera, acho que ela gasta em torno de umas 3h também, ela faz muita coisa com 10 anos.

(...) eu não gasto muito porque assim eu faço mais é no final de semana, durante a semana quem faz é o meu marido eu fico mais na horta. No final de semana que eu tô em casa, dia de lavar roupa, tirar tudo de lugar pra poder limpar porque homem você sabe né, é só ali por cima né, ai final de semana que eu pego firme mesmo né, no sábado e no domingo que eu tiro pra dá uma faxininha lá no barraco e pego na roça. Então eu gasto ai em média um meio dia de trabalho no final de semana em casa.

A percepção inicial das entrevistadas sobre o compartilhamento das atividades domésticas e de cuidados mostra-se frustrada quando os tempos dedicados por cada membro da família, para estes trabalhos, são confrontados. Esta contradição é comumente despercebida na vida cotidiana e, por esta razão, as metodologias feministas buscam diagnosticar o uso do tempo diário de cada integrante da família, como meio de visibilizar a sobrecarga de trabalho sob responsabilidade das mulheres. De acordo com um dos relatos

acima, evidencia-se que o compartilhamento das atividades domésticas da unidade familiar ocorre em maior medida entre mãe e filha do que com o pai, corroborando a transferência da responsabilidade com o trabalho reprodutivo pelo processo de socialização das meninas. A noção de trabalho doméstico realizado pelos homens indica, de acordo com um dos relatos acima, uma conotação de trabalho superficial ou paliativo, expressa por “*homem você sabe né, é só ali por cima*”. O trabalho doméstico mais pesado ou “*firme*” relacionado, neste caso a lavar roupa e tirar os móveis de lugar, fica a cargo da mulher.

Cabe destacar que a dedicação das mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados, conforme sustentando no Capítulo 1 dessa dissertação, não se constitui como um problema ou limitante, ao contrário, é este trabalho que garante as condições de reprodução social, historicamente. Desta forma, visibilizar e valorizar o trabalho doméstico e de cuidados significa reconhecer sua importância para a sustentabilidade da vida humana e para satisfazer as necessidades básicas humanas. O ponto central é o reconhecimento da existência da divisão sexual do trabalho como estruturante da opressão do trabalho e da vida das mulheres que são sobrecarregadas compulsoriamente com estas atividades.

A sobrecarga de trabalho sob responsabilidade das mulheres é naturalizada de forma que a compreensão de tal realidade é de difícil percepção socialmente, assim como os efeitos que gera sobre outras dimensões da vida como a saúde e o lazer. Não ao acaso, o uso do tempo é um dos indicadores para a autonomia crítica proposto por Doyal e Gough, assim como a saúde física. A gestão do espaço privado (a casa e a família) é parte do trabalho doméstico e de cuidados e um fator que pode desencadear transtornos psicológicos nas mulheres. Quando perguntadas sobre a percepção de prejuízos à saúde em decorrência do trabalho doméstico, a maioria das mulheres informou que este não traz danos, sendo que para uma delas não acarreta em prejuízo porque “*faço com carinho*”.

Para outras entrevistadas “*não sei, se prejudica minha saúde, é cansativo? É, entendeu, é muito cansativo, é desgastante o trabalho doméstico*”.

Nossa sim, porque eu, como faço faxina, passo roupa, passo muito tempo em pé e quando eu chego em casa, assim um tempinho pra colocar um pouco as perninhas pra descansar não tem, porque eu chego e vou direto pra horta. Os canteiros nasce mato muito rápido e a gente tem que tá fazendo aquele controle, eu tenho que capinar, então tem dia que eu chego em casa muito tarde, tem dia que eu chego em casa 7, 8 horas da noite, mas tem dia que eu chego em casa 5, o dia tá claro ainda então dá pra eu dá uma trabalhada. Não sei nem como te explicar assim a quantidade de tempo que eu gasto em casa assim fazendo trabalho doméstico, mas eu acho que acaba muito com a gente, a gente perde muito tempo sim.

A ausência de períodos de descanso na vida das mulheres é uma constante, já que o tempo é dedicado integralmente à execução dos trabalhos produtivos e reprodutivos “*no sábado e no domingo que eu tiro pra dá uma faxininha lá no barraco e pego na roça*”. As mulheres relatam não disporem de tempo de descanso para pôr “*as perninhas pra descansar*” o que traz prejuízos para a saúde física e psicológica, embora não seja reconhecido por muitas delas, pode ser traduzido na expressão “*acaba muito com a gente*”. As mulheres utilizam todo o seu tempo disponível para o trabalho produtivo como reprodutivo e o ato de deitar representa a existência de uma doença, como um caso de força maior impeditiva de trabalhar “*lá em casa o povo só sabe se eu tô doente se eu tive deitada, se ele vê eu deitada uma hora dessa [um domingo por volta de 17h] ele já fala, não tá bem, vai pro médico, vô nada, é bem assim mesmo*”.

A escassez de tempo livre é apontada por elas como um prejuízo para realização de outras atividades, corroborando com a perspectiva de Doyal e Gough a respeito da sobrecarga de atividades e da impossibilidade de dedicação de horas para a participação em outras esferas da vida em sociedade. A maioria das entrevistadas considera que o tempo dedicado ao trabalho doméstico as impede de realizar outras atividades e indicam o que gostariam de fazer “*um curso, atividades*”,

[se o tempo dedicado ao trabalho doméstico impede de realizar outras atividades]
Muito, muito, hoje, por exemplo, eu tô no escritório⁴⁸ e o tempo que eu tiro pra lavar roupa, pra arrumar a casa, isso daí eu poderia tá fazendo um processo, então realmente ele atrapalha, ele me impede de fazer muitas outras coisas, às vezes me impede no fim de semana de sair, porque eu só tenho o fim de semana pra cuidar da casa, ai se eu vou visitar alguém, se eu quero passear ai eu tenho que fazer as coisas, ai me impede sim.

[se o tempo dedicado ao trabalho doméstico impede de realizar outras atividades]
Ah com certeza. Produzindo, por exemplo, uns fertilizantes, aqui a gente usa muito e essas coisas pra gente comprar sai muito caro, a gente consegue produzir, a gente consegue produzir. Fertilizante orgânico a gente consegue produzir, o adubo. Então esse tempo em casa que eu perco com o trabalho doméstico eu acho que daria pra eu tá fazendo outras coisas na horta.

De acordo com as entrevistas as mulheres consideram que grande parte do seu tempo é dedicado à execução de trabalhos reprodutivo e produtivo e que elas não dispõem de horas de descanso ou de lazer. Entretanto, para a maioria delas, se tivesse mais tempo seria dedicado às atividades produtivas tanto agrícolas como não agrícolas. Mesmo para aquelas que expressam conteúdos de ordem subjetiva como [Se tivesse tempo disponível] “*poderia, poderia sim*” [fazer outras coisas]. “*Ahh nós viuva né* [pede concordância à companheira do

⁴⁸ Entrevistada que está em fase de conclusão do curso de Direito e atualmente faz estágio num escritório de advocacia.

assentamento] *porque nós não guenta fica queta*” há um senso de constante movimento ou de realização de atividades. A expressão *“nóis vuava”* indica que existe, em algum grau, um senso de impedimento do exercício da ação individual e coletiva, relevada pelo pedido de concordância a outra companheira assentada, apontando para um entendimento comum entre as mulheres sobre suas realidades.

A ideia de coletividade entre as mulheres também é expressa no processo de tomada de decisão individual, que para algumas delas é fruto da discussão com outras companheiras assentadas, evidenciado pela afirmação de que as suas decisões se dão por *“combina umas com as outra e a gente vai, não tem tempo ruim pra nós não”*.

Para a maioria das entrevistadas, o processo de tomada de decisão ocorre em conjunto com a família, o que guarda coerência com a forma de organização social e produtiva relatada por elas. De acordo com os relatos, este processo não é permeado por tensões evidentes, conforme explícito nesta afirmação *“junto com a família, troca ideia com o esposo e com o filho. A gente conversa põe em prática o que vai fazer como é que nós vamos fazer, então eles me ajudam e aí eu vou continuando”*. A noção de equilíbrio no processo de tomada de decisão é explicitada, especialmente em relação ao companheiro, conforme este relato,

Lá em casa (...) é muito equilibrado, assim eu tomo as decisões junto com meu companheiro, não temos muito problema com isso não. (...) as decisões são bem equilibradas e a minha filha a gente gosta muito de trazer ela pra essa situação, pra ela ajudar também a gente a tomar essas decisões pra saber o que é melhor.

Em outro caso a percepção de tomada de decisão é compreendida como uma ação para suprir necessidades imediatas ou cotidianas, que de acordo com a intensidade da demanda, requer a condução da mulher na dianteira de tal processo, conforme segue,

(...) depende assim do que se precisa naquele dia, se precisa de muita coisa eu tomo a frente e falo ‘bora’ porque é só eu e meu marido, porque a gente tem que fazer acontecer, a gente chega lá e mete a cara e colhe, a gente cuida, colhe a gente arruma tudo.

As perspectivas das mulheres a respeito da continuidade do trabalho na produção, na comercialização do assentamento e os planos futuros delas indicam o seu interesse em permanecer nessas atividades, apesar de algum grau de insegurança quanto à continuidade na área do projeto de assentamento da reforma agrária. A insegurança em relação à permanência na área está relacionada com os entraves ambientais do projeto de assentamento e com a posse dos lotes, conforme expresso,

(...) firmá mesmo nosso pé nós não sabemo porque a terra não é nossa mesmo porque tem muita demanda, muita coisa ai pela frente, diz que aqui dentro vai se um parque ambiental eu vi passando na televisão esses dias, já fiquei ligada já que

falava só de boca, não tinha documento nenhum, mas agora que já tem o documento a gente já vai ficar mais esperta, vai correndo atrás de outra coisa, fica parado não dá. Eu não tenho vontade de voltar mais pra cidade.

o meu sinceramente [plano futuro], ainda não tô (...), mas tamo no projeto né, de sair daqui né, ninguém sabe, ninguém pode afirmar que soumos mesmo a terra, ninguém pode afirmar isso né, qualquer hora o governo pede a terra e aí? Né, não podemos dizer que é nossa.

A insegurança sobre a permanência na área do projeto de assentamento Pequeno Willian decorre da sua localização na Área de Proteção da Bacia do Rio São Bartolomeu e do entendimento do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) de que tal área teve destinação para uma Unidade de Conservação⁴⁹ (UC) de Refúgio da Vida Silvestre do Instituto Federal. Por conta de tais entendimentos o projeto de assentamento ainda não conta com licenciamento ambiental e tampouco com licença de uso de água. Esta condição em que se encontra o assentamento gera inseguranças nas assentadas quanto a uma possível destinação da atual área para fins de reserva ambiental de caráter conservacionista, o que implicaria em uma mudança do assentamento para outra área.

A insegurança quanto à titularidade da área está relacionada ao fato de que a posse dos lotes do projeto de assentamento Pequeno Willian se dá pelo Contrato de Concessão de Uso (CCU)⁵⁰, em acordo com o trâmite legal de implantação dos assentamentos da reforma agrária.

Apenas uma entrevistada afirmou não ter planos para o futuro, entretanto, seu planejamento imediato está relacionado ao aumento da produção *“Isso aí eu não tenho a mínima ideia, enquanto eu viver tô indo (...) meu maior desejo no momento aqui é aumentar a produção, é o que eu tô tentando fazer”*.

Para a maioria das entrevistadas os planos de futuro estão relacionados à produção agrícola no assentamento, conforme expresso por *“eu quero bastante, eu quero aumentar, quero continuar por muitos anos [no assentamento], melhorar a produção”*.

Os planos futuros que envolvem a continuidade ou ampliação da produção agrícola no assentamento, também relacionam a expectativa quanto ao licenciamento ambiental como fica evidente neste relato,

Ah eu queria expandir mais sabe, eu queria produzir mais, expandir mais a minha horta, ter um lugar pra fazer uma plantação de frutas, separadinho assim, porque no momento eu não tenho como fazer, então a minha vontade era que esse

⁴⁹ Unidade de Conservação de Refúgio da Vida Silvestre do Instituto Federal de Brasília.

⁵⁰ Instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. O CCU tem validade de 5 anos e pode ser prorrogado por mais 5 anos.

licenciamento nosso, que atrasa tanto a vida da gente, saísse e eu consegui abrir sabe uma área maior pra produzir mais, porque eu produzo muito pouco.

Para uma entrevistada os planos futuros dizem respeito ao trabalho fora do assentamento sendo a produção agrícola uma atividade complementar no seu planejamento de vida, entretanto, o desejo de permanecer no assentamento é manifestado, conforme abaixo,

Pretendo por muito tempo [permanecer no assentamento], porque eu gosto muito disso daqui, por mais que eu sempre tive o sonho de ser advogada, mas eu gosto muito daqui, então, nas horas vagas que eu tiver eu pretendo porque meu companheiro não tem nenhuma pretensão de sair daqui, da gente mudar, então eu pretendo e eu tenho tentado passar isso pra minha filha também, pra deixar essa raiz, por mais que a gente faça, trabalha lá fora, mas que a gente continue trabalhando aqui.

De acordo com as entrevistas é possível verificar que múltiplos fatores incidem sobre a autonomia crítica das mulheres rurais, relacionados às bases estruturais da sociedade. Tendo como base a proposta teórica de Doyal e Gough para autonomia crítica como uma necessidade humana básica, investigou-se a sobrecarga de trabalho das mulheres com as atividades produtivas e reprodutivas, a participação delas em organizações coletivas e a capacidade de elaborar planos futuros. O percurso de análise evidenciou que, além destes, outros fatores incidem sobre a autonomia crítica delas, relacionados às condições materiais de suas vidas, tais como acesso à água, situação de posse e uso da terra, transporte e percepção de renda.

Para fins de sistematização analítica os fatores que incidem sobre autonomia crítica das mulheres rurais serão apontados nas perspectivas de fatores de promoção e de fatores de restrição para a construção da autonomia crítica. Os fatores de promoção são aqueles que se constituem como potenciais ou explícitos facilitadores da autonomia crítica das mulheres desde a perspectiva de seu cotidiano. De outro lado, os fatores de restrição são aqueles que representam potenciais ou explícitos impedimentos ao exercício da autonomia crítica das mulheres, a partir da realidade vivenciada por elas.

Fatores de promoção

A participação das mulheres em organizações coletivas como a associação do assentamento, o MST e o grupo de mulheres se constitui como fator potencial para a autonomia crítica das mulheres, por propiciar um envolvimento com as esferas políticas da sociabilidade delas. De acordo com as entrevistas as mulheres informam participar em maior grau das atividades da associação do assentamento (facilitada pelo caráter físico), espaço este que elas relatam não sofrer nenhum tipo de dificuldade ou constrangimento de fala, no qual

costumam apontar o que consideram estar em desacordo com suas práticas e vivências. A participação nas atividades do MST figura como um aspecto relevante para elas, pois permite a sociabilidade com outras assentadas e com outros ambientes para além do projeto de assentamento, como as feiras da reforma agrária. Já o grupo de mulheres, que embora tenha um caráter produtivo, é considerado por elas como um espaço de organização social com vida desde a fase de acampamento e com perspectiva de retomar as atividades. Os grupos de mulheres se constituem como um importante espaço para o exercício da participação na esfera pública social, pois permite que as trocas entre elas construam um senso de coletividade a partir das similaridades das trajetórias e do cotidiano, evidenciando as desigualdades sociais de gênero, comuns a todas. A participação social nestes espaços e coletivos representa um potencial fator de incentivo à autonomia crítica das mulheres pelo livre exercício do sujeito político, corroborando a sugestão de Doyal e Gough.

A capacidade de decisão e de planejamento, conforme as entrevistas, se configura como um fator explícito de promoção à autonomia crítica das mulheres, dado que elas informam tais processos como uma conquista. A capacidade de decisão das mulheres é evidenciada pela não existência de constrangimentos quando elas manifestam desejo ou interesse de participar de algum processo político ou produtivo e não têm tal intenção tolhida ou questionada pela família. Elas expressam que, quando dizem que vão, elas vão e não retrocedem na decisão. Outro ponto evidente é a expressão de que a casa pode estar caída, que fique caída à espera da volta, em relação ao trabalho doméstico privado. A firmeza na tomada de decisão é evidenciada pela escolha de se dedicar a um curso superior como perspectiva de trabalho fora do assentamento e em atividade não agrícola. A capacidade de planejamento futuro pode ser reflexo dos processos de tomada de decisão delas. A maioria das assentadas entrevistadas informou que elabora planos futuros, relacionados à permanência no assentamento e ao incremento da atividade produtiva, o que, igualmente corrobora as sugestões de Doyal e Gough a respeito da autonomia crítica por refletir consciência dos atos e autoconhecimento.

Fatores de restrição

A responsabilidade e a dedicação em maior tempo para o trabalho doméstico se constitui como um potencial fator de restrição para a autonomia crítica das mulheres. Tal restrição deriva da escassez de tempo livre, conforme indicado por Doyal e Gough, mas, além do não reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho, necessário para satisfazer as

necessidades da unidade familiar. A sobrecarga com o trabalho doméstico continua sob responsabilidade das mulheres, mesmo para aquelas que informam a existência de compartilhamento com os membros da família dessas atividades, o tempo dedicado por eles é inferior ao tempo dedicado por elas. Ademais elas consideram que as atividades domésticas feitas pelos homens são superficiais ou mais leves em relação àquelas feitas por elas. As entrevistas evidenciam que o trabalho na produção é considerado pelas mulheres como um trabalho ao passo que as atividades domésticas, que consomem uma grande parte do tempo delas, não são reconhecidas como tal. O trabalho doméstico e de cuidados, além de suprir um conjunto de necessidades humanas básicas contribui para a dinâmica econômica, já que este trabalho garante a capacidade de reprodução social da força de trabalho da família. O não reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho representa um fator potencial de restrição para a autonomia crítica das mulheres por ser compreendido como uma tarefa desvalorizada socialmente, como uma atividade subalterna e desqualificada, além de impedir a participação delas em outras atividades ou espaços de organização social.

Outros fatores de restrição à autonomia crítica das mulheres são relacionados à ausência de serviços básicos, que dizem respeito à satisfação das necessidades humanas em seu caráter de primeira ordem, que Doyal e Gough chamam de saúde física. A ausência de sistema de água, tanto para consumo como para a produção no assentamento Pequeno Willian, se constitui como um fator explícito de restrição da autonomia crítica, já que há um evidente prejuízo para a mais básica necessidade humana, bem como é um limitante para a produção agrícola, especialmente a horticultura, atividade em que as mulheres estão envolvidas. A inexistência de uma política pública de sistema de abastecimento de água inviabiliza a satisfação das necessidades básicas humanas, entre estas a autonomia explicitamente.

A dificuldade de deslocamento individual representa, sobretudo, um fator explícito de restrição que impede o exercício da autonomia crítica, já que as entrevistadas relatam como uma dificuldade para a sua maior participação, a falta de meio de transporte. Por se tratar de uma área rural, com acesso dificultado, elas dependem de arranjos ocasionais capazes de viabilizar o seu transporte para garantir sua participação em atividades fora do projeto de assentamento. De acordo com as mulheres, estes arranjos são, muitas vezes, articulados pelo MST e nem sempre é possível o deslocamento de todas as interessadas. A restrição material de participação das mulheres se configura como um fator de restrição à autonomia crítica, sendo esta reduzida fisicamente ao projeto de assentamento.

4.6 *Indicadores da autonomia crítica das mulheres rurais*

As concepções que orientam esta pesquisa em seu embasamento teórico e analítico seguem a economia feminista e a sociologia econômica, complementadas pelo conceito de autonomia crítica como uma necessidade básica humana de Doyal e Gough. Com tais aportes foram identificados os fatores que obstruem o desenvolvimento das condições de autonomia crítica das mulheres rurais pela sua participação na produção e na comercialização, bem como a partir de outras dimensões que compõem a autonomia crítica delas.

A análise dos dados coletados em campo permitiu a identificação de fatores de promoção e de restrição à autonomia crítica das mulheres, sistematizados como aqueles explícitos e aqueles inferidos, a partir da compreensão da estrutura das relações sociais. As dimensões da divisão sexual do trabalho e os seus princípios de separação, entre os domínios público e privado, e de hierarquia, entre os trabalhos produtivo (masculinos) e reprodutivo (feminino) guardam relação direta com as condições de autonomia das mulheres rurais.

Os indicadores sugeridos por Doyal e Gough para a autonomia crítica, organizados pelos componentes de autoconhecimento, capacidade cognitiva e oportunidades para a atividade econômica e que foram utilizados como orientadores do instrumento desta pesquisa mostraram-se parcialmente adequados a realidade das mulheres rurais. As condições materiais e estruturais que determinam a vida das mulheres influenciam diretamente os fatores de restrição e de incentivo à autonomia crítica delas, sendo necessário incorporar tal perspectiva na proposição desses indicadores. Cabe destacar que a proposição de Doyal e Gough pretende apresentar indicadores comparáveis entre países o que confere um caráter universalista para ação de Estados nacionais. Neste estudo, o diálogo entre as sugestões de indicadores dos autores é aplicado à realidade das mulheres rurais desde a perspectiva de um assentamento da reforma agrária, em pesquisa qualitativa. É desta perspectiva que a discussão sobre indicadores de autonomia crítica é realizada.

Trabalho doméstico: compartilhamento e uso do tempo

Doyal e Gough consideram que o tempo livre entre as atividades produtivas e reprodutivas é um indicador para a autonomia crítica, especialmente para as mulheres. As correntes da economia feminista reivindicam a necessidade de valorização do trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados) como parte da dinâmica econômica e condição para a sustentabilidade da vida humana, além da necessidade de socialização destas atividades entre os membros da família, com a sociedade e com o Estado.

Neste estudo, verificou-se que o trabalho doméstico é de maior responsabilidade das mulheres pois são elas que despendem mais tempo dedicado para sua execução, além de explicitarem que quando tal atividade é feita pelos homens, ocorre de maneira superficial. O roteiro de pesquisa utilizado buscou identificar a existência de compartilhamento do trabalho doméstico entre os membros da família, bem como o tempo dedicado por cada integrante para sua execução. O compartilhamento do trabalho doméstico e o tempo dedicado a este podem ser indicadores importantes da sobrecarga de trabalho sobre as mulheres, especialmente para as mulheres rurais, para as quais o trabalho produtivo e reprodutivo é realizado no mesmo espaço físico. O tempo dedicado por elas ao trabalho doméstico configura como um impeditivo para a realização de outras atividades, o que indica explicitamente um fator de restrição ao exercício da autonomia crítica, posto que, significa uma atividade compulsória que recai sobre as mulheres.

Condições materiais: mobilidade, água, regime de propriedade do local de moradia

A concepção de Doyal e Gough aborda alguns aspectos de ordem material como necessidades intermediárias que guardam maior relação com a manutenção da saúde física ou com as mais básicas necessidades humanas. Água e moradia figuram entre tais necessidades intermediárias universais, entretanto, não relacionadas à perspectiva de gênero e a construção da autonomia crítica das mulheres. Na presente pesquisa evidenciou-se que as limitações de ordem material constituem fatores de restrição explícitos para autonomia crítica das mulheres rurais, pois inviabilizam o deslocamento físico delas, o aumento da produção agrícola e geram insegurança quanto à permanência no local de moradia. A disponibilidade de meio de transporte público ou privado ou de mobilidade, especialmente em áreas rurais, pode ser determinante para o livre trânsito seguro das mulheres, permitindo que elas participem de atividades fora do local de moradia e de produção. Esta necessidade é corroborada ainda pela necessidade de comercialização da produção que exige uma logística mínima de transporte dos produtos. A mobilidade como um indicador de autonomia crítica das mulheres rurais segue a proposta de Carrasco (2012), pois a ausência de tal condição afeta diretamente a capacidade de produção e trabalho das mulheres.

O acesso à água, além de ser uma das mais básicas necessidades humanas em se tratando de consumo humano seguro, também pode ser condicionante do volume e da capacidade produtiva das mulheres rurais. A ausência de água para a produção de traduz em um fator de restrição explícito da produção agrícola e, por consequência impede a autonomia crítica das mulheres rurais que trabalham nesta produção e dela dependem para ter renda e

alimento para o autoconsumo da família. A disponibilidade de água se constitui como um indicador material das condições de autonomia crítica das mulheres rurais.

O regime de propriedade do local de moradia das mulheres rurais tem relação direta com a posse e o uso da terra. A presente pesquisa realizada em projeto de assentamento da reforma agrária, no qual a maioria das titulares dos lotes são as mulheres e a posse da terra encontra-se por meio de Contrato de Concessão de Uso (CCU), evidenciou que a localização territorial do assentamento gera insegurança quanto à permanência na área. Tal insegurança se dá pela ausência de licenciamento ambiental por conta de um impasse sobre a localização da área em uma área concebida para Unidade de Conservação. O projeto de assentamento da reforma agrária e a destinação ambiental da área são frutos de políticas públicas coordenadas e definidas pelo Estado, o que mantém as mulheres em insegurança quanto à possibilidade de permanência na terra. Assim, por se tratar de mulheres rurais beneficiárias de política pública, cabe a utilização de indicador referente ao regime de propriedade do local de moradia, conforme proposto por Carrasco (2012) como fator de influência para a autonomia crítica.

Capacidade de planejamento futuro e imediato

Embora não figure entre os indicadores propostos por Doyal e Gough a capacidade de elaborar planos ou planejamentos futuros é parte do processo compreendido pelos autores da autonomia crítica, por indicar a existência de uma leitura da forma de vida em que os indivíduos estão inseridos e com uma expectativa de mudança ou não da sua situação. Por esta razão, a capacidade de planejamento futuro foi inserida no instrumento de pesquisa. A análise das entrevistas com as mulheres do projeto de assentamento Pequeno William evidenciou que a grande maioria delas tem planos futuros, mas há uma minoria delas que não os tem. A ausência de planos futuros está relacionada à insegurança material e pode ser associada ao fato de que as mulheres atuam para satisfazer as necessidades imediatas da família e, mudanças no curso de seus planos podem ser interrompidas ou impedidas repentinamente. Nesta pesquisa, evidenciou-se que as mulheres buscam formas de complementação da renda familiar, tema já tratado em outras elaborações teóricas. As mulheres rurais são parte da faixa de população mais pobre no Brasil, o que requer delas distintas estratégias de sobrevivência tratadas na literatura como a produção para o autoconsumo, submissão a trabalhos temporários precários e o trabalho doméstico remunerado. Estas estratégias fazem com que as mulheres abandonem ou diminuam o trabalho produtivo agrícola sob sua responsabilidade. A capacidade de planejamento futuro se configura com um importante indicador para a autonomia crítica, entretanto, a temporalidade

contida na perspectiva de futuro requer plasticidade para contemplar decisões imediatas como parte do exercício da autonomia crítica.

Conhecimento: para além da educação formal

O acesso à educação formal constitui um dos principais indicadores para diversos índices de desenvolvimento humano e econômico, dada a sua relevância social, especialmente no que se refere à alfabetização. Não resta dúvida da relação existente entre educação e construção da autonomia crítica, tanto que tal indicador figura entre aqueles propostos por Doyal e Gough e se constitui como parte da análise da presente pesquisa. A realidade das mulheres rurais contempla um conhecimento adquirido de caráter informal relacionado às suas trajetórias de manejo dos recursos naturais e tradicionais. A produção agrícola das mulheres exige delas um conhecimento prático a respeito dos ciclos produtivos, de períodos de chuva e de seca, bem como de manejos tradicionais, de solos, sementes e armazenamento, especialmente daqueles que se valem de técnicas orgânicas e agroecológicas de controle de pragas, correção de solo e fertilização naturais. Tais conhecimentos tradicionais adquiridos ganham relevância como fator de incentivo potencial para a autonomia crítica das mulheres, pois conferem a elas uma capacidade de produção e de manejo que pode se traduzir em meios de sustento e de geração de renda. Nesta pesquisa tal conhecimento é referenciado como uma consciência produtiva das mulheres e, embora não tenha sido aprofundando, indica a existência de um potencial fator de incentivo à autonomia crítica.

Renda

Doyal e Gough compreendem as oportunidades para a atividade econômica como um dos componentes da autonomia como necessidade básica humana, mas não sugerem a percepção de renda como um indicador, diretamente. A renda, assim como a educação formal constituem um dos principais indicadores utilizados por índices de desenvolvimento humano e econômico, inclusive aqueles referentes à igualdade de gênero. A autonomia crítica na perspectiva de necessidade humana contempla outras dimensões que não apenas aquelas medidas pela esfera monetária, assim como a perspectiva de autonomia sustentada pela economia feminista. Entretanto, a percepção de rendimentos é referenciada pelas mulheres como uma importante conquista para sua autonomia, para capacidade de planejamento e para a tomada de decisão. Especialmente para as mulheres rurais, ter rendimentos significa uma conquista pelo histórico de comercialização que é mediado pela figura masculina, que representa os interesses da família e provedor principal. A percepção de renda pela comercialização da produção, por força de política pública ou como meio de complementação

de recursos financeiros adquire contornos de maior capacidade de negociação das mulheres na gestão familiar, contribuindo para a sua autonomia. Desta forma, a renda é um indicador relevante para a investigação dos fatores de incentivos explícitos da autonomia crítica das mulheres rurais.

Acesso a mercados

Dada à característica da atividade produtiva das mulheres rurais, o acesso aos mercados agrícolas constitui um indicador da autonomia crítica delas, tanto como fator de restrição quanto fator de incentivo. Tal acesso tem relação direta com o escoamento da produção por meio da comercialização e, conseqüentemente para a geração ou ampliação da renda. Além disso, a entrada em circuitos comerciais propicia a participação das mulheres no domínio público da vida em sociedade a partir da experiência na gestão, negociação, logística e relação com o público consumidor. O acesso aos mercados agrícolas como um indicador de autonomia crítica das mulheres pode ser aferido pelo ingresso delas, pelo grau de conhecimento e pela forma de participação, se ocorre sozinha, com a unidade familiar, com organização coletiva ou em grupos de mulheres. Tais indicadores podem evidenciar os fatores de restrição ou de incentivo à autonomia crítica delas pela participação na dinâmica econômica mediada pelas relações comerciais.

5 - CONCLUSÕES

Esta pesquisa evidenciou que as relações sociais de gênero, socialmente construídas e informadas pela divisão sexual do trabalho se configuram como a base dos fatores que incidem sobre o desenvolvimento das condições de autonomia crítica das mulheres do assentamento Pequeno William. A inserção das mulheres nos circuitos de comercialização não se traduz em alterações na dinâmica da divisão sexual do trabalho.

Os fatores de restrição à autonomia crítica das mulheres estão relacionados à desigualdade estrutural de base material, compreendendo a consubstancialidade de gênero, raça e classe, pois são constituídos pela divisão sexual do trabalho e pela trajetória de exploração pelo capital. Tais fatores correspondem à ausência de condições mínimas de vida digna e de trabalho agrícola como acesso à água, mobilidade e restrição de uso da terra para a produção, dada a inexistência de licenciamento ambiental. A divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com as atividades domésticas e de cuidados representa um fator de restrição à autonomia crítica das mulheres na medida em que impede maior tempo dedicado por elas para a atuação na produção e na comercialização.

A atuação das mulheres na produção e na comercialização do assentamento permite que elas tenham uma identidade de produtora rural dada pela realização de um trabalho socialmente considerado como produtivo. Esta evidência ganha importância pelo fato de que o trabalho das mulheres rurais, na maioria das vezes é considerado como *ajuda* e não é reconhecido como trabalho agrícola. O auto reconhecimento delas como produtoras pelo entendimento do seu trabalho constitui um fator de incentivo à autonomia crítica das mulheres por indicar a perspectiva de identidade percebida por elas próprias. De outro lado, a atividade doméstica que ocupa em maior parte o tempo das mulheres não é reconhecida como um trabalho, o que evidencia a ausência de valorização da própria atuação cotidiana.

As estratégias de comercialização em que as mulheres estão inseridas se mostram insuficientes do ponto de vista da renda, mas também são percebidas como fatores de promoção à autonomia crítica das mulheres por garantirem rendimentos e, com isso, permitir a elaboração de planejamentos futuros. O conhecimento das mulheres a respeito do circuito de comercialização em que elas participam pode ser qualificado pelo maior envolvimento delas em todo o processo de negociação, gestão e relação com o público consumidor. Tal qualificação do processo de comercialização significa a ampliação do acesso ao mercado

como um fator de promoção à autonomia crítica das mulheres pela prática de ocupação do domínio público.

O mercado como estrutura socialmente construída e permeada por relações sociais, especialmente aqueles voltados à agricultura familiar e camponesa, comporta dimensões de promoção à autonomia crítica das mulheres por oferecer condições de obtenção de renda e possibilitar coerência entre a produção de alimentos saudáveis e os mercados orientados por tal estratégia.

A proposta de indicadores para a autonomia crítica que subsidiou esta pesquisa mostrou-se parcialmente adequada à realidade das mulheres rurais, notadamente, às assentadas da reforma agrária. A análise evidenciou que as condições materiais e estruturais que incidem sobre a vida mulheres influenciam diretamente os fatores de restrição e de incentivo à autonomia crítica delas. Incorporar as perspectivas materiais e estruturais na proposição de indicadores para a autonomia crítica das mulheres rurais é necessário para uma compreensão integral da realidade delas.

Como resultado da análise são apresentados os seguintes componentes de indicadores complementares à autonomia crítica das mulheres rurais: trabalho doméstico e compartilhamento do uso do tempo; condições materiais: mobilidade, bens comuns e regime de propriedade do local de moradia; capacidade de planejamento futuro e imediato; conhecimento para além da educação formal; renda e; acesso à mercados.

Merece um aprofundamento de estudo a relação entre autonomia crítica das mulheres e a articulação de mercados pelos movimentos sociais dada a capacidade aparente destes em aproximar as dimensões políticas e comerciais com um sentido definido para tal. As estratégias de compras públicas e de organização coletiva da produção e da comercialização podem se constituir como fatores essenciais para a autonomia crítica das mulheres, pelo componente de evidenciar as relações sociais que mediam a esfera do mercado.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999

ALDRIGHI, César Fernando Schiavon. **Contribuição crítica à política de Ater do Incra para assentamentos de Reforma Agrária**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2015

ALLEN, Patricia. SACHS, Carolyn. Woman and food chains: the gendered politics of food. **International Journal of Sociology of Food and Agriculture** – Vol. 15(1), April, 2007

BARATTO, Marco Antônio Ribeiro da Silva. **Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos da reforma agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Política Social. Brasília, 2017

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do Século XX. In. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos** (Orgs.) NEVES, Delma Pessanha e MEDEIROS, Leonilde Servolo. Niterói: Alternativa. p. 283-301, 2013

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2009, 2v

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar 2008/2012**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2013

BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica os Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 n° 1(3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BORGES, Bárbara Loureiro. **Reforma agrária e abastecimento alimentar: a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Planaltina, 2018

BUTTO, Andrea. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Recife, 2017

BRUMER, Anita. DOS ANJOS, Gabriele. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Org. LOPES, Adriana. BUTTO, Andrea. Brasília, MDA, 2008

BRUNO, Regina. AQUINO, Silvia. JALIL, Laeticia. JUNIOR, Valdemar. BORDALO, Carolina. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Org. BUTTO, Andrea e DANTAS, Isolda. Brasília: MDA, 2011

BRASIL. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2014

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: Vara Maria Jesús. **Estudios sobre género y economía**. Madri: Akal, 2006

_____. Estatísticas sob suspeita. proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012

DEERE, Carmen Diana. Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360 janeiro-abril/2004

DELGADO. Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do governo do PT na Prefeitura de São Paulo**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. São Paulo, 2007

DE SANTO, Thais Marques. **As publicações do setor de gênero do MST e as vivências das mulheres sem terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Porto Alegre, 2016

DOYAL, Len. GOUGH, Ian. O direito à satisfação das necessidades. **Revista de Cultura e Política**. Lua Nova nº 33, São Paulo, agosto de 1994

DOYAL, Len. GOUGH, Ian. **A theory of human need**. London: London Macmillan, 1991

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. BUTTO, Andrea (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 11-28

FARIA, Nalu. Mulheres Rurais na economia solidária. In. **Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. BUTTO, Andrea. DANTAS, Isolda (orgs.). Brasília: MDA, 2011, p. 37-53

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH, São Paulo, julho 2011

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). In: **Dicionário da Educação no Campo**. Org. CALDART, Roseli Salette et. al Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

FERREIRA NETO, Djalma Neri. TORUNSKY, Flávia. Agricultura apoiada pela comunidade e a “economia viva” de Rudolf Steiner. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v8, n 1 e 2, 2014

FRANCO, Kaio José Silva Maluf. CARMO, Aline Cristine Ferreira Braga do. MEDEIROS, Josiane Lopes. Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**. UEG/UnU Iporá, v. 2, n. 2, jul/dez 2013

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 63 | 2002, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 29 Setembro 2016. Disponível em <<http://rccs.revues.org/1250>>

GRANOVETER, Mark. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. RAE eletrônica, v 6, nº 1, art. 9, jan/jun 2007 disponível em <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao> (consulta em outubro de 2017)

GOMES JUNIOR, Newton Narciso. **Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In: **Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. CHABAUD-RYCHTER [et al.]; tradução Lineimar Pereira Martins. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014

HORA, Karla. BUTTO, Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. BUTTO, Andrea. DANTAS, Conceição. HORA, Karla. NOBRE, Miriam. FARIA, Nalu (Orgs.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014

IZIDORO, Laís Túbero; SILVA, Martha Esthela dos Santos; BARONE, Luís Antônio. Políticas públicas e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Revista Retratos de Assentamentos**. Uniara, vol. 16, n. 2, 2013

KERGOAT, Daniëlle; HIRATA, Helena. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho: Genre, Travail, Mobilités**, Centre National de la Recherche Scientifique. Cadernos de Pesquisa, V. 37, set/dez 2007.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, São Paulo, março, 2010

LEÓN, Magdalena. Neutralidad de género y políticas públicas en las reformas agrarias de América Latina. **Nómadas**, nº 24, Universidad Central - Colombia, 2006

LIMA, Isabela Luts Portela. Extrativismo, etnobotânica e manejo sustentável de frutos de mangaba no norte de Minas Gerais. In. **Unindo Sonhos: pesquisas ecossociais no Cerrado**.

BENSUSAN, Nurit (Org.). Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, p. 69 a 82, 2009.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História Política do Abastecimento** (1918-1974). Brasília: BINAGRI, 1979. 240 p. (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, v. 6).

MARQUES, Vicente; DEL GROSSI, Mauro; FRANÇA, Caio Galvão. **O Censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília, MDA, 2012

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. [introdução de Jacob Gorender]; tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998

MELO, Hildete Pereira de. DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. BUTTO, Andrea (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 31-117

MENDES, Maurício Ferreira. et. al. A organização das mulheres extrativistas na região sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revista Estudos Feministas**, 22 (1). Florianópolis: janeiro - abril/2014.

MOLINA, Caroline. LEITE, Acácio Zuninga. Análise da implementação de crédito instalação na modalidade fomento mulher no período 2014-2017. Trabalho apresentado no GT Desarrollo y políticas publicas. **ALASRU**, Montevideu, 2018

MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert; et al. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba – SP, v. 52, nº 3, p. 449-470. Jul/Set 2014

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Além do que se vê: uma leitura das contribuições do feminismo para a economia**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do ABC. Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Santo André: 2013

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In. **Feminismo e luta das mulheres: análise e debates**. NOBRE, M. FARIA, N. SILVEIRA, M.L. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2005

PARDINA, Teresa López. Autonomia. In. **10 palabras clave sobre mujer**. AMOROS, Celia (org.). Ed. Verbo Divino, Pamplona, 1995, p. 151-188

PAULA, Ricardo Pires de. FERNANDES, Bernardo Mançano. GIRARDI, Eduardo Paulon. MESSIAS, Ronaldo Celso. Educação e Direitos Humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 3, n.2, p. 15-41, jul/dez 2015 (5)

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v.5, nº 28, jan/fev 1987

PAULILO, Maria Ignez. Que feminismo é esse que nasce da horta? **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, vol 15, edição especial, 2016

PEREIRA, Potyara. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque de gênero. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas 12(1), p. 67-86, junho, 2006

PINASSI, Maria Orlanda. O protagonismo das mulheres no MST. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, Londrina, 2010

POLANY, Karl. **A grande transformação**. Tradução Fanny Wrobel. Ed. Campus, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2000

PLOEG, Jan Douwe van der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. (orgs.) MARQUES, Flávia. CONTERATO, Marcelo. SCHNEIDER, Sérgio. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2016

RUA, Maria das Graças. ABRAMAVOY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, Unesco, 2000

SALVARO, Giovana. ESTEVAM, Dimas. FELIPE, Daiane. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 34, nº 2, abr/jun 2014 p. 390-405

SANTANA, Lindalva Santos. **Resistências no Campo Agrário**: mulheres do assentamento Pequeno William e mulheres do núcleo feminino do agronegócio. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2016

SANTOS, Amaury da Silva. et. al. Divisão sexual do trabalho e resistência do extrativismo na sociedade atual, um estudo no assentamento São Sebastião/SE. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol 6, No. 2, Dez 2011. Disponível em <www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/12320/7387>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

SAWYER, Donald; SARAIVA, Nicholas. Análise do potencial econômico e socioambiental do artesanato do buriti em comunidades tradicionais nos Lençóis Maranhenses. “**VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007. Disponível em <http://www.ispn.org.br/arquivos/j-k.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2017

SCHMITZ, Heribert. MOTA, Dalva Maria. SOUSA, Glaucia Macedo. O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 15, edição especial, 2015

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e agricultura familiar. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. (orgs.) MARQUES, Flávia. CONTERATO, Marcelo. SCHNEIDER, Sérgio. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2016

SILIPRANDI, Emma. CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In. **Autonomia e Cidadania: políticas de**

organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, Andrea. DANTAS, Isolda (orgs.). Brasília: MDA, 2011, p. 153-191

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989

SOUZA, Adriana Fernandes. SILVA, Marco Antônio Baratto Ribeiro da. Mulheres da Reforma Agrária do Assentamento Pequeno William: utilizando práticas agroecológicas. Trabalho apresentado no **1º Congresso Nacional dos cursos de Residência Agrária**, Brasília, 2015

SPAROVEK, Gerd. BARRETO, Alberto Pereira. MAULE, Rodrigo Fernando. MARTINS, Sérgio Paganini. **Análise Territorial da produção dos assentamentos**. Brasília, NEAD, 2005

SPECHT, Analine Almeida. Texto técnico com síntese das demandas de ATER para as assentadas da reforma agrária das Regiões Sul e Sudeste. **Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento Territorial”** – PCT IICA/MDA, 2010

SPECHT, Analine Almeida. Texto técnico com síntese das demandas de ATER para as assentadas da reforma agrária das regiões Norte e Nordeste. **Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento Territorial”** – PCT IICA/MDA, 2010

TEIXEIRA, Marilane. Sistema de Indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. CARRASCO, Cristina. Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012

TRAT. Josette. Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres. In: **Gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. CHABAUD-RYCHTER [et al.]; tradução Lineimar Pereira Martins. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A. et al. (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas: São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009. v. 1. p. 217-238.

ZELIZER, Viviane. L'économie du care. **Revue Française de Socio-économie**, 2008, n. 2, p. 13-25

ZWEDGER, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Revista Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 16, nº 2, São Paulo, 2004 p. 7-44

Documentos consultados

MMM. **Plataforma de Ação**. Marcha Mundial das Mulheres - Brasil. 3ª ação internacional, 2010

BRASIL, Brasília. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Consulta em novembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução normativa** nº 38 de 13 de março de 2007, disponível em <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/211-instrucao-normativa-n-38-13032007>. Consulta em dezembro de 2018

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Portaria** nº 981 de 03 de outubro de 2003, disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>, consulta em janeiro de 2019

ANEXO - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Nome
2. Idade
3. Raça/cor
4. Escolaridade
5. É casada? Tem filhos? Quantos?
6. Usa internet? Quais as informações que mais acessa? Qual assunto você mais trata pela internet?
7. Conta um pouco como você chegou aqui (condição de assentada da reforma agrária)
8. Qual o trabalho que você realiza no assentamento?
9. Você participa de alguma organização social ou política? O que você faz? Percebe alguma dificuldade para participar desses espaços?
10. Você mesma comercializa sua produção? Em quais mercados? (PAA, Pnae, Feira, CSA, porta a porta) Com qual frequência? Participa sozinha ou com outras pessoas? Com quem? Se participa de mais de um mercado, qual deles você acha melhor e por quê?
11. A renda que você tem da sua comercialização da produção é satisfatória? Por quê?
12. Na sua casa, quem faz o trabalho doméstico e de cuidados? Quanto tempo cada um/a gasta nesse trabalho, aproximadamente?
13. O trabalho doméstico prejudica sua saúde? O tempo que você se dedica para esse trabalho impede que você faça outras coisas? Quais?
14. Você acha que a participação na produção e na comercialização mudou sua vida? Como? Por quê? Como você toma suas decisões?
15. Você acha que vai continuar trabalhando na produção ou na comercialização por quanto tempo? Quais são os seus planos?